

«Somos todos uma só força»

MENSAGEM

APRESENTADA A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 2ª SESSÃO DA 5ª LEGISLATURA

PELO
SENHOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA
GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ
1964

RECEBIDA
1964
MFV 948

I — INTRODUÇÃO

Senhores Deputados à Egrégia
Assembléia Legislativa do Estado:

Em circunstâncias excepcionais para a vida do País, compareço a esta Casa para, cumprindo um imperativo constitucional, dar contas ao povo dos acontecimentos mais relevantes da administração pública estadual no exercício de 1963.

Após três anos de trabalho, completados com amor e dedicação ao mandato popular, havido nas urnas de um regime que o patriotismo cristão dos brasileiros impediu, recentemente, que naufragasse, posso anunciar, com a eufórica serenidade dos que têm a consciência tranquila pelo dever cumprido, a execução de uma volumosa massa de obras sôbre as quais já pode se assentar a estrutura indispensável ao desenvolvimento econômico do Estado.

Com a valiosa e louvável colaboração do Poder Legislativo, que soube dimensionar em têrmos de espírito público a magnitude de suas atribuições e o nunca negado alto senso de responsabilidade do Poder Judiciário sempre presente em tôdas as suas sábias decisões, tornou-se possível, ao Poder Executivo, concretizar as metas a que se havia proposto, ditadas e, mais do que isto, impostas pela ânsia de progresso do Paraná, liberto dos freios com que a improbidade e a incompetência a vinham sufocando.

Se em duas oportunidades anteriores, semelhantes a esta, já o ressaltei, quero, agora, ratificar, com o calor da minha gratidão, o público fato de que nada teria sido possível realizar em favor do bem comum não fôsse a colaboração efetiva, diuturna e capaz de uma equipe de auxiliares, mais do que isso, de amigos fraternos, presentes em todos os instantes nos objetivos equacionados e levados a cabo. Sei que não exagero ao afirmar, senão que proclamo uma irrecusável verdade, que

difícilmente pode ser formado um grupo de trabalho que, pessoal ou coletivamente, reúna tamanhos predicados de competência no planejamento, encaminhamento e solução das mais difíceis tarefas.

Chega a parecer incrível que, diante da evolução dos acontecimentos nacionais nos últimos anos, pudesse ter sido levado a efeito no Paraná o volume de obras alcançado, que uma análise superficial julgaria impossível. Embora com o descumprimento das obrigações federais, que drenaram para o Estado apenas um mínimo do muito a que estavam sujeitas, mesmo diante de um regime inflacionário que estrangulava os recursos das unidades federativas, reduzindo cada vez mais o seu poder de investir, batido por sêcas, geadas e incêndios, ainda assim, pode o Paraná se orgulhar dos índices atingidos pelo trabalho da administração pública. Tal fato, porém, não causa surpresa aos que conhecem a formação ordeira e laboriosa da gente paranaense e os imensos recursos de que dispõe o Estado.

Senhores Deputados:

Encontrarão Vossas Excelências, na segunda parte desta mensagem, em detalhes, os números da tarefa realizada. Eles retratam, com a fidelidade que êste documento exige, o quadro que foi possível executar graças à confiança com que o atual govêrno sempre contou do povo paranaense. Em verdade, nenhuma obra, nenhum plano se legitima sem a chancela da concordância dos que serão os mais afetados pelos seus reflexos. E ousou proclamar, sem receio de incorrer no farisaísmo da falsa modéstia, que o conceito da opinião vem ratificando o que está sendo construído. Daí porque, segundo me é dado aferir em meus constantes contactos com as populações da Capital e do Interior do Estado, não medram no seio do nosso povo a angústia e a insatisfação diante do futuro. A solução dos problemas de energia elétrica e rodoviário, tornando possível a industrialização e o escoamento da produção, com a consequente criação de oportunidade de trabalho para todos, o amparo efetivo à agricultura e à pecuária, tornando menos áspera a garantia de subsistência, a construção de escolas e hospitais e a execução real de um plano de assistência social, principalmente ao menor, devem ter deixado a generosa gente paranaense convicta de que estão sendo equacionados racio-

nalmente os meios que lhe assegurarão sobrevivência mais condigna, mais humana, mais cristã. Esse o «statu - quo» que o Paraná oferece ao Brasil para a realização das reformas que ensejarão, dentro da democracia e com respeito a Deus, a superação da miséria e a conquista da justiça social.

O BRASIL

Embora devesse me restringir aos mais importantes acontecimentos verificados na administração pública do Paraná no exercício de 1963, não posso nem devo me furtar à obrigação de registrar nesta mensagem, pela excepcionalidade de seus contornos, uma síntese dos principais fatos da vida nacional destes últimos tempos, que culminaram com o gesto heróico de homens públicos e das Forças Armadas, em nome do povo, em princípios do mês transato, na defesa do regime democrático e da tranquilidade da família brasileira.

De início, cumpre mencionar a renúncia do sr. Jânio Quadros da Presidência da República, em agosto de 1961, num gesto injustificável que quase levou o País a trágicas conseqüências, ameaça que foi conjurada, na época, pelo espírito público da maioria do Congresso Nacional e o patriotismo de militares, e que consubstanciou a posse do substituto legal, com a introdução do regime parlamentarista no Brasil, fórmula legal encontrada, no momento, para superar a crise que se desenhava da mais alta gravidade.

Para o Paraná, que tinha dado os mais generosos esforços à sua eleição, o então Presidente, com a inesperada renúncia, causou, aliás, como a todo o Brasil, a mais profunda decepção, que já se delineava em todos os espíritos pouco antes do gesto irrefletido em face de atitudes que tomara no campo da política internacional, suspeitosas à formação cristã e democrática do povo brasileiro. Como conseqüência, duro revez sofreu, no momento, a economia do País, com emissões maciças marcando ainda mais profundamente o quadro da inflação, reduzindo o cruzeiro a uma das moedas menos respeitáveis em todo o mundo e consumindo os salários cada vez mais rapidamente em sua voragem incontida, a par do desestímulo que tal situação criava a novos investimentos da iniciativa particular. No que tange ao nosso Estado, danosas repercussões foram sentidas, pois alguns planos de vulto, elaborados para execução conjugada com a União, foram abandonados, outros,

também por esta, relegados à condição secundária e os que mereceram atenção eram apenas mitigadamente sustentados pelas autoridades federais responsáveis, principalmente nos setores de energia elétrica e rodoviário.

Vencida essa etapa difícil, o govêrno que se instalou, do sr. João Goulart, embora as reservas com que êste fôra olhado desde o tempo em que exercera o seu primeiro cargo público na União, recebeu, de imediato, uma generosa manifestação de confiança da maioria esmagadora do Congresso, dos dirigentes estaduais e do povo brasileiro, cujas angústias diante das incertezas daquela hora traduziam insopitável ânsia de ver o País retomar o caminho da recuperação, mergulhado que se achava em tremenda crise econômica. De início, então, concedeu-se ao Chefe da Nação a realização de um plebiscito, que êle pleiteava, a fim de consultar o eleitorado sôbre a conveniência de fazer o País retornar ao regime presidencialista, que reivindicava como uma das condições indispensáveis à execução de seu plano de govêrno. Realizado tal pleito, os resultados foram os conhecidos, voltando o Brasil a sua forma tradicional de organização política. Como os demais, também o Govêrno do Paraná ofereceu sua colaboração à solução dos ingentes problemas nacionais, pois a ninguém seria lícito negá-la em tão dramática conjuntura. Essa posição equivalia, igualmente, à esperança da administração estadual de ver voltadas para o Paraná as atenções do poder central, que nada mais seriam, se verificadas, do que uma justa retribuição dos imensos recursos que o Estado carregava para o Tesouro Nacional, representados pelo seu papel de maior fornecedor de divisas através da exportação cafeeira.

Não uma vez, mas diversas, meu govêrno deu públicas demonstrações de incentivo à gestão do sr. João Goulart, nos seus meses iniciais, à semelhança do que faziam outros Executivos estaduais e Assembléias Legislativas. Mas, nem se via o govêrno federal produzir para o País, nem muito menos o nosso Estado receber os recursos que lhe eram devidos e os quais, se investidos aqui, representariam segura garantia para o desenvolvimento da economia do próprio Brasil. Ao contrário de corresponder à confiança do povo, o Chefe do Executivo federal enveredava, por si ou por seus assessores, por palavras, gestos e atos, para caminhos inteiramente antagônicos às aspirações gerais, contrapondo-se ostensivamente ao que devia ser realizado em favor da solução dos graves problemas econômi-



cos do País e ao mais legítimo sentimento religioso da família brasileira. E, até o seu final, cada vez mais se exacerbava essa posição, agravando insuportavelmente a situação externa e expondo o Brasil à desconfiança no cenário internacional, de maneira a impedir a realização de quaisquer acórdos com organismos externos de financiamento e crédito, indispensáveis à superação das terríveis dificuldades econômico-financeiras em que se debatia a Nação.

E se já não bastasse êsse quadro sombrio, o governo federal, por ação ou omissão, mergulhava no plano inclinado da comunização do País, ameaçando levar de roldão as instituições democráticas. Dentro da melhor técnica do regime vermelho, o Brasil passou a ser palco de sucessivas e intermináveis greves em todos os setores de atividade, que teriam ido a colapso total, não fôssem as providências que, em determinado momento, tiveram que ser tomadas em defesa da própria sobrevivência do País. A subversão completa na aplicação dos remédios que haviam de curar os males que nos affligiam não poderia deixar de ter outro epílogo. O clima de agitação que se instalara, que se transformou numa verdadeira constante do panorama nacional, com os agentes comunistas insuflando criminosamente a ordeira classe trabalhadora do Brasil, nas cidades e nos campos, incentivando a indisciplina e a insubordinação hierárquica no seio das próprias forças armadas, não poderia deixar de criar o fermento da reação no seio do povo e da maioria esmagadora das autoridades estaduais e Forças Armadas. O que se viu, então, foi a família brasileira sair às ruas, em protestos veementes contra tal estado de coisas, inconcebível e intolerável para o sentimento cristão de nossa gente.

Enquanto evoluia perigosamente a crise nacional, engolfando o País em tremenda inflação, com a moeda se desvalorizando em progressão geométrica, fazendo com que a alta incessante do custo de vida tornasse praticamente nulos em pouco tempo os aumentos de salários, os governadores de Estados realizaram sucessivas reuniões, das quais participei, com a finalidade de sugerir medidas capazes de atenuar o quadro de dificuldades e advertir o poder central dos perigos que a sua atuação comunizante estava representando à estabilidade do regime democrático.

Baldados, porém, foram todos os esforços conciliatórios. Ao invés de tomar pé da realidade nacional, ouvindo o protesto uníssono dos que repeliam a derrocada das instituições demo-

cráticas, da ordem, da disciplina e da paz interna, o Presidente da República mais se açoitou em subvertê-las, ameaçando o País com uma série de atos em que se misturava absoluta falta de amparo nas disposições constitucionais e desrespeito violento às prerrogativas do Congresso Nacional, cujo funcionamento se sugeriu fôsse suspenso, em entrevistas à imprensa e em pronunciamento feito em ato público, que contou com a presença e a participação do Chefe da Nação.

Diante dos contornos dramáticos da crise e em face da inutilidade de tantas gestões visando superá-la, que nenhum éco encontraram no seio do Poder Executivo, outra alternativa não restou a homens responsáveis e às Fôrças Armadas senão a adoção de uma atitude heróica, amparada pelo consenso do povo, que pusesse paradeiro definitivo à situação, impedindo que, subvertidas as instituições democráticas, se instalasse no Brasil o regime comunista, ditatorial, materialista e anti-cristão. Sustentados, então, pela solidariedade de diversos Governadores, entre os quais me achava, prestigiosos chefes militares, em Minas Gerais, inicialmente, deflagraram a revolução democrática, submissos a imperativos constitucionais que os erigiam em defensores da ordem, do regime e das instituições. Mal deflagrado o movimento e já passava a contar com a adesão de unidades militares de todo o País, conseguindo, assim, em poucos dias, tornar-se amplamente vitorioso, deixando o poder um govêrno que não merecia mais o respeito popular. E é de se ressaltar que tudo isso aconteceu sem derramamento de sangue, o que, no conceito da maioria dos países latino-americanos, representa louvável exceção, traduzindo, sem dúvida, traço marcante da índole de nosso povo, contrária a soluções violentas e a lutas fratricidas.

Não citando nomes para não incorrer no pecado involuntário da omissão, abro uma exceção para mencionar a atuação destacada, patriótica e cheia de discernimento do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco nos momentos críticos, cuja extraordinária capacidade de liderança levou a bom termo, rapidamente, o movimento de rebeldia. Em razão dêsses predicados, diversos Governadores de Estado, com a minha participação, indicaram-no ao sufrágio do Congresso Nacional para, em eleição indireta, levá-lo à suprema magistratura do País, completando o mandato do Presidente afastado, cujo cargo o Parlamento declarara vago e disciplinara a forma de preenchimento através da votação da necessária lei.

Recebido com simpatias gerais no seio do Congresso e da opinião pública, o nome do ilustre militar foi imediatamente aceito. Entrementes, o Comando Supremo da Revolução, constituído dos Ministros da Guerra, Aeronáutica e Marinha, baixava um Ato Institucional, que, complementando a revolução, visava garantir o funcionamento das instituições democráticas contra a sanha comunista e permitir que o Brasil retomasse rapidamente o caminho de suas atividades normais. Afastados da Câmara e do Senado e de altos postos da administração elementos fiéis ao credo vermelho e agentes da subversão, o Congresso Nacional, em memorável sessão, realizada dia 11 do mês findo, elegia o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República e lhe dava posse solenemente no dia 15 do mesmo mês.

Constituído o quadro de auxiliares do novo Governo, o Paraná era contemplado no alto escalão da administração federal, recebendo um de seus mais ilustres filhos — professor Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná — a ingente missão de gerir o Ministério de Educação e Cultura, além da entrega de outros cargos de relêvo a personalidades da vida pública paranaense.

Sob os melhores augúrios, inicia-se, assim, uma nova fase da vida nacional. As medidas que estão sendo tomadas resguardarão os direitos, as garantias e as conquistas das classes trabalhadoras e de toda a população e não permitirão que, por manobras excusas de quem quer que seja, se instaure em nossa Pátria outro clima que não o da tranqüilidade e do trabalho. Não há, nem poderia haver, razão para temores. O que ocorre no Brasil, no momento, é a prevalência dos interesses e dos anseios da família brasileira. Disse, em mensagem anterior, e agora repito por se aplicar perfeitamente às circunstâncias, que, superando as limitações partidárias e as subalternidades políticas, o Paraná forma ao lado dos que, pela união e pela concórdia, pretendem, dentro da democracia e sob a inspiração de Deus, dar ao Brasil e aos brasileiros as reformas que a consciência nacional cristã está a exigir em favor do povo, cuja garantia é a promessa feita pelo Presidente da República, em seu discurso de posse perante o Congresso Nacional.

O PARANÁ

Não devem ter ocorrido no Paraná, em qualquer fase de sua história, fenômenos semelhantes aos registrados no ano de 1963, os quais, pelas suas terríveis conseqüências, quase levaram o Estado ao colapso. Sòmente o indestrutível ânimo da nossa gente e a imensa capacidade de recuperação do nosso solo evitaram que isso ocorrêsse, superando, em pouco tempo, os danos causados pelas sêcas, geadas e incêndios, que o transformaram, durante algumas semanas, em verdadeiro cenário do Apocalipse. Realmente, é difícil descrever com a exatidão de seus contornos o cenário doloroso de que foi palco o nosso Estado. Na época, imprensa, rádio e televisão do Paraná, do Brasil e do mundo retrataram, com pinceladas mais vivas, o quadro de destruição, mais acentuado durante os incêndios que lavraram em nossos campos e matas e que chegaram a ameaçar cidades. Para registro da história, impõe-se que se consigne nesta mensagem uma síntese daqueles acontecimentos, que puseram à prova a fibra, a resistência e o espírito de sacrifício do povo paranaense e destacaram a formação filantrópica da gente brasileira e de uma parcela ponderável de todo o mundo.

O drama dos flagelos se iniciou com as geadas que se formaram em todo nosso território e que, por motivos óbvios, mais fizeram sentir os seus efeitos catastróficos na região cafeeira do Estado, crestando e dizimando milhões de pés de café, com pesadas conseqüências à nossa economia. Efetivamente, segundo levantamentos procedidos, 30% (trinta por cento) dos cafeeiros foram destruídos pelas geadas, representando, na safra corrente, uma redução de 65 a 70% (sessenta e cinco a setenta por cento). Bem aquilatam os senhores representantes do povo o que isto significa para a arrecadação do Estado. Alguns bilhões de cruzeiros, nesta hora difícil que perturba o País e o Paraná, foram sonogados pela natureza a investimentos da mais alta importância para a nossa economia, principalmente os de aplicação em obras da infra-estrutura, fundamentais ao nosso desenvolvimento.

Quando parecia superada a crise, eis que se instala o fenômeno das sêcas, deixando de se verificar a precipitação de chuvas durante alguns meses, com efeitos perniciosos à produção agrícola e, até, à pecuária, além de impedir o abastecimento das repêras movimentadoras de usinas hidrelétricas.

com o que também o fornecimento de energia se ressentiu. Tal fato obrigou a administração estadual, pois o fenômeno já se verificara em anos anteriores, a empregar cêrca de 800 milhões de cruzeiros na aquisição e instalação de grupos geradores diesel sòmente para superar o «déficit» de fôrça e luz em Curitiba, com o que se evitou o racionamento já imposto em anos passados à nossa Capital.

E quando mais se faziam notar os males da longa estiagem, eis que o fogo inicia a sua terrível tarefa devastadora, produto da imprudência de alguns. Encontrando terreno propício, pois as geadas e as sêcas haviam transformado a vegetação em material de fácil combustão, as chamas se propagaram com rapidez espantosa, cobrindo, em poucos dias, uma área calculada em 21 mil quilômetros quadrados, fazendo sentir a sua presença escaldante em 128 municípios paranaenses. O sr. Merle S. Lowden, diretor da Divisão de Contrôle do Fogo, do Departamento de Agricultura dos EE.UU., asseverou, em declarações oficiais, que «considerando-se a concentração da área, o Paraná sofreu um dos maiores incêndios registrados no mundo, nos últimos anos». Este pronunciamento seria o suficiente para dizer da extensão da catástrofe. Mas a êle podem ser somados os testemunhos de tôda imprensa, rádio e televisão nacionais, que acompanharam de perto os incêndios que lavravam.

Cêrca de 600 mil alqueires de matas, lavouras e pastagens, além de casas, sítios, fazendas e animais, foram devastados pelo fôgo. Imensas reservas florestais foram reduzidas a descampados. O número de mortos e feridos subiu a algumas centenas. Os prejuizos foram incalculáveis, embora possam ser dimensionados, entre patrimônio do Estado e dos flagelados, em vários bilhões de cruzeiros.

A fúria dos incêndios esteve a pique de abarcar todo nosso território, o que foi evitado, com a ajuda de Deus, pela pronta intervenção dos órgãos do Estado, auxiliados por fôrças federais aqui sediadas, pela colaboração de homens e equipamentos de outras unidades da Federação, pelo auxílio de técnicos norte-americanos e a solidariedade moral e material de todo o Brasil, além do exterior, o que nos deixa em perpétua dívida de gratidão para com todos. Com a chegada das chuvas, em fins de setembro, as chamas foram, finalmente, extintas. O mais caloroso louvor não basta para ressaltar o maravilhoso comportamento da gente paranaense. Sòmente a sua têmpera de aço

e o seu ânimo imbatível impediram que o flagelo tivesse efeitos mais catastróficos.

Apagados os incêndios, meu Governo, ao mesmo tempo em que atendia a centenas de vítimas da tragédia, iniciava, de imediato, o trabalho de recuperação do Paraná em estado de calamidade pública, oficialmente proclamado por Resolução unânime desta Egrégia Assembléia, cujos ilustres componentes, indistintamente, somaram seus esforços à ação coletiva. Criada a chamada «Operação Sementes», foram estas distribuídas pela «Café do Paraná» e Secretaria de Agricultura, a todos os lavradores que tiveram arrasadas as suas terras, numa iniciativa do mais completo êxito, que permitiu prognosticar rápida recuperação das culturas e retomada do equilíbrio econômico do Estado. Na execução da «Operação Sementes» foram aplicadas 600.000 sacas de algodão, 60.000 de milho híbrido, 10.000 de milho azteca, 20.000 de feijão, 20.000 de arroz, 15.000 de amendoim, 20.000 de soja, 10.000 de mamona e 10.000 caixas de batata, obtendo-se do Governo Federal um empréstimo de meio bilhão de cruzeiros para sua aquisição. Foram mobilizados nessa operação 55 agrônomos, 300 funcionários e 120 viaturas.

Simultaneamente, foi designada uma comissão para gerir a Campanha denominada «Socorro ao Paraná em Flagelo», constituída por pessoas não ligadas aos quadros da administração, que se encarregou da aplicação dos recursos e doações afluídos ao Estado. Na oportunidade, reiteirei o meu propósito de que a assistência aos flagelados fôsse realizada com isenção de quaisquer influências políticas. Desmembraram-se da Comissão Central da Campanha várias comissões regionais, com a tarefa de funcionar nas próprias zonas assoladas, ficando, muitos encargos, transferidos à «Cáritas Brasileira». Essa prestímosa entidade religiosa se incumbiu em grande parte, do atendimento aos flagelados, superintendendo o fornecimento de alimentos, medicamentos e utensílios domésticos, ferramentas de lavoura e roupas. O número de flagelados, segundo levantamento procedido pelo D.G.T.C., se eleva a cerca de 30.000 pessoas, constituindo, aproximadamente, 5.600 famílias, podendo-se citar 4.000 habitações destruídas.

É justo, agora, que cumpra o grato dever de deixar aqui registrada a relação dos auxílios, em cruzeiros, recebidos por ocasião dos incêndios do ano passado: Paraná, contribuição popular, 26.858.006,60; Guanabara, 105.950.993,90, sendo

50.000.000,00 do Govêrno daquele Estado e 55.950.993,90 de contribuição popular; São Paulo, 18.567.072,00; Rio Grande do Sul, 5.355.615,00; Rio de Janeiro, 2.783.904,00; Estados Unidos da América, 2.700.000,00; Minas Gerais, 1.317.058,00; Goiás, 894.455,00; Bahia, 256.448,00; D. Federal, 206.750,00; Pará, 183.525,00; Santa Catarina, 172.480,00; Alagoas, 148.560,00; Mato Grosso, 130.500,00; Pernambuco, 11.360,00 e Rio Grande do Norte 300,00, além de, aproximadamente, 20.000 dólares provenientes da Itália, Japão, Noruega, China Nacionalista e outros países, anotados pela Comissão Central da Campanha, e mais Cr\$ 79.745.213,50 recebidos diretamente pela Campanha «Socorro ao Paraná em Flagelo», totalizando 245.282.241,00 cruzeiros. A êsses auxílios podem ser acrescidos 400 milhões do Govêrno do Estado, através da «Café do Paraná», para serem aplicados no programa de distribuição de sementes aos agricultores; 17.895.559,50 do D.E.C., no fornecimento de gêneros alimentícios e cobertores; 20.000.000,00 da CODEPAR, para assistência aos flagelados, e 14.231.000,00 do DER, correspondentes ao fornecimento de veículos e materiais colocados à disposição. De outra parte, o Paraná recebeu doações, constituídas de medicamentos e mantimentos, dos seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, Noruega, Vaticano, Itália, Suíça, Israel, Canadá, China, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Alemanha, Polônia, Japão e Tchecoslováquia. Da mesma forma, em víveres, medicamentos, roupas, etc., chegaram donativos de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e do próprio Paraná. Releva, ainda, mencionar, que, em outubro do ano passado, o meu Govêrno assinou convênio com a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) e com a Comissão Coordenadora da «Aliança para o Progresso» (COCAP), da ordem de 300 milhões de cruzeiros, destinados à assistência técnica à agricultura.

Registre-se, ainda, para comprovar o estado de verdadeiro alarme nacional criado pelos flagelos, que o então Presidente da República e todo o seu Ministério transferiram-se para Curitiba e aqui examinaram a crise, em reunião com autoridades estaduais e dirigentes das entidades da produção. Aqui estiveram, igualmente, um engenheiro agrônomo, assessor-técnico do Gabinete Civil da Presidência da República, que elaborou detalhado relatório da situação, e comis-

são de membros do Congresso Nacional, verificando, «in loco», a extensão da tragédia.

Vencida a borrasca, os ventos que passaram a soprar foram os do trabalho e da reconstrução, e, hoje, após alguns meses, o Paraná se apresenta diante do Brasil com os maravilhosos contornos de sua extraordinária recuperação, voltando a ser o celeiro nacional. Genuflexos, diante do Altíssimo, agradecemos a Deus por nos ter dado forças para suportar e vencer os flagelos.

O T R A B A L H O

Passo a relatar, agora, o trabalho desenvolvido pela administração estadual no exercício de 1.963, cuja intensidade, embora os percalços enfrentados, jamais diminuiu de ritmo, senão que, até, chegou a ser ativado como contrapartida aos transtornos sofridos involuntariamente. E o faço com o justo orgulho de quem, tendo assegurado ao povo, em memorável campanha eleitoral, a realização de planos consentâneos com as exigências de progresso do Paraná, com base na honestidade e na constituição de uma equipe capaz de concretizá-las, vê seu objetivo atingido, para mais, até, do que aspirava. Conscientes do momento histórico que o Paraná atravessa, seríamos nós, homens públicos detentores da confiança popular, verdadeiros criminosos se não proporcionássemos os meios indispensáveis à sustentação de seu desenvolvimento. Para tanto, bastava, apenas, que procedéssemos com exatidão, eficiência e dignidade. E assim vem sendo feito há três anos. E os resultados estão à vista de todos.

Meios de sustentação

Desde o início, o meu Governo tem procurado imprimir à sua ação indesviável critério de racionalização, convicto de que nenhuma administração pode alcançar êxito com execução atabalhoada de seus planos. E nenhum seria racional se não recebesse, como premissa de seu equacionamento, garantia de apôio financeiro. Daí porque o setor fazendário do Estado ganhou sempre atenção especial, pois dele saem os recursos imprescindíveis ao atendimento da planificação estabelecida. E êsse setor correspondeu, amplamente ao que dele se exigia, graças à competência de uma equipe na qual se completam, com dedicação e eficiência, titular

e componentes. Para comprovar o que afirmo, é suficiente que esclareça que, ao contrário do que vinha acontecendo, registrou-se «superávit» na arrecadação prevista nos exercícios de 1.961, 1.962 e 1.963 e que, nos anos citados, de um para outro, houve aumento considerável no numerário recolhido. E tal sucesso ainda mais se destaca no último exercício, em que ocorreram os flagelos historiados linhas antes. Considerando que o café é o elemento básico de nossa economia e que a safra 63/64 foi reduzida consideravelmente, o que deveria constituir verdadeiro impacto negativo na arrecadação pode-se concluir a que grau de eficiência chegou a máquina fazendária para atingir os índices previstos e, mesmo, superá-los. Mencione-se, também, como dificuldade a vencer, que o esquema cafeeiro federal para a safra de 63/64, embora objetivasse a obtenção de maiores recursos à União, ao Estado representou redução, pois os vetos presidenciais apositos ao plano inicial do I. B. C., mesmo com remoções parciais, resultantes de gestões do meu Governo e das classes produtoras, significaram lesões aos interesses do Paraná.

A política fazendária do Estado teve seu êxito fundamentado no equacionamento dos problemas relativos aos gastos e na solução de questões concernentes à obtenção de recursos em moeda, necessários à cobertura das despesas. Com base numa estimativa real das disponibilidades monetárias, fixou-se um plano de aplicação, relativamente rígido, e, sem qualquer aumento na alíquota dos tributos, realizou-se um aperfeiçoamento do sistema fiscal, a fim de se obterem maiores recursos pecuniários. De outro lado, porém, se fôr examinado o setor em termos de investimentos, chega-se à conclusão que a capacidade foi diminuída como consequência da perniciosa inflação que infelicitou o País há muitos anos e da qual os Estados, sem ter o poder de emitir, são as maiores vítimas.

Em 1.963, ampliou-se consideravelmente a reforma da legislação tributária, sendo as maiores alterações implantadas no setor do Imposto de Vendas e Consignações, com a Estimativa, e da Cobrança Única desse tributo sobre o algodão e o café. A par disso, foi concluída a reorganização da estrutura fazendária, acompanhada de recursos de aperfeiçoamento de pessoal, permitindo, dessa forma, maior eficiência e dinamização das atividades da pasta que hoje orgulha a administração do Estado.

Banco do Estado do Paraná S/A.

Não me cansarei nunca de repetir o meu louvor ao Banco do Estado do Paraná, aqui mencionado pelo seu entrosamento com a política econômica e financeira do meu Governo e cujo concurso tem sido inestimável para a realização de metas prioritárias e inadiáveis. Sua colaboração representa, já, a aplicação de mais de 8 bilhões de cruzeiros em investimentos de infraestrutura, cabendo somente ao setor rodoviário mais de 4 bilhões de cruzeiros. Saído de situação de insolvência em 1.960, completamente desmoralizado no conceito da opinião pública e devendo somas astronômicas a órgãos federais de moeda e crédito, nosso estabelecimento oficial, a partir de fevereiro de 1.961, iniciou admirável marcha ascensional de recuperação, graças à probidade e competência de seus dirigentes, até hoje em seus postos, e à dedicação de servidores afeitos às suas funções específicas. Os dados que enumero a seguir bastam para justificar o caloroso louvor. Depósitos, em milhões de cruzeiros: 1.960 — 1.200; 1.961 — 3.700; 1.962 — 8.300; 1.963 — 12.900. Cobranças, em milhões de cruzeiros: 1.961 — 12.900; 1.962 — 25.100; 1.963 — 32.600, em números redondos. No exercício em exame, o Banco do Estado do Paraná aplicou, pelas suas Carteiras de Empréstimos, mais de 40 bilhões de cruzeiros, contra 19 bilhões em 1.962, representando um aumento progressivo de 114 por cento. A CAMOB, para amortização da dívida contraída pelo governo anterior, foi paga, no ano passado, a importância de Cr\$ 598.777.523,00. A SUMOC, em cumprimento ao esquema traçado, foram feitos recolhimentos, paralisados de 1.956 a 1.960, no total de Cr\$ 271.409.530,40, em 1.963. De outra parte, o capital do Banco foi elevado de Cr\$ 250.000.000,00 para Cr\$ 500.000.000,00, inteiramente subscrito, o que bem demonstra a confiança que voltou a inspirar ao povo paranaense.

Energia para o desenvolvimento

O Paraná acusou, nestes últimos três anos, transformação verdadeiramente impressionante no setor de energia elétrica. Tendo concentrado esforços para superar a grave distorção que vinha jugulando o progresso paranaense, alegro-me em constatar que já não padecemos tão agudamente da ca-

rência de energia elétrica. Os fatores que estrangulavam as possibilidades de nosso desenvolvimento vão sendo, assim, firmemente removidos, abrindo novos horizontes para o Estado. Números e dados concretos traduzem o êxito do esforço dispendido nesta administração, através da COPEL, com o objetivo fundamental de eletrificar o Paraná. Basta dizer que as inversões nos últimos três anos excederam em mais de 860% o montante aplicado no triênio anterior (10,5 bilhões de cruzeiros, contra 1,0 bilhão de 1958 a 1960). É preciso ressaltar que, relativamente aos citados montantes, a aplicação de recursos próprios do Estado fixou-se em quase 80%, enquanto no triênio anterior fôra de apenas 60%. Tais investimentos permitiram que fôsse empreendido vasto programa de realizações, sobretudo a cargo da COPEL, que se tornou o órgão por excelência destinado à promoção das obras de energia elétrica. Além desta função dinâmica, dentro de nosso processo de desenvolvimento, a Empresa opera serviços que vêm se multiplicando por tôdas as regiões do Estado. Assim, nos últimos três anos, a potência instalada, em usinas (inclusive a Termelétrica de Figueira) e subestações transformadoras, subiu a 65 350 kW, registrando-se uma adição da ordem de 419%. Por outro lado, entre 1960 e 1963, verificou-se um incremento de produção, também incluindo Figueira, de 210%, pôsto que se elevou de 33,8 milhões para 105 milhões de quilowatts-hora o total de energia produzida.

Importa ressaltar que, graças ao acréscimo da potência instalada, assim como às medidas de emergência desencadeadas a fim de vencer situações de crise, a exemplo da instalação de usinas diesel na Capital, várias regiões do Paraná foram preservadas da submissão ao regime de racionamento que, no ano passado, atingiu tão severamente os grandes centros do País. A instalação da Termelétrica do Capanema (10.500 kW), que normalizou o abastecimento de energia elétrica a Curitiba, implicou, em dispêndio, centenas de milhões de cruzeiros, tendo a CODEPAR financiado 60% do investimento. A próxima etapa da melhoria das condições de abastecimento da Capital será o recebimento de energia procedente de Figueira.

A grande Termelétrica (20.000 kW), conforme anunciei na mensagem do ano anterior, foi concluída em meados de 1963, desde logo passando a operar, com a utilização das reservas carboníferas paranaenses. No período, a COPEL —

até então acionista majoritária da UTELEFA — integralizou sua quota de quase meio bilhão de cruzeiros, ao mesmo passo que a Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) subscrevia quota que lhe garantiu a detenção de 70% do capital social, elevado para dois bilhões de cruzeiros. O meu Governo, através da COPEL, abriu mão da condição de maior acionista que manteve durante o desenvolvimento das obras, como forma de assegurar mais substancial canalização de recursos federais ao nosso Estado. Figueira produziu, em 1963, 23.600.200 quilo-watt-hora, abastecendo a região de Ponta Grossa. Para transportar à Capital a energia gerada na Termelétrica, já se encontra em pleno andamento a implantação da linha Ponta Grossa-Curitiba na tensão de 220 mil Volts. Até o fim deste ano, a linha de transmissão e respectiva subestação abaixadora de Campo Comprido (100.000 kVA) deverão ser concluídas, permitindo acréscimo à atual disponibilidade de energia em Curitiba, além de se constituírem em importantes componentes do Sistema Tronco de Transmissão.

Em julho de 1963, após funcionamento experimental durante dois meses, foi inaugurada a primeira etapa da Hidrelétrica de Chopim I, que abastece atualmente a cidade de Pato Branco. Mediante a instalação de novo conjunto gerador, praticamente concluído, a potência da usina será duplicada, permitindo que também o município de Francisco Beltrão se beneficie com a produção daquela hidrelétrica. Neste mês, começará a funcionar, em sua primeira etapa, a Usina Mourão I, que de imediato atenderá à demanda dos municípios de Campo Mourão e de Peabirú, servindo posteriormente a várias localidades da região Centro-Oeste. As obras da hidrelétrica haviam sido interrompidas na gestão anterior, o que ocasionou, inclusive, a deterioração de grande parte do equipamento, exposto à ação do tempo. Em três anos, o empreendimento, encontrando-se em estágio ainda incipiente, embora houvesse sido iniciado em 1949, foi retomado e concluído. Com a montagem de mais dois grupos geradores, que a COPEL receberá no segundo semestre deste ano, a potência da hidrelétrica será quadruplicada. Com isso, Mourão I passará a alimentar o amplo sistema regional de transmissão que começa a ser implantado pela Empresa naquela região de fecundas potencialidades econômicas.

Tendo solucionado, em 1961, os problemas decorrentes do grave «deficit» de energia elétrica que se registrava nas

principais cidades litorâneas, construindo a linha de transmissão Marumbi-Morretes-Paranaguá e a extensão Morretes-Antonina, a COPEL concluiu, em 1963, o programa básico de atendimento ao Litoral, levando suas linhas até às praias. As localidades de Matinhos e Caiobá foram as primeiras a se beneficiar com o abastecimento de energia, procedendo-se a ligação a Guaratuba em fins de outubro de 1963. O convênio com a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, permitindo a implantação de sistema de transporte de energia ao Litoral, ao lado da recuperação da central termelétrica de Paranaguá, ensejou que a produção da COPEL se elevasse em 95%, relativamente a 1960, naquela importante área. Em 1963, a COPEL integralizou quota de 600 milhões de cruzeiros, subscrita no aumento do capital da USELPA-Usinas Elétricas do Paranapanema S/A., empresa de economia mista com participação majoritária do Governo de São Paulo. Cerca de 160 mil dos 400 mil kW da Usina de Xavantes, em andamento, serão destinados ao Paraná, em função de estar a COPEL associada à empresa paulista na construção da grande hidrelétrica.

Durante o último ano, o eixo básico de transmissão que a COPEL começara estender no Setentrião paranaense, a partir de 1961, foi prolongado até a cidade de Alto Paraná. No mesmo ano foi construída outra linha tronco, de Londrina a Florestópolis, concluindo-se — também naquele período — as linhas que completaram a interligação de mais de 60 localidades, vinte e nove delas pertencentes ao subsistema com centro em Apucarana, dezoito ao de Maringá, dezessete ao de Florestópolis e três ao de Alto Paraná. A parte do Sistema Norte, já implantada, constitui o maior sistema interligado de transmissão do Paraná, totalizando cerca de 700 quilômetros de linhas que se apóiam nas subestações de Londrina (20.000 kVA), Apucarana, Maringá, Alto Paraná (cada uma destas com 9.375 kVA) e Florestópolis (10.000 kVA). Pôsto que as demais já foram concluídas, o término da subestação primária de Florestópolis e das subestações menores dos quatro subsistemas regionais permitirá que toda as cidades interligadas recebam o suprimento de energia. Para isso, a capacidade de transporte da linha Salto Grande-Londrina, que injeta a energia produzida em Salto Grande do Paranapanema nos sistemas paranaenses, foi elevada de 25.000 para 50.000 kVA, pela USELPA, com participação financeira da COPEL.

Além de ser promovida a realização de estudos e pesquisas no Centro-Oeste, no Sudoeste e no Sul do Estado, objetivando a definição de novos aproveitamentos, tais como Mourão II (15.000 kW), Chopim II (30.000 kW) e a Inversão do Rio Negro (3.200.000 kW), foram aceleradas as obras das usinas de Salto Grande do Iguaçu (15.000 kW), que deverá estar concluída no próximo ano, atendendo a 15 localidades da região sul do Estado e Capivari-Cachoeira (23.000 kW). Devo assinalar, ademais, que, para administrar o último desses empreendimentos, que configura a meta culminante do programa de eletrificação em curso, foi constituída uma nova sociedade de economia mista — a Central Elétrica Capivari-Cachoeira S/A. (ELETROCAP). O Governo do Estado, através da COPEL, é acionista majoritário da empresa, para a qual também foi conseguida a participação da Eletrobrás. Concluída, Capivari-Cachoeira acrescentará à potência instalada no Estado disponibilidade equivalente, de um lado, a quase uma vez e meia àquela atualmente instalada em todo o Paraná e, doutra parte, a quatro vezes à de Curitiba, com a adição proporcionada pela Usina Diesel de Emergência. Está sendo, assim, executada com intensidade e racionalmente a meta básica do programa de desenvolvimento do Estado.

De outra parte, meu Governo, tem realizado gestões junto às autoridades federais, visando, de uma vez por tôdas, o aproveitamento energético do Salto das 7 Quedas, em Guaira, a maior reserva do mundo, capaz de fornecer mais de 10.000.000 kW., atendendo tôda a demanda nacional.

Estradas para a produção

A semelhança do que se fizera em 1.961 e 1.962, no exercício anterior prosseguiu em ritmo intenso o trabalho de construção de rodovias no Estado, o qual, associado ao de energia elétrica, representa o binômio básico para a superação das entraves antepostos ao nosso desenvolvimento econômico. Attingida a capacidade física de pavimentação, verificou-se, no exercício em exame, extraordinária atividade em serviços de terraplenagem, sendo escavados 4 milhões de metros cúbicos a mais do que em 1.962 e quase 8 milhões a mais do que em 1.961, cujos números totais são os seguintes: 1.961 — 3.008.400 m³; 1.962 — 7.619.162 m³; 1.963 — 11.765.037 m³, sendo aplicados, nessas obras e em asfaltamento, mais de 13 bilhões de cru-

zeiros, dos quais 3 bilhões e 100 milhões financiados pela CODEPAR.

Releva mencionar, ainda, que o ano de 1.963 registrou novo recorde de asfaltamento, tendo sido concluídos 95 quilômetros, assim distribuídos:

	km
BR-87 — Mello Peixoto — Cambará	10,59
Cambará — Andirá	12,04
Cornélio Procópio — Uraí	12,36
Apucarana — Jandaia do Sul	1,00
BR-104 — Caetano — Alto do Amparo	22,00
Ortigueira — Araruva	2,00
Araruva — Apucarana	19,00
Contorno de Ponta Grossa	10,40
BR-51 — Curitiba-Paranaguá	
trecho BR-2 — Alto da Serra	6,00

Como se observa, o esforço máximo do meu Governo, através da efetiva ação do D.E.R., se concentra na Rodovia do Café (BR-104), que ligará Ponta Grossa a Apucarana, interligando-se com a BR-35, da primeira cidade até o Pôrto de Paranaguá, passando por Curitiba, e na Rodovia dos Cereais (BR-87), contactando o norte do Paraná com São Paulo, vale dizer, atendendo todo centro nervoso da produção do nosso Estado e impelindo-o a se derramar no nosso principal pôrto.

A atual administração entregará até o início do próximo ano ambas as rodovias inteiramente concluídas, terminando os seguintes trechos:

BR-87 — Mello Peixoto — Cambará	19,12 Km
Cambará — Andirá	18,40 "
BR-104 — Caetano — Alto do Amparo	45,08 "
Alto do Amparo — Ortigueira	35,00 "
Ortigueira — Araruva	66,92 "

De outra parte, a fim de melhorar a ligação entre Curitiba e o Pôrto de Paranaguá, tornando mais rápido, econômico e confortável o escoamento da safra cafeeira, principal fonte de recursos do Estado, foi asfaltado o já mencionado trecho entre a BR-2 e o Alto da Serra, achando-se praticamente concluído o de São João — Marta, na chamada Estrada da Graciosa, alcançando a BR-35, em demanda a Paranaguá.

Além das obras citadas, destaco, ainda, que, no exercício

de 1.963, foram terminados serviços de implantação básica em mais de 287 quilômetros de rodovias, assim discriminados:

	km
PR-5 — Curitiba — Lapa — São Mateus do Sul	137,930
BR-104 — Contorno de Ponta Grossa	10,400
Ortigueira — Araruva	66,920
Ligação Ortigueira — BR-104	1,440
PR-6 — Cacatú — Serra Negra	6,500
BR-35 — São Luiz Purunã — Palmeira	0,420
PR-13 — Campo Mourão — Maringá	10,860
PR-99 — Siqueira Campos — Tomazina	10,000
PR-93 — Itararé — Rio do Bugre	0,260
PR-55 — Curitiba — Piraquara	0,600
PR-51 — São Martinho — Porecatú	42,397

A PR-5, no trecho Curitiba-Lapa-São Mateus do Sul, denominada Rodovia do Xisto, teve seus trabalhos de implantação básica executados em convênio com a Petrobrás, a fim de possibilitar acesso à futura usina de xisto pirobetuminoso de São Mateus do Sul, cuja construção, do mais alto interesse nacional, ainda não teve início, apesar de tôdas as gestões desenvolvidas pelo meu Governo. Ainda nesta Administração será asfaltado o trecho entre Curitiba e Lapa, estendendo-se até São Mateus do Sul se houver provimento de recursos federais.

Finalmente, neste setor, foram construídos, em 1.963, 772 metros de pontes, achando-se com término previsto para o primeiro semestre de 1.964 mais 1.338 metros.

Alimentos para o Brasil

Com o objetivo de sustentar, e até, de ampliar a posição de Celeiro do Brasil desfrutada pelo Paraná, os setores de agricultura e da pecuária receberam redobrada atenção no exercício em foco, principalmente recordando-se que sôbre eles se abateram, com todo seu ímpeto, os flagelos das geadas, sêcas e incêndios. E todo o trabalho de recuperação, fomento, pesquisa, extensão e ensino se subordinou às linhas traçadas pelo plano «Alimentos para o Brasil», elaborado pela Secretaria da Agricultura já no início da atual gestão, com o que se procurou conduzir a política agrária de acôrdo com os interesses do desenvolvimento econômico. No setor de fomento, teve

continuidade o plano de renovação, aumento e melhoramento do rebanho bovino, sendo distribuídos a criadores, mediante troca, 1.315 touros, totalizando, em três anos, 3.015 reprodutores de alta linhagem, com o que se pretende, primordialmente, incentivar a pecuária de corte, de marcante importância, na produção de gêneros de subsistência. A essa finalidade pode ser somada, ainda, a venda, em 1.963, de 98 cabeças de gado destinado a melhorar o plantel leiteiro. Ao rebanho suíno foram incorporados 420 animais de raça, produzidos pelos planteis próprios da Secretaria da Agricultura, sendo vendidos a criadores 1.302 galinhas e 109 perús de várias raças. Além da realização de 1.143 inseminações artificiais, desenvolveram-se trabalhos de experimentação agrostológica para determinar os melhores tipos de pastagem nas diversas regiões do Estado, enquanto que 19 Casas Rurais, 11 Postos Rurais e 40 Postos de Revenda atendiam a lavoura e a pecuária com investimentos de mais 130 milhões de cruzeiros e aplicação de 100.000 vacinas. Para melhoria da produtividade, técnicos da pasta levam assistência a 70 municípios, onde milhares de lavradores foram e estão sendo beneficiados, cujos filhos recebem ensino agrícola em estabelecimentos oficiais localizados em Rio Negro, Palmeira, Guarapuava, Apucarana, Ponta Grossa, Clevelândia, Fóz do Iguaçú, Faxinal de Catanduvas, Santa Mariana, Castro, Santo Antonio da Platina e Ivaí.

Simultaneamente, assistência social-sanitária se faz através da FATR, cuja efetiva presença tem elevado os níveis de vida da população mais carente de recursos. Com ambulatórios médicos localizados em 13 regiões do Estado, atendeu 33 mil trabalhadores rurais, aos quais também se proporcionam serviços jurídicos, farmacêuticos, odontológicos, sociais e educação rural. De sua parte, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, ligado à pasta da produção, vem realizando levantamento de solos em diversas zonas do Estado e experimentos nas culturas de soja, trigo, milho e batatinha, ao mesmo tempo que efetua análises de amostras de terras, de adubos e exames micológicos, bacteriológicos e virulógicos, produzindo, ainda, antígenos e vacina anti-rábica.

Complementando e racionalizando a produção agrícola, meu governo fêz construir, pela primeira vez na administração do Paraná, através da COPASA, unidades armazenadoras nos principais centros do Estado, estando estas em plena atividade em Curitiba, Assaí, Maringá, Guarapuava, Campo Mourão e

Pato Branco, ao mesmo tempo em que se acha em reconstrução as obras do armazém da Superintendência de Armazém e Silos, em União da Vitória, e em andamento o armazém nº 2 da unidade de Assaí. Dessa forma, não só se garante a produção, impedindo-a de se perder quando não possa ser escoada na época própria, como se estabelece segurança de preços, representando tal binômio o incentivo principal que não pode faltar ao homem do campo.

Fiel ao seu objetivo de incrementar e diversificar a agropecuária paranaense, o atual Governo, através da CAFÉ DO PARANÁ, tem levado à lavoura assistência efetiva e segura. Orientando o agricultor e amparando-o com os recursos da técnica moderna, esta empresa vem colaborando de maneira decisiva para tornar realidade a meta que visa transformar o Paraná em celeiro do Brasil. Intervindo diretamente nas fontes de produção, em defesa dos agricultores, adquire grandes quantidades de cereais, beneficiando-os e colocando-os no mercado consumidor do Paraná e de outros Estados, no exercício de 1963, a CAFÉ DO PARANÁ, colocou 593.997 sacos de semente de algodão, 3.856 de feijão, 27.205 de milho híbrido e variedades, 13.413 de trigo, 10.790 de centeio, 1.799 de soja, 411 de mamona, 1.405 de amendoim, 1.274 de capim, 66 de aveia e 7.863 caixas de batatas, ao mesmo tempo que vendia outros produtos para a agropecuária, como inseticidas, arame farpado, fungicidas e sacarias, no valor de mais de 120 milhões de cruzeiros. De outra parte, sua maquinaria arrou, destocou, semeou e colheu em área de 22.062 hectares, compreendendo 2.363 propriedades agrícolas do Paraná, com 92.682 horas de trabalho. A empresa continuará a expandir a sua atuação no setor de mecanização, levando técnica avançada aos lavradores, com o que lhes assegura maior rentabilidade.

Valorização do homem

Nenhum sentido teria a elaboração de planos administrativos que não visassem, precipuamente, o homem, proporcionando-lhe os meios que lhe garantam existência digna. Esse o objetivo fundamental do meu Governo, imposto pela sua formação cristã. E enquanto se executam obras de infraestrutura para sustentação do desenvolvimento econômico do Estado, tendo o homem como meta básica a ser beneficiada,

a administração vai dedicando, simultâneamente, atenção especial ao problema social, desenvolvendo um programa de assistência, notadamente a menores, sem similar em tôda a história do órgão encarregado de realizá-lo, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Com a criação do Instituto de Assistência ao Menor, a ela ligado, foi iniciada uma política racional no setor, cujos modernos contornos representam iniciativa inédita no País e que tem por escôpo, ao contrário da segregação, dar ao menor não um reformatório, mas um lar. E é o que está sendo feito, com a colaboração de famílias, às quais se proporcionam recursos financeiros para tanto. Enquanto isso, estabelecimentos que foram readaptados nesta gestão, como a Escola de Campo Comprido e a do Canguiri, ao lado de novos que foram criados, como a Casa do Pequeno Trabalhador e a Escola de Recuperação de Surdos - Mudos, vêm cumprindo suas altas finalidades humanas. Ao mesmo tempo, o problema da mendicância começa a ser enfrentado com segurança, com o concurso de entidades particulares, entre as quais releva mencionar a Sociedade de Socorro aos Necessitados. Posta a funcionar nesta gestão, a Loteria do Estado vem fornecendo os vultosos fundos necessários à execução do programa, que sòmente no exercício de 1963 somaram 250 milhões de cruzeiros.

Graças à interferência e à ação conciliatória do poder público estadual, o Paraná figurou como verdadeira ilha de tranquilidade no mar encapelado das agitações sociais que sacudiram quase todo o Brasil no ano passado, solucionando-se pacificamente as questões entre empregadores e empregados e não se registrando violências contra a operosa classe dos trabalhadores, cujas reivindicações mereceram respeito e compreensão humana.

Igual atenção foi emprestada à saúde do povo, tendo a Secretaria encarregada de fazê-lo executado serviços em tôdas as regiões do Paraná, obtendo o máximo rendimento as tarefas de vacinação e as de profilaxia da lepra e da tuberculose, enquanto o setor hospitalar era atendido com efetividade. Em 1963, foram aplicadas 500.000 vacinas Sabin, contra a paralisia infantil, 400.000 antivariólicas, 87.000 tríplice e 20.000 de B.C.G. 295.000 quilos de leite em pó foram distribuídos através de 142 Postos de Puericultura em todo o Estado, enquanto as Unidades Sanitárias registravam 470.000 atendimentos diversos.

Meta básica

O problema educacional do Estado, cujo equacionamento constituiu meta básica de minha gestão desde o início, continua sendo atacado com a energia que o crescimento populacional espantoso do Paraná impõe. A demanda escolar aumenta de tal forma que o menor retardamento na execução de obras destinadas a atendê-la teria os mais perniciosos efeitos ao ensino. Daí porque, além de mais de uma centena de edifícios públicos já construídos no setor, número ainda maior se acha em execução, assegurando absoluta garantia de matrículas.

A política governamental visando permitir o acesso à educação a êste grande contingente humano, principalmente aos menos favorecidos, foi a de criar condições sistematizadas num plano global e definidas pelo órgão responsável, para o que foi êste reestruturado, conseguindo-se novos moldes de atuação que tornaram possíveis maleabilidade administrativa tôda especial, com a superação de deficiências crônicas. O nôvo Sistema Educacional de Ensino, baseado em projeto de lei que remeti ao exame desta douta Casa, assegurará a racionalização da meta citada. Para se dar uma idéia da importância dedicada ao ensino, é suficiente que se esclareça que nele são aplicados cêrca de 20% da dotação orçamentária. Com a finalidade de tornar mais maleáveis os quadros institucionais da educação, foi criada a FUNDEPAR — Fundação Educacional de Ensino — que tem atuado como poderoso auxílio à Secretaria respectiva, principalmente nas áreas mais necessitadas da presença desta. Como detalhe importante, vale mencionar, provando o interêsse demonstrado pela administração à educação, que o Paraná é o único Estado do Brasil em que existe maior número de estabelecimentos de ensino secundário públicos do que particulares.

Complementando a atividade dêste setor, a MECA — Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo — prossegue em seu trabalho meritório, tendo passado por mais de 675 classes, em todo Estado, em 1963, 12.434 adolescentes e adultos, beneficiando, desde a sua fundação, mais de 50.000 pessoas subtraídas à cegueira da ignorância.

Mantém a Secretaria de Educação, ainda, um Programa de Cultura Popular, no Teatro Guaíra, cuja irradiação e televisionamento permitem alcançar grande massa de expectadores e ouvintes.

Edificações e saneamento

Dinamizando o setor de edificações, vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, foi criado o Departamento de Edificações e Obras Especiais, cuja autonomia assegura maior rapidez às suas atividades, libertas dos perniciosos vícios da burocracia. No exercício relatado, o D.E.O.E. fez executar 199 obras, sendo 156 de educação, 9 de saúde pública, 8 de agricultura, 4 de fazenda, 3 para o judiciário, 7 de segurança pública, 10 de assistência social e 2 de administração pública, com área total de 69.611 metros quadrados, mediante a aplicação de 2 bilhões de cruzeiros. Do total concluído em 1963, destaco as seguintes: Ginásio Estadual de Castro, Grupo Escolar de Cianorte, Grupo Escolar «Evaristo da Veiga», em Londrina, Ginásio «Professor Vitor do Amaral», Grupo Escolar nas Mercês, Educandário Munhoz da Rocha, ampliação do Asilo São Vicente de Paula e do Educandário Santa Felicidade, estas em Curitiba, Ginásio Estadual em Jandaia do Sul, Ginásio Estadual em Joaquim Távora, Grupo Escolar em Paranacity e Ginásio Estadual em Rolândia, além do Armazém do Entrepasto de Cereais de Abastecimento do Atuba. No triênio, foram construídos 776 edifícios públicos, dos quais 669 só no setor de educação, ao custo de 3 bilhões e 725 milhões de cruzeiros.

Objetivando dar continuidade à política adotada desde o início da atual administração, para atendimento das necessidades básicas da população, foi promovida a criação de uma sociedade de economia mista para equacionar os problemas de saneamento, surgindo a AGEPAR — Companhia de Água e Esgotos do Paraná — com maiores possibilidades de superar as dificuldades encontradas no tocante à obtenção de recursos indispensáveis. Pôde a entidade, embora de constituição recente, já no exercício de 1963, promover uma série de realizações, entre as quais cito a elaboração de um plano de saneamento destinado a beneficiar 60 cidades do Paraná e obtenção de equipamentos para construção de redes de esgotos, no valor de 130.000 dólares, da Administração do Ponto IV, cuja entrega deverá se verificar dentro de alguns meses. Por intermédio do D.A.E. — Departamento de Água e Esgotos — foram aplicados, em 1963, 670 milhões de cruzeiros em obras de saneamento localizadas em dezenas de municípios do interior. Para solucionar, até o fim do século, o problema

de abastecimento de água a Curitiba, foi elaborado o projeto de aproveitamento do Rio Iguçu, já tendo sido iniciadas as obras preparatórias para a implantação da futura estação de tratamento e adquirido parte do equipamento.

Ferrovias e portos

O sistema ferroviário do Estado sofrerá profundas modificações em face de duas obras que estão sendo executadas, uma de responsabilidade da União, consistindo na conclusão do Tronco Principal Sul, e outra da administração estadual, a Estrada de Ferro Central do Paraná, na qual foram investidos, no exercício em exame, 406 milhões de cruzeiros. Concluída essa ferrovia, que foi iniciada em 1948, o percurso entre Curitiba e Apucarana, sobre trilhos, será encurtado de 300 quilômetros. Quanto ao setor de portos, folgo em ressaltar que o de Paranaguá, nosso principal escoadouro passou a ser auto-suficiente, graças a uma administração capaz e proba, com o que não mais representa ônus ao orçamento do Estado. Posto a funcionar em termos de efetividade, suplantou, em 1963, todos os índices operacionais antes registrados. Com igual finalidade, está sendo procedida a elevação de Antonina à condição de porto organizado, nos moldes do de Paranaguá, esperando-se, neste ano, que esteja funcionando o seu cais de minérios, aparelhado para exportação do minério de ferro.

Terras e colonização

A evolução da política de terras e colonização, erigida como ponto de honra de meu Governo, atingiu, no decurso de 1963, as suas principais metas de trabalho, fruto da justa e firme orientação imprimida pelo órgão competente, que tudo tem feito para garantir a posse da terra aos que realmente a trabalham. Mercê dessa linha de conduta, já vão longe na memória os dias negros da gestão anterior, quando o sudoeste do Estado se viu convulsionado pela cupidez dos que queriam fazer da posse da gleba apenas veículo de enriquecimento ilícito. Reparando irregularidades e injustiças, o D.G.T.C. cumpriu as suas reais finalidades, restabelecendo a tranquilidade e a confiança no meio rural e permitindo que aquela vasta região se transformasse numa das principais fontes de pro-

dução de gêneros de subsistência, que tem possibilitado ao Paraná, inclusive, alimentar parte do Brasil, principalmente o Nordeste. Associando-se Estado e União, foi criado um órgão misto, o GETSOP — Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná — que tem desenvolvido meritório trabalho, seja solucionando litígios, seja executando obras destinadas ao desenvolvimento e valorização da região. Simultaneamente, o Conselho de Desapropriação e Colonização e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração já registram trabalhos de colonização, tendo o primeiro feito a entrega de compromissos de compra e venda de terras a colonos e iniciado a construção, com a colaboração de outros órgãos, de grupos escolares, campos de aviação, e centros de experimentação agrícola, e a segunda executado um plano de colonização na gleba denominada «Bocaiuva do Sul», à margem da BR-2, onde serão instaladas centenas de famílias.

Justiça e segurança

Na mensagem do ano anterior, foram analisadas as medidas adotadas para corrigir a diversificação de órgãos da administração estadual que agiam nos setores de justiça e segurança, sendo definidas as atribuições das Secretarias do Interior e Justiça e de Segurança Pública, de inegável importância à tranquilidade da família paranaense e de cidadãos estrangeiros que ajudam o nosso progresso. O processamento de naturalizações se realiza de maneira mais eficiente, pois as dificuldades antes existentes, quer para o custeio de cada processo, quer pela demora na concessão da cidadania brasileira, estão praticamente superados. Ao lado disso, a estruturação de organismos policiais prossegue, objetivando dar à Polícia perfeito aparelhamento material e pessoal, principalmente nos setores técnico e científico, o que tem sido conseguido com a colaboração do Ponto IV, com o que foi possível adquirir material moderno e realizar cursos de aperfeiçoamento de pessoal, inclusive no exterior, onde estagiaram o titular da pasta de Segurança, Delegados e o diretor do Departamento do Serviço de Trânsito. Com relação ainda ao pessoal, a criação da Escola de Polícia, há alguns meses, vai permitir que se estabeleça indispensável seleção.

Desejo, no relato deste setor, tornar público o meu louvor à Polícia Militar do Estado, cujas atividades atuais têm hon-

rado o seu passado de glórias e contribuído para a tranquilidade da família paranaense.

Recursos humanos

Convicto de que sem um quadro de pessoal capaz e satisfeito em suas exigências mínimas de subsistência, não seria possível fazer funcionar a máquina administrativa, sujeita, ainda mais, aos entraves burocráticos que a desfiguram, meu Governo tem procurado, desde que se instalou, proporcionar aos servidores do Estado meios que lhes permitam executar com eficiência suas atribuições, contribuindo, assim, para o progresso do Paraná. Dessa forma, diversas providências foram adotadas, desde 1961, em seu favor, começando com a regularização do pagamento de seus vencimentos, com aumentos sucessivos destes, com a realização de cursos de aperfeiçoamento e seleção nos mais variados setores da administração e com a implantação do Plano de Classificação de Cargos e Funções, com o que se racionalizou profundamente a atividade funcional, eliminando-se, neste último caso, as influências perniciosas ao acesso hierárquico, onde se faziam mais gritantes as injustiças, e introduzindo-se o critério de mérito reivindicado pelos bons servidores, que são a maioria.

Sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, à qual se subordinam os mais variados e complexos órgãos da administração do pessoal, vai este setor superando as suas deficiências, assistido por medidas efetivas de aperfeiçoamento, podendo-se somar às mencionadas a realização de concursos, já concretizados para a habilitação de Agentes de Impostos e Taxas e de Estatísticas.

Vale ressaltar que, em 1963, além da concessão de um abono de emergência aos servidores, para fazer face às dificuldades cada vez mais gritantes impostas pela alta incessante do custo de vida, foi-lhes proporcionado, também, no fim do exercício, substancial aumento de vencimentos, ao qual podem ser somados a elevação do salário-família e salário-espôsa e a incorporação da quarta-parte ao vencimento-base para o efeito da concessão de adicionais, com o que se elevam os proventos de inatividade. Acrescente-se a isso a concessão da aposentadoria aos 25 anos ao elemento feminino do quadro do pessoal e a assistência notável que o Instituto de Previdência do Estado vem prestando aos servidores, agora ampliada com

o funcionamento das carteiras de empréstimo simples e o destinado à construção da casa própria, e há de se reconhecer que o meu Governo tem feito todo o possível para dar melhores condições de sobrevivência aos operosos auxiliares da administração, a par de maiores recursos ao desempenho de suas atribuições.

Reforma administrativa

Com o objetivo de corrigir estruturas anacrônicas e superadas, a fim de imprimir aos serviços públicos o ritmo que a dinâmica moderna impõe, vem sendo realizada a reforma administrativa desde o início da atual gestão, tendo sido dado largos passos nesse sentido. Com isso foi possível vencer vícios burocráticos tradicionais, representados por atividades que se operavam ao sabor de resoluções momentâneas, ainda mais sujeitas aos caprichos e às reações individuais, com todos os inconvenientes e falhas que invariavelmente acarretam à marcha eficiente da administração.

Com o concurso do órgão de planejamento do Estado — a PLADEP — que tem prestado os melhores serviços também no setor de estudos e levantamentos das possibilidades econômicas do Estado, foi efetuada uma rigorosa análise da situação de todos os órgãos da administração, examinando-se as leis e regulamentos em que se alicerçava a tumultuada estrutura do Estado, do que partiu a reforma administrativa. Já foram reestruturadas tôdas as Secretarias de Estado, das quais 7 contam com regulamento próprio, estando em preparo o de duas faltantes. Com a mesma finalidade, remeti a esta Egrégia Assembléia mensagem criando as Secretarias de Minas e Energia e de Indústria e Comércio, para completar a relação de órgãos necessários à coordenação de assuntos específicos. Simultaneamente, para tornar perfeita a reorganização estadual, foi e está sendo preparado material humano para conduzi-la, sem o que ela não teria sentido. Assim, diversos cursos de especialização de pessoal foram realizados, tais como o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico CEPAL/PARANÁ e o de Preparação de Técnicos em Elaboração e Administração Orçamentária, além de outros. Igualmente vem sendo facilitada a freqüência de servidores a cursos instituídos por outras entidades do País e do Exterior, dos quais se destacam: Curso de Planejamento Econômico, do

Instituto «Economia e Humanismo», Paris; Curso de Introdução à Pesquisa Sócio-Econômica, na Universidade de Münster, Alemanha; Curso de Planejadores Industriais, nos EE.UU.; e Curso de Pós-Graduação em Engenharia Química, na Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.

Instrumento de ação

Teria sido difícil acelerar o ritmo de trabalho da administração não fosse a criação de diversos instrumentos de ação com os quais se procurou superar óbices técnicos e financeiros antepostos ao programa de desenvolvimento do Estado. Se bem que todos êsses instrumentos representem importância marcante no conjunto de trabalho, merece maior destaque a CODEPAR — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — criada quase ao início da atual gestão, pela sua maior participação no processo de desenvolvimento. Realmente, sem o concurso de seus fundos não teria sido possível conseguir os índices registrados nos setores de rodovias, energia elétrica e saneamento. Ao mesmo tempo, submissa à lei que a criou, a CODEPAR colaborou de maneira expressiva com a atividade privada, através de financiamentos que atingem a bilhões de cruzeiros, fomentando o progresso industrial do Estado, já indiretamente apoiado pelos investimentos que a empresa realizou no setor da infraestrutura do Paraná. Posso afirmar que, em 1963, a CODEPAR, gerindo o Fundo de Desenvolvimento, passou a ser o principal instrumento da política econômica de meu Governo.

Em seu segundo ano de vigência, o mencionado fundo proporcionou uma renda bruta de 12 bilhões e 847 milhões de cruzeiros, aplicada, salvo as deduções legais, em obras de infraestrutura e em financiamentos à atividade particular ligada à produção. No exercício passado, êsse montante teve o seguinte movimento: 5 bilhões e 500 milhões, em números redondos, no primeiro setor, e 1 bilhão e 100 milhões no segundo, de um total disponível de 7 bilhões e 794 milhões de cruzeiros.

Assim, as empresas representadas por siglas que se confundem com a denominação do Estado, têm dado extraordinária parcela de colaboração ao desenvolvimento do Paraná. A elas somo o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — CODESUL —, formado pelos Governos do Rio Grande do

Sul, Santa Catarina e Paraná, cuja presidência rotativa tive a honra de exercer no último exercício.

Palavras finais

Antes de encerrar esta prestação de contas, não poderia deixar de mencionar alguns fatos marcantes ocorridos no Paraná e no mundo, que, de uma forma ou de outra, tiveram profundos reflexos em nossa vida política e espiritual. De início, releva citar a criação do cargo de Vice-Governador do Estado, em fevereiro dêste ano, através da votação de emenda à Constituição aprovada por esta douta Assembléia, e a subsequente eleição, indireta, também por esta Casa, e posse do seu primeiro titular, o doutor Affonso Alves de Camargo Neto, um dos mais expressivos valores da nova geração política do Paraná, que desde o início da minha gestão vem prestando os mais assinalados serviços à vida pública do Estado.

A seguir, registro, com pesar e emoção, dois tristes passamentos ocorridos no cenário internacional, o primeiro, de Sua Santidade o Papa João XXIII, verdadeiro apóstolo da pregação de reformas sociais e da paz entre os homens, sucedido por Sua Santidade o Papa Paulo VI, de mesma e nobre formação, e o segundo, do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, John Kennedy, trágicamente assassinado, cujas virtudes de estadista o projetaram como um autêntico paladino da democracia e a cujo acêrvo de serviços se soma a elaboração do notável plano de desenvolvimento de todos os países americanos, a Aliança Para o Progresso, que tantos benefícios consigna em vários pontos do Brasil.

Senhores Deputados:

Relatei a Vossas Excelências o trabalho realizado no exercício de 1963 e outros fatos relevantes registrados na administração do Estado e na vida do País. Tenho consciência de que, dentro das minhas limitações, tudo fiz para corresponder à honrosa e espinhosa missão que me foi confiada pelo povo do Paraná.

Com a ajuda de Deus, que não me tem faltado em todos os momentos, assim há de ser feito até o fim do meu mandato.

Curitiba, 1.º de maio de 1964.

NEY BRAGA

II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA

1) A Evolução da Economia

O Estado do Paraná enfrentou, no ano de 1963, uma das maiores crises de sua história. A geada de 1962, que já havia assolado os cafezais, principal sustentáculo da economia paranaense, provocando a redução da safra 1963/1964, estimada em 14 milhões para 8 milhões de sacas; seguiu-se em 1963, outra mais intensa, que reduziu a safra 1964/1965, estimada pelo menos em 20 milhões a 3,2 milhões de sacas aproximadamente. As sêcas prolongadas, que prejudicaram grandemente a produção em geral, e finalmente, os incêndios que destruíram grande parte das colheitas, levaram o Paraná a uma situação de calamidade pública, cujos efeitos imediatos já foram superados, demonstrando assim a grande capacidade de recuperação de nossa economia.

A ocorrência de geadas que castigaram os cafezais de São Paulo e, sobretudo, do Norte do Paraná, veio criar uma panorama completamente nôvo no cenário cafeeiro nacional. Pela primeira vêz, em muitos anos, o Brasil deverá colher menos café do que deverá exportar, havendo portanto necessidade de recorrer aos estoques anteriormente acumulados pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC).

No Paraná, a economia vem acusando um intenso processo de crescimento do produto real. Entretanto, êsse crescimento não foi uniforme já que houve maior expansão do setor primário, que passou de 48,2% em 1947 a 63,5% da Renda Interna em 1960. O setor secundário, teve sua participação relativa reduzida, pois, passou de 14,3% em 1947 a 10,2% da Renda Interna em 1960.

Êsses elementos demonstram o quanto a economia paranaense está condicionada ao setor primário e, lògicamente, sujeita a tôdas as suas características de instabilidade, no que concerne aos acréscimos anuais do produto e, principalmente, às relações de têrmos de intercâmbio com outras regiões mais industrializadas.

Pode-se afirmar, contudo, apesar da inexistência de dados globais sôbre 1963, que a estrutura econômico-social do Paraná permaneceu estável, resistindo ainda às tendências históricas que agem no sentido de sua modificação, a despeito de já começarem a dar frutos as medidas de política econômica do Govêrno, destinadas exatamente a acelerar as tendências referidas.

2) As Finanças Públicas

a) Receita

A receita arrecadada, em comparação com a despesa efetivada, nos últimos exercícios, tem o seguinte comportamento (em milhões de cruzeiros):

Anos	Receita	Despesa		Diferença
1957	3.529,0	4.328,2	Déficit	799,2
1958	4.331,4	5.004,9	Déficit	673,5
1959	6.944,4	6.118,6	Superávit	825,8
1960	10.781,4	15.754,0	Déficit	4.973,0
1961	16.591,0	15.176,0	Superávit	1.415,0
1962	26.422,0	26.152,0	Superávit	270,0
1963	37.650,7	37.595,2	Superávit	55,5

Os «superávits» obtidos nos exercícios de 1961 a 1963, decorreram da aplicação de uma política financeira e tributária enérgica. Essa política teve seu sucesso fundamentado no equacionamento dos problemas relativos aos gastos e na solução das questões concernentes à obtenção de recursos em moeda, necessários à cobertura dessas despesas. De um lado, pois, com base em uma estimativa real das disponibilidades monetárias, fixou-se o Plano de Aplicação, relativamente rígido. Por outro lado, sem qualquer aumento na alíquota dos tributos, realizou-se um aperfeiçoamento do sistema fiscal paraense, visando à obtenção de maiores recursos pecuniários.

Esses «superávits» constituir-se-iam em fracasso total da administração, acaso os recursos obtidos com esforço, fôsem mal empregados ou simplesmente esbanjados. Entretanto, êste não é o caso, como pode ser constatado pela análise da despesa realizada nos diversos setores.

O demonstrativo da Receita assim se apresenta:

RECEITA ORDINARIA

Tributária

a) Impostos		
Transmissão de Propriedade «Causa Mortis» ..	203.425.699,00	
Vendas, Consignações e Transações	30.638.465.110,10	
Sêlo — Adesivo e por Verba	577.963.591,30	
Bebidas Alcoólicas	40.618.089,00	
	<hr/>	
Total dos Impostos	31.460.472.489,40	
b) Taxas		
Assistência Social	36.442.862,00	

Aposentadoria dos Serventuários da Justiça	24.406.693,50
Valorização Agrária	32.864.692,60
Serviço de Trânsito	146.411.690,30
Emolumentos e Custas Judiciárias	23.777.873,30
Sôbre o Café	80.187.911,40
Fiscalização do Leite	5.432.561,70
Demarcação de Terras	219.979,60
Eletrificação	3.065.533.877,40
	<hr/>
Total das Taxas	3.415.278.141,80
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	34.875.750.631,20
Patrimonial	
Aluguel dos próprios do Estado	680.000,00
Juros de Depósitos	40.154.462,20
Dividendos de Ações	21.735.840,00
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	62.570.302,20
Industrial (exclusive órgãos autônomos)	
Renda da Secretaria de Saúde e repartições subordinadas	44.450,00
Renda da Imprensa Oficial	43.910.408,00
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL	43.954.858,00
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA ORDINÁRIA	34.982.275.791,40
RECEITA EXTRAORDINÁRIA	
Venda e legitimação de terras	89.514.018,00
Venda de Bens e Próprios do Estado	7.569.354,50
Cobrança da Dívida Ativa	12.206.677,30
Renda do Serviço Lotérico	254.722.315,70
Contribuição dos Municípios para o Serviço de Saúde	33.251.625,10
Operações de Crédito	1.000.014.379,60
Renda Eventual	1.271.140.466,60
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA EXTRAORDINÁRIA	2.668.418.836,80
	<hr/>
TOTAL DA RECEITA	37.650.694.628,20

Distribuição Percentual da Receita:

Como vemos pelo Quadro abaixo, o imposto de vendas, consignações e transações vem aumentando sua participação na receita arrecadada. No exercício de 1963 êsse imposto representou 81,4% da receita total e ... 87,8% da receita tributária, sendo que o café contribuiu com 7,6 bilhões de cruzeiros, ou seja, 24,8% da arrecadação do I.V.C.T.

Os impostos de transmissão de propriedade «causa mortis», do Sêlo-Adesivo e por Verba e Sôbre Bebidas Alcoólicas, representaram 2,2% da arrecadação total.

As nove taxas cobradas pelo Estado, no exercício de 1963, participaram com 9,0% da receita.

Distribuição Percentual da Receita

ANOS	A	B	C	Receita Tributária	Outras Fontes de Receita	TOTAL
	Imp. Vendas Consig. e Transações	Outros Impostos	Taxas Diversas	A+B+C+D	E	D+E=100
1953	48,4	16,3	5,1	69,8	30,2	100
1954	39,6	11,1	7,0	57,7	42,3	100
1955	47,6	11,8	8,2	67,6	32,4	100
1956	56,1	17,5	8,5	82,1	17,9	100
1957	60,1	12,8	8,9	81,8	18,2	100
1958	63,8	11,5	10,5	85,8	14,2	100
1959	68,4	9,1	9,7	87,2	12,8	100
1960	66,7	7,2	9,4	83,3	16,7	100
1961	71,9	8,6	5,4	85,9	14,1	100
1962	80,6	2,6	9,3	92,5	7,5	100
1963	81,4	2,2	9,0	92,6	7,4	100

A Receita Tributária, constituída pelos impostos e taxas, vem aumentando sua participação devido, quase que exclusivamente, ao Impôsto de Vendas, Consignações e Transações, e no ano de 1963 representou 92,6% da receita.

As Receitas, Patrimonial, Industrial e Extraordinária participaram com 7,4%, o que representa uma constante diminuição de suas contribuições na arrecadação estadual.

Receita Nominal e Receita Real

Em face do processo inflacionário, o aumento verificado na Receita do Estado do Paraná foi apenas nominal. Tal assertiva pode ser constatada pelo gráfico n.º 1, que demonstra a evolução da receita a preços correntes (valor nominal) e a preços constantes (valor real).

Levando-se em conta que o Estado do Paraná enfrentou, no exercício de 1963, uma das maiores crises da sua história econômica, consequência de fenômenos climáticos, tais como as geadas, as secas prolongadas, e, finalmente, os incêndios ocorridos em grande parte de nosso território, que convulsionaram toda a economia, constata-se que estes fatos influenciaram, direta e indiretamente, de modo desfavorável na arrecadação estadual.

Receita Tributária:

A Receita Tributária do Estado cresceu de 24.444 milhões, em 1962, para 34.876 milhões em 1963, ou seja, uma aumento percentual de 42,7% em valor nominal. De 2.884 milhões em 1962, caiu para 2.406 milhões em 1963, ou seja, uma queda de 16,6%, em valor real.

No quadro da página 8 verifica-se, na coluna G, que cada habitante do Estado contribuiu em 1962 em valor real com Cr\$ 587,50 e que, em 1963, essa contribuição desceu para Cr\$ 458,00.

A muitas outras conclusões poder-se-ia chegar, se fossem levadas em conta as dimensões da despesa pública, com custos cada vez mais elevados, e a ampliação das atividades do Estado, nos setores de educação, de saúde, transportes, energia elétrica e outros, decorrentes do aumento vegetativo e imigratório da população e da crescente necessidade de participação do Poder Público em investimentos de baixa rentabilidade e de período muito longo de maturação.

Imposto de Vendas, Consignações e Transações:

Constituindo esse imposto a base da receita Tributária do Estado repercute ele diretamente na arrecadação estadual. Vemos, pelo quadro da página 9, que a arrecadação do Imposto de Vendas, Consignações e Transações, em valores correntes, foi de 21.290 milhões em 1962 e de 30.638 milhões em 1963, o que nos dá um aumento de 43,9%. Entretanto, a preços constantes (valor real) a arrecadação em 1962 foi de 2.512 milhões e em 1963 foi de 2.114 milhões, ou seja, uma queda de 15,8%.

RECEITA TRIBUTÁRIA

Anos	B		C	D	E	F		G	Por		Habitante
	Receita Tributária		Deflatores	Receita Tributária Real cr\$ 1 milhão	População em Milhares de Habitantes	Contribuição Média		Média cr\$ real	í n d i c e s		Real
	Nominal cr\$ 1 milhão	Real				cf\$ nominal	cr\$ real		Nominal	Real	
1.953	1.334	1.334	100,0	1.334	2.606	511,20	511,20	100,0	100,0	100,0	100,0
1.954	1.432	1.101	76,9	1.101	2.793	512,20	394,60	100,2	77,2	100,2	77,2
1.955	1.934	1.315	68,0	1.315	2.995	645,20	439,20	126,2	85,9	126,2	85,9
1.956	2.431	1.388	57,1	1.388	3.223	754,80	430,20	147,6	84,1	147,6	84,1
1.957	2.890	1.465	50,7	1.465	3.455	836,20	424,80	163,6	83,1	163,6	83,1
1.958	3.717	1.680	45,2	1.680	3.704	1.003,20	453,20	196,2	88,6	196,2	88,6
1.959	6.053	1.979	32,7	1.979	3.971	1.524,10	498,10	298,1	97,4	298,1	97,4
1.960	8.983	2.246	25,0	2.246	4.278	2.099,30	525,50	410,6	102,8	410,6	102,8
1.961	14.265	2.582	18,1	2.582	* 4.581	3.113,40	563,30	609,0	110,2	609,0	110,2
1.962	24.444	2.884	11,8	2.884	* 4.905	4.983,20	587,50	974,8	114,9	974,8	114,9
1.963	34.876	2.406	6,9	2.406	* 5.253	6.639,10	458,00	1.298,7	89,6	1.298,7	89,6

* Projeção com base nos censos de 1950 e 1960.

Deflator — Índice Geral de Preços por Atacado = Revista Conjuntura Econômica — Janeiro de 1.964.

Arrecadação do Imposto de Vendas, Consignações e Transações
 Valores Nominais e Deflacionados
1953 — 1963

Cr\$ 1.000.000,00

ANOS	Preços Correntes Nominal	Índice de Evolução	Preços Constantes REAL 1.953 — 100	Índice de Evolução
1953	925,7	100	925,7	100
1954	982,5	106	755,5	82
1955	1.360,0	147	924,8	100
1956	1.669,1	180	953,0	103
1957	2.124,4	230	1.077,1	116
1958	2.767,2	299	1.250,8	135
1959	4.748,0	513	1.552,6	168
1960	7.193,1	777	1.798,3	194
1961	11.937,9	1.290	2.160,7	233
1962	21.290,0	2.301	2.512,2	271
1963	30.638,5	3.309	2.114,0	228

Municípios com Arrecadação Estadual Superior a 100 milhões:

Vê-se pelo quadro abaixo, que a arrecadação por exatarias acha-se bastante concentrada. Das 285 exatarias existentes, apenas 58 exatarias arrecadaram mais de 100 milhões de cruzeiros. Essas 58 exatarias encontram-se localizadas em 45 municípios paranaenses.

Distribuindo os 45 municípios, de acôrdo com o zoneamento regional elaborado pela Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP), temos que a região 1 é responsável por 38,14% da arrecadação por exatoria, a região 6 por 15,16%, a região 7 por 11,72%, a região 2 por 7,14%, a região 5 por 6,59%, a região 4 por 3,06% e finalmente a região 3 por 2,61%.

A arrecadação nos 45 municípios relacionados corresponde a 84,42% da arrecadação total por exatarias.

Municípios com arrecadação estadual superior a Cr\$ 100.000.000,00

	Valor Arrecadado Cr\$ 1.000.000	% na Arrecadação Total
REGIÃO «1»	12.190	38,14
1 Curitiba	7.255	22,75

2	Paranaguá	4.110	12,83
3	Antonina	332	1,01
4	Campo Largo	167	0,52
5	São José dos Pinhais	111	0,35
6	Rio Negro	108	0,34
7	Rio Branco do Sul	107	0,34
	REGIÃO «2»	2.278	7,14
8	Ponta Grossa	1.558	4,88
9	Tibagi	415	1,30
10	Irati	305	0,97
	REGIÃO «3»	832	2,61
11	União da Vitória	405	1,27
12	Pato Branco	237	0,74
13	Francisco Beltrão	190	0,60
	REGIÃO «4»	975	3,06
14	Guarapuava	447	1,40
15	Cascavel	205	0,64
16	Foz do Iguaçu	187	0,59
17	Toledo	136	0,43
	REGIÃO «5»	2.100	6,59
18	Jacarézinho	389	1,23
19	Cornélio Procópio	366	1,15
20	Bandeirantes	335	1,05
21	Andirá	252	0,79
22	Cambará	214	0,67
23	Santo Antônio da Platina	188	0,59
24	Sertaneja	142	0,44
25	Santa Mariana	110	0,34
26	Uraí	104	0,33
	REGIÃO «6»	4.819	15,16
27	Londrina	2.137	6,70
28	Apucarana	597	1,88
29	Arapongas	583	1,83
30	Porecatú	398	1,25
31	Assaí	392	1,23
32	Rolândia	181	0,57
33	Cambé	156	0,50

34	Ivaiporã	126	0,40
35	Alvorada do Sul	125	0,40
36	Jandaia do Sul	124	0,40
	REGIÃO «7»	3.737	11,72
37	Maringá	1.784	5,60
38	Paranavaí	609	1,91
39	Campo Mourão	296	0,93
40	Umuarama	231	0,72
41	Cruzeiro do Oeste	209	0,65
42	Cianorte	203	0,64
43	Mandaguari	154	0,48
44	Nova Esperança	151	0,47
45	Marialva	100	0,31
	TOTAL	26.931	84,42

b) Despesa

Analisemos agora as despesas realizadas no exercício de 1963.

Dentro do critério econômico de classificação da despesa, esta no exercício teve o seguinte desdobramento (em milhões de cruzeiros):

Despesas Correntes	Orçamentária	Crédito	Total
		Especial	
Custeio de Serviços	21.285,6	174,9	21.460,5
Transferências Correntes	8.122,0	177,0	8.299,0
Sub-Total	29.407,6	351,9	29.759,5
Despesas de Capital			
Investimentos	7.201,2	379,5	7.580,7
Inversões Financeiras	70,5	50,0	120,5
Amortização da Dívida Pública	134,4	—	134,4
Sub-Total	7.406,1	429,5	7.835,6
Total Geral	36.813,7	781,4	37.595,1

Nas despesas correntes, temos a destacar os gastos realizados com o pagamento do pessoal, que atingiu o montante de Cr\$ 24.142.444.835,30 assim distribuído:

Pessoal da Administração Direta	Cr\$ 18.779.438.492,00
Pessoal Inativo	Cr\$ 1.627.557.454,00
Pessoal das Autarquias	Cr\$ 3.735.448.889,30
Total	Cr\$ 24.142.444.835,30

RECEITA ARRECADADA E DESPESA EFETIVADA

Valores Nominais e Deflacionados

Cr\$ 1.000.000,00

Anos	R E C E I T A		D E S P E S A		D I F E R E N Ç A	
	Preços Correntes	Preços Constantes 1953=100	Preços Correntes	Preços Constantes 1953=100	Preços Correntes	Preços Constantes 1953=100
1.953	1.910,3	1.910,3	1.597,2	1.597,2	313,1	313,1
1.954	2.479,5	1.906,7	2.110,3	1.622,8	369,2	283,9
1.955	2.863,2	1.947,0	2.633,2	1.790,4	230,0	156,4
1.956	2.958,2	1.689,1	2.675,1	1.641,7	83,1	47,4
1.957	3.529,0	1.792,7	4.328,2	2.198,7	799,2	406,0
1.958	4.331,4	1.957,8	5.004,9	2.262,2	673,5	304,4
1.959	6.944,4	2.277,8	6.118,6	2.006,9	825,8	270,9
1.960	10.781,4	2.706,1	15.754,0	3.954,2	4.973,0	1.248,1
1.961	16.591,0	3.006,4	15.176,0	2.746,8	1.415,0	259,6
1.962	26.422,0	3.117,8	26.152,0	3.085,9	270,0	31,9
1.963	37.650,7	2.597,9	37.595,2	2.594,1	55,5	3,8

NOTA : — Índices de Inflação «Revista Conjuntura Econômica»
«Índice Geral de Preços por Atacado».

Os gastos com pessoal representam 78,7% da renda do Imposto de Vendas, Consignações e Transações.

A destinação da despesa nos é dada pelo quadro abaixo, no qual vemos sua distribuição por órgão (despesa orçamentária):

Assembléia Legislativa	619.849.187,90	—	1,7%
Tribunal de Contas do Estado . . .	226.520.456,30	—	0,6%
Govêrno do Estado	1.048.338.084,60	—	2,8%
Secretaria da Agricultura	1.257.511.442,60	—	3,4%
Secretaria de Educação e Cultura	9.988.867.143,00	—	27,1%
Secretaria da Fazenda (*)	7.049.998.857,40	—	19,1%
Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno	202.709.184,80	—	0,6%
Secretaria do Interior e Justiça . .	468.941.511,10	—	1,3%
Secretaria de Saúde Pública	2.153.733.653,90	—	5,9%
Secretaria do Trab. e Assist. Social	734.686.283,00	—	2,0%
Secretaria de Viação e Obras Públicas	7.922.524.336,50	—	21,5%
Secretaria de Segurança Pública	4.311.653.345,10	—	11,7%
Poder Judiciário	828.397.774,50	—	2,3%
TOTAL GERAL	36.813.731.260,70	—	100,0%

(*) A grande participação da Secretaria da Fazenda decorre das despesas vinculadas à receita contidas sob o título Administração Geral do Estado.

Endividamento do Estado:

BALANÇO PATRIMONIAL

a) — Passivo Financeiro:

O Balanço Patrimonial do exercício de 1962 mostrava um passivo financeiro da ordem de 11.184 milhões.

Ao findar o exercício de 1963, o Passivo Financeiro alcançava a casa dos 11.644 milhões, ou seja, um aumento de 460 milhões em relação ao exercício anterior.

Uma melhor compreensão da dívida referida nos é dada por sua especificação (em mil cruzeiros):

Restos a pagar	Total
de 1.957	289,8
de 1.958	217,5
de 1.959	58.313,8
de 1.960	784.610,3

de 1.961	327.905,1
de 1.962	1.399.114,4
de 1.963	6.809.044,2
<hr/>	
Sub-total	9.379.495,7
Contas a Regularizar	80.979,6
Total dos Restos a Pagar	9.460.475,3
Depósitos de Diversas Origens	1.880.982,4
Diversas Contas	302.562,5
Total Geral do Passivo Financeiro	11.644.020,2

b) — Passivo Permanente:

O Passivo Permanente encerrou-se em 1962 com 3.490,3 milhões e em 1963 com 4.699,1 milhões o que nos dá um aumento de 1.208,8 milhões (34,6%) em relação ao exercício de 1962.

A sua composição, em 31-12-63, era a seguinte:

Dívida Fundada Interna	4.214.913.580,40
Dívida Fundada Externa	334.440.255,80
Contas em Suspenso	149.739.761,70
<hr/>	
Total Geral do Passivo Permanente	4.699.093.597,90

Despesa Nominal e Despesa Real:

A despesa efetivada nos últimos exercícios apresenta a seguinte evolução, a preços correntes (valor nominal) e a preços constantes (valor real), tendo como base o ano de 1953, (em milhões de cruzeiros):

Anos	Preços Correntes	Preços Constantes - 1953=100
1953	1.597,2	1.597,2
1954	2.110,3	1.622,8
1955	2.633,2	1.790,4
1956	2.875,1	1.641,7
1957	4.328,2	2.198,7
1958	5.004,9	2.262,2
1959	6.118,6	2.006,9
1960	15.754,0	3.954,2
1961	15.176,0	2.746,8
1962	26.152,0	3.085,9
1963	37.595,2	2.594,1

Como vemos no gráfico anexo n. 4, a despesa geral do Estado vem crescendo bastante em valores nominais, entretanto, em valores reais o mesmo não acontece. Isto se deve ao fato da constante avassaladora elevação dos custos das utilidades, ocasionada pelo regime inflacionário, sem uma contrapartida de igual porte nas arrecadações.

Tendo em vista que o Estado não conta com a faculdade da emissão de papel moeda, o Govêrno vem seguindo uma política rígida e inflexível de contenção de gastos.

Para não obstacularizar o desenvolvimento econômico-social do Estado, pela falta de recursos financeiros orçamentários, o Govêrno vem atendendo as obras de infraestrutura e de fomento, tanto industrial como agrícola, por intermédio de suas Companhias de Economia Mista.

c) Reforma Tributária e Combate à Sonegação

Os maiores entraves à obtenção dos recursos em moeda, indispensáveis aos custos das despesas públicas, têm sido, sem dúvida, a SONEGAÇÃO E A FRAUDE tributárias, prioritariamente ligadas ao imposto sobre vendas e consignações. A solução adotada em relação a êsse problema foi a de se aplicar uma AÇÃO redutora da área de OMISSÃO do contribuinte. A ação desencadeou-se nas seguintes e principais linhas de força:

- 1 — Atração, à realidade natural, do contribuinte que se encontrava na omissividade, através de uma promoção publicitária dirigida ao convencimento sobre a necessidade cívica da contribuição tributária.
- 2 — Desencorajamento à transgressão tributária, através de meios eficientes, como a multa pesada e a prisão.
- 3 — Pressão ao contribuinte faltoso, através de operações fiscais, fazendo o mesmo realizar maior declaração de vendas e, conseqüentemente, maior recolhimento tributário.
- 4 — Recuperação do sonegador ou fraudador costumaz, através de aplicação de penalidades e de vigilância fiscal constante.

Muitas vezes, porém, o tributo deixa de ser recolhido, não por motivo de sonegação ou fraude mas, sim, em virtude do incorreto conhecimento, pelo contribuinte, da legislação tributária. Em face dessa ocorrência procurou-se promover a difusão dos textos legais, através, principalmente, dos órgãos da imprensa paraense.

A ação fazendária, desfechada em 1.963, para tornar-se eficiente teve que se estruturar à base de peças corretamente sincronizadas e atuantes, tais como a legislação tributária, e estrutura fisco-arrecadadora, o

pessoal de orientação e de execução, os meios materiais adequados e mecanismos de trabalho.

Ampliou-se consideravelmente, em 1.963, a reforma da legislação tributária, iniciada em 1.961. As principais alterações e inovações foram, sem discrepância, no setor do IVC, a ESTIMATIVA (lei 4.686/64) e a implantação de COBRANÇA ÚNICA do IVC sobre o algodão e café (decretos nrs. 10.571 de 11.1.63 e 11.753 de 17.5.63).

A estimativa veio corrigir uma falha institucional do IVC, qual seja a de o sistema previsto no dec.-lei 650/47 impossibilitar o controle e a fiscalização do comércio marginal, principalmente. Melhorou-se a rentabilidade do sistema de cobrança, através da criação de um sistema simples de arrecadação e de fiscalização, à distância e centralizada. Eis, hoje, o resultado dessa inovação adotada em 1.963.

Inscritos	Valor Lançado	Recolhimentos		%
		em 1.962	Diferença	
8.171	1.804.494.300,00	657.344.745,90	1.147.149.554,10	

Fonte: — Serviço da Estimativa — S. F. — Pr.

O aumento da arrecadação, através do sistema de estimativa, veio atingir uma área contributiva que há muitos anos não merecia a atenção do fisco, quer por inteira impraticabilidade, quer por ter ela que ser dirigida a outros pontos prioritários, como, por exemplo, o agropecuário. Vimos que o menor índice de aumento da arrecadação, entre os mesmos contribuintes, em 1.962 e 1.963, registrou-se em CAMPO LARGO, — com 136%. Vimos ainda, êsses aumentos chegar a relações percentuais bem elevadas, como ocorreu em CAMPINA GRANDE DO SUL, onde atingiu 1.580%.

Teve sucesso, também, na obtenção de recursos monetários, a implantação da cobrança única do IVC sobre o algodão e o café. A receita derivada do algodão representou a elevada cifra de Cr\$ 1.600.000.000,00; a do café, em uma safra, dez milhões de sacas menos do que a de 1962/63, — que foi de 18 milhões —, superou, o último semestre de 1.963, o arrecadado em todo o ano-safra anterior. Ao lado dos bens resultados financeiros, a cobrança única sobre o café projetou o Paraná como recordista mundial de exportação de café. Através do Porto de Paranaguá foram exportadas, em 1.963, 6.476.681 sacas de café, fora as 244.968 sacas movimentadas por cabotagem. Esse alto índice de exportação decorreu, principalmente, das vantagens extra-fiscais oferecida pelo novo sistema de cobrança.

Outras medidas legais deram novo aspecto ao repertório da legisla-

ção tributária paranaense. Criou-se a TAXA RODOVIÁRIA (lei nr. 4.762, de 5.11.63). Instituíram-se novas áreas tributárias em relação ao imposto de selo. A lei 4.804 veio encerrar, com ênfase, as modificações de ordem legal, dando poderosos instrumentos na obtenção de recursos monetários.

Entre outros merecem destaque:

- a) fixação do IVC mínimo,
- b) processo administrativo-fiscal,
- c) penalidades fiscais,
- d) revogações — da isenção ao criador-invernista; da isenção da taxa de assistência social; da cobrança do selo de 3% «ad valorem»; da cobrança do imposto sobre bebidas alcoólicas;
- e) isenção ao pequeno produtor;
- f) participação dos fiscais nas multas;
- g) solução para os débitos das cooperativas que adiante será comentada.

Em 1.963 concretizou-se a reorganização da estrutura fazendária. Sofreram radicais modificações, principalmente o DAR e o DFR da SF (decretos nrs. 11.874 de 22.3.63 e 11.876 de 22.3.63).

Em 14 de junho do mesmo ano foi revisado o PLANO GERAL DE RE-EQUIPAMENTO DA SF, visando-se, especificamente, dar amplos meios para a consecução da atividade fiscalizadora e controladora da receita tributária. Algumas aquisições foram feitas, já em 1.963, como, por exemplo, a de balanças para os postos fiscais.

Quanto aos mecanismos de trabalho, aplicados em 1.963 para a obtenção dos recursos necessários aos gastos programados, ressaltam os apropriados à repressão às transgressões tributárias.

Os efeitos alcançados pela radical mutação no arcabouço fisco-legal, em face das novas modalidades de cobrança do IVC, não teriam atingido a eficácia desejada, se, paralelamente, não desenvolvesse a Fazenda Pública medidas imediatas e objetivas de combate direto à sonegação e à fraude tributária, tal como a «OPERAÇÃO PARANAPANEMA», — atividade dinâmica inédita nos anais fazendários do País, que proporcionou cobertura ao desenvolvimento do processo de cobrança única do IVC na movimentação e alienação do algodão. A «OPERAÇÃO PARANAPANEMA», concentrada toda ela na fronteira paulista, em face do normal escoamento da safra algodoeira, determinou a utilização maciça de efetivos da Polícia Militar do Estado, de elementos da Polícia Rodoviária, de toda a organização fiscal sediada do Norte, Noroeste e Nordeste do Estado, reforçada por auxiliares da Capital e diretamente orientada por assessôres do Secretário da Fazenda.

Mais de quinhentos homens, dispostos em viaturas diversas, Postos Fiscais normais e barracas estrategicamente instaladas, detiveram durante o decorrer da safra algodoeira, todas as mercadorias, inclusive cereais, transportadas naquela zona, evitando com grande efeito a evasão de rendas por meios fraudulentos, como era de conhecida prática nas imediações do rio Paranapanema.

Com o auxílio honroso e gratuito do Aero Clube do Paraná e mediante a utilização de helicóptero locado a firma particular, foi possível patrulhar toda a área de ação, não permitindo o tráfico fraudulento de caminhões carregados, nem mesmo nas rodovias mais precárias.

A ação, dirigida inteiramente a economia primária, propiciou considerável redução nos índices de sonegação nêsse setor de capacidade contributiva, sendo que de toda a comercialização da safra do algodão, uma vez concluída, foi apontado o ínfimo grau de sonegação da ordem de 4,8%, o que, em termos técnicos é considerado praticamente inexistente.

Ao término dessa vitoriosa Operação, já se esboçava o início da safra cafeeira, sendo necessária nova investida contra os sonegadores tributários da área da economia primária, o que foi realmente levado a efeito pela Secretaria da Fazenda através da «OPERAÇÃO CAFÉ», a qual, nos moldes da anterior, revestiu-se de integral eficácia.

Em face dos critérios adotados pela Lei nr. 4644/62, implantada efetivamente em 1.963, a sonegação tributária na mercantiliação do café foi consideravelmente amputada, sem que se necessitasse de uma ação fiscalizadora direta. Uma vez que a tributação só seria devida em três momentos, dois dêles já ofereciam perfeito controle de captação tributária e impossibilidade de sonegação ou fraude. Na venda do café ao Instituto Brasileiro do Café e na exportação para o exterior do País, inexistia qualquer possibilidade de transgressões às exigências tributárias, em face dos critérios adotados pela referida autarquia e, também, pelo controle de preço e câmbio para as remessas ao exterior. Assim, reduzida a área de sonegação unicamente através de determinações de lei, o que há muito se constitui num avanço da técnica tributária, restava que se controlasse a saída da rubiácea para o vizinho Estado de São Paulo, o que se pôde realmente fazer com a Operação Café. Nessa Operação foram utilizados mais de 100 servidores do Departamento da Fiscalização de Rendas e 52 soldados da PME, comandados por quatro oficiais.

Convém salientar que a implantação da cobrança do IVC, na fórmula da lei nr. 4644/62, exterminou parcialmente os meios de utilização fraudulenta dos cadastros de produção agro-pecuária, o que, até então, acarretava considerável processo de fraude fiscal.

Sem desviar a atenção, através dos organismos normais de fiscaliza-

ção do ingresso tributário em função da produção primária, voltou-se a Fazenda Pública para o setor contributivo do comércio e da indústria, onde os índices de sonegação também atingiam alarmantes proporções. Cabia, entretanto, uma ação mais direta e mais intensiva, alcançando a sonegação e a fraude nos locais ainda pouco explorados.

Criaram-se, assim, na Secretaria da Fazenda, os chamados «COMANDOS FISCAIS», que de forma intensiva e mesmo ostensiva, vasculharam os principais centros comerciais e industriais do Estado.

Além os efeitos realmente positivos do elemento SURPRESA, adotou-se o sistema de avisos aos comerciantes, obrigando-os a regularizar suas escritas e cumprir as suas obrigações fiscais, antes da efetiva ação dos Comandos Especiais de Fiscalização.

A atividade desse método de fiscalização, mesclada com a ação dos Distritos Fiscais e Fiscalização Volante, criou no Pará, em 1963, um clima de constante preocupação dos sonegadores, o que só não alcançava total eficácia, em face do reduzido elemento humano categorizado, de que dispõe a Fazenda Pública Estadual.

Essa deficiência de pessoal pôde, agora, ser realmente sentida pois com o desenvolvimento da dinâmica fazendária, impulsionada no exercício de 1963, verifica-se que o campo de ação cresceu às vistas da autoridade fazendária vigilante e a estrutura basilar não poderia ainda suportar a carga total. Já agora, com o novo estruturamento dos órgãos da Fazenda programado no exercício anterior e mediante a admissão de pessoal através de concurso, essa deficiência poderá ser sanada. Note-se, ainda, que o aprimoramento dos métodos de combate à sonegação foi motivo de real interesse da Fazenda, tanto que se verificou em 1963, a concretização de inúmeros anseios do complexo fiscal, tais como, a instalação das já citadas balanças para veículos nos principais Postos Fiscais; e já aludida revogação da inusitada isenção que beneficiava os criadores invernistas, sem qualquer motivação tecnicamente justificável (Lei n. 730-51); a atualização das penas pecuniárias através da Lei n. 4804-63, as quais eram realmente ridículas e mesmo incentivadoras da fraude e da sonegação, uma vez que a sua instituição datava de 1947; a participação do fiscal nas multas e inúmeras outras medidas que, sempre desejadas durante 14 anos, foram todas concretizadas e postas em prática no exercício de 1963.

d) Cooperativas

Em 1963 outorgou-se forma e organização legal ao regime tributário das cooperativas, que de há muito vinham exercendo acirradas polêmicas judiciárias contra a Fazenda Pública, em detrimento da economia estadual.

Conseguiu o Estado vêr vencedora, na Suprema Corte do País, a sua

substancial tese, de que o artigo 94, inciso V da Constituição Estadual (hoje revogado), não era auto exequível como proclamavam as cooperativas em geral.

De outra forma, visando ao incremento do cooperativismo no Estado, determinou a Fazenda Pública, com anuência do Egrégio Tribunal de Contas, que para evitar um desembolso tributário pesado, retivessem as cooperativas 25% do IVC devido em qualquer operação tributável, com relação ao café, recolhendo essas importâncias na qualidade de meras depositárias do Estado, embora podendo aplicá-las em sua própria expansão.

Ainda em 1963, através de diploma legal, viram as cooperativas oferecidos prazos realmente longos para a solvência dos seus débitos tributários, os quais, em face das polêmicas judiciárias ascendiam a mais de um bilhão de cruzeiros.

Solucionou-se afinal, o impasse que até então perdurava, tornando-se amistosas as relações desde há muito tensas, entre as cooperativas paranaenses e a Fazenda Estadual.

e) Cursos de Aperfeiçoamento

O nível técnico médio do pessoal fazendário ainda é insatisfatório

Para sanar essas deficiências, foram realizados cursos e seminários, tais como:

— 1º Curso de Preparação de Técnicos em Elaboração e Administração Orçamentária, organizado pela Diretoria Central de Orçamento (DCO), e iniciado em fins de 1962, com a colaboração da Sociedade Paranaense de Estudos de Administração e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná. O término do curso ocorreu no mês de março de 1963, e, dos 50 alunos inscritos, 32 concluíram o curso, obtendo certificados expedidos pela Universidade do Paraná, tendo sido 12 deles nomeados para o cargo de Assistente Técnico em Administração.

— A Secretaria da Fazenda realizou alguns seminários locais, que demonstraram ser de grande utilidade para a aprendizagem profissional dos funcionários executivos.

— No que diz respeito aos funcionários de mais alto escalão, têm servido para o respectivo aperfeiçoamento funcional as reuniões de técnicos fazendários, realizadas no âmbito interestadual.

— Foram, ainda, realizados os cursos de direito tributário e sobre produção, comercialização e tributação do café.

f) Crédito Estadual

Em Mensagens anteriores, já nos referimos à situação calamitosa em que se encontrava o Banco do Estado do Paraná S.A., tradicional estabelecimento oficial de Crédito e sua recuperação na atual Administração. Vejamos alguns dados que demonstram os bons resultados alcançados pelo Banco do Estado do Paraná S/A.

Com um trabalho sério e bem estruturado, houve uma considerável elevação dos depósitos, conforme discriminação abaixo:

1960	1,2	bilhões
1961	3,7	bilhões
1962	8,3	bilhões
1963	12,9	bilhões

Registre-se, por oportuno, que os «depósitos populares», aos quais sempre dá-se especial importância, por originários de economias das mais variadas classes, contribuíram na cifra acima, relativa a 1963, com a parcela de Cr\$ 1.456.975.266,30, julgada excelente, se considerado inexistente o regime de poupança, abolido que está pela inflação desenfreada que há muito nos atinge, cada vez com maior intensidade.

A Carteira de Empréstimos em Geral, está sendo cada vez mais ativamente, dentro de uma salutar norma de rigorosa seleção de crédito, dando prioridade e total atenção às atividades reprodutivas.

No decurso do exercício esta Carteira aplicou a elevada cifra de Cr\$ 41.328.738.239,90, contra Cr\$ 19.293.637.743,00 em 1962, com um aumento portanto, de Cr\$ 22.035.100.496,90, o que corresponde a um percentual progressivo equivalente a 114%.

Destacamos, pela sua inegável importância, a ponderável parcela, aplicada em 1963, no fomento à cultura do algodão e no financiamento de 201.145 sacas de café em côco e beneficiado, no montante de Cr\$ 1.873.159.500,00 afóra o concurso efetivo de crédito destinado ao custeio de lavouras de pequenos agricultores, sempre tendo em mira a colaboração no esforço comum de incentivo às fontes de produção, apoiando as iniciativas que visem à diversificação desta.

O Banco do Estado do Paraná S/A., vem mantendo inalterado o estruturamento com a política econômica e financeira do Governo do Estado, dando o seu concurso à realização de metas prioritárias e inadiáveis. Assim é, que foram aplicados um total de Cr\$ 8.163.270.000,00, cabendo somente ao setor rodoviário a cifra de Cr\$ 4.877.900.000,00.

No setor de «Cobranças», o desenvolvimento do Banco, mais uma

vez se mostra efetivo, em virtude, naturalmente, das normas e racionalização imprimidas aos serviços.

Pela comparação abaixo, verifica-se o substancial aumento verificado:

1961	Cr\$ 12.910.464.065,70
1962	Cr\$ 25.145.367.524,40
1963	Cr\$ 32.672.681.235,80

Considerados percentualmente, êsses totais indicam um crescimento progressivo de 94% e 153%, respectivamente, dos dois últimos sôbre o primeiro exercício.

Foi feita uma composição com a CAMOB (Caixa de Movimentação Bancária), para a amortização da dívida do Banco junto aquêle órgão federal. E, assim, dando cumprimento ao que ficou convencionado, foram efetuados pagamentos à CAMOB, on exercício de 1963, na importância de Cr\$ 598.777.523,00, entre principal e juros, reduzindo o total da dívida, que era de Cr\$ 2.033.158.518,40, no princípio de 1961, exclusive juros, para Cr\$ 1.300.000.000,00 em fins de dezembro de 1963.

A SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito), em cumprimento ao esquema traçado, e às suas instruções posteriores, foram recolhidos Cr\$ 271.409.530,40 em 1963. Êsses recolhimentos estavam paralizados desde 1956.

Foi aprovada a elevação do capital do Banco de Cr\$ 250.000.000,00 para Cr\$ 500.000.000,00, já inteiramente subscrito, o que demonstra a alta confiança que o Banco do Estado do Paraná, atualmente, vem merecendo da população paranaense.

O Banco instalou, no transcorrer do ano de 1963, a Agência de Medianeira, e tem programada para o ano de 1964, a instalação da de Palotina, além da Agência urbana «Monsenhor Celso», nesta Capital, a qual proporcionará sensível melhora nos serviços de expediente, desafogando parte do movimento da «Agência Central», que, mesmo com as reformas sofridas — para melhor aproveitamento do seu espaço — tem seus guichês insuficientes, face ao crescente movimento do Estabelecimento.

Foram construídas sédes para as filiais de Arapongas, Guaíra, Laranjeiras do Sul, achando-se em fase final de construção os prédios das filiais de Cascavél, Fóz do Iguaçú e o novo edifício da Direção Geral, em Curitiba; foram adquiridos e adaptados prédios para as filiais de São Paulo, Ponta Grossa, Araucária e Campo Largo.

Já foram adquiridos, também, terrenos para a construção de sédes próprias em Rio Negro, Primeiro de Maio, Barracão, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão e Terra Rica.

3) A Política Econômica

Ao tratar dos fatores de produção, deve-se levar em conta, não somente o interrelacionamento desses fatores, mas, também, um conjunto de variáveis, definidas pela escala de valores da população e seu estágio de desenvolvimento econômico e social. Ainda que esses elementos sejam condicionados pela estrutura econômica, só a eles cabe a definição das mutações que a população deve exigir e que é capaz de suportar, de forma a obter o desenvolvimento integral.

A lógica interna da atividade econômica, deveria ficar, então, subordinada à procura, definida por uma distribuição de renda compatível com as necessidades de consumo e investimento, gerando uma oferta que deveria assegurar o suprimento de bens na escala e a níveis de preços desejados. Deve, ainda, como condicionamento básico, assegurar à população o acesso ao trabalho em condições dignas, obter o maior rendimento possível desse esforço da população, permitir um grau satisfatório de autodeterminação no comando da oferta e da procura, e definir um nível de tecnologia compatível com o estágio de desenvolvimento econômico e social da comunidade.

A política econômica que o Governo vem realizando, tem por objetivo o desenvolvimento do Estado, desenvolvimento esse, que é concebido como um processo contínuo de elevação dos níveis de vida da população, de forma mais rápida e com o menor custo social possível, atendendo-se à solidariedade entre os diversos grupos e comunidades.

Dada a situação econômica da população paranaense, visa-se a assegurar-lhe um mínimo de autodeterminação, capaz de promover a oferta interna e reduzir a dependência externa de que sofre a economia.

Por outro lado, tendo já se esgotado a maior parte das terras adequadas à cultura do café, e continuando o Estado a receber grandes contingentes imigratórios que se dedicam a atividades agro-pecuárias, vem o Governo atuando com o objetivo de diversificar sua agricultura, sem prejuízo aos esforços já dispensados ao café.

Esta diversificação, no entanto, só será possível obter-se plenamente mediante uma política de estímulo de preços semelhante à adotada em relação ao café, sem contudo agravar os preços ao consumidor; a solução estaria, pois, em fazer com que revertessem em favor do produtor parte dos lucros retidos na comercialização e na posse da terra. Procura-se ainda, remover os obstáculos à expansão da produção, ampliando-se o mercado e dando maior fluidez ao escoamento das safras. No entanto, o ponto mais crítico da questão talvez resida no problema da comercialização das safras, pois grande parte das regiões paranaenses ainda apresentam características de autêntico sertão, com estradas precárias, comunicações difi-

cilimas, armazenamento insuficiente e quase total ausência de assistência técnica. O café, com sua rusticidade e a sua alta densidade de valor, poderia suportar tais dificuldades. Por outro lado, os demais produtos de exportação e, sobretudo, os de consumo interno, não estão no mesmo caso.

Verifica-se, assim, que a falta de uma infra-estrutura adequada, numa das áreas que dispõe de um potencial de produção agrícola talvez sem paralelo no país, conduziu a este impasse: o lavrador precisa plantar, o mercado interno (e o externo) solicita maior produção, a terra é excelente — mas não há condições, no momento, para que esses estímulos ajam sobre a oferta.

O Governo do Estado vem dispendendo todos os esforços, dentro de suas possibilidades, para dotar o Paraná de uma infra-estrutura capaz de transformar o velho «slogan» de que o Paraná pode ser o «celeiro do Brasil» em uma realidade. Para tanto, é indispensável o apêio financeiro do Governo Federal, o qual, até hoje, nunca foi obtido nos termos e montantes necessários.

No ano de 1963, o Governo do Paraná, por intermédio de sua Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (Café do Paraná) e da Secretaria da Agricultura, com a colaboração financeira do Banco do Brasil e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), pôs em prática a «Operação Sementes», com o intuito de possibilitar o plantio e atender às regiões atingidas pela geada, pela seca e pelos incêndios. Essa «Operação» constou da distribuição de sementes selecionadas de algodão, milho, amendoim, mamona e batata, por preço de custo e com financiamentos especiais.

Outro ponto básico da política econômica deste Governo é o estímulo à industrialização. O setor urbano, relativamente pequeno na população paranaense, apresenta no entanto um crescimento em ritmo explosivo e deverá se capacitar de modo a absorver a mão de obra disponível e os excedentes da zona rural. Esta industrialização, dada a proximidade do parque manufatureiro paulista, está sendo orientada para a elaboração de produtos locais e para o aproveitamento das potencialidades e vantagens locais.

Esta atividade de fomento à industrialização está sendo desenvolvida pela CODEPAR — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná —, cujo trabalho, até agora efetuado, já demonstrou pleno sucesso como instrumento de ação objetiva, destinado a acelerar o ritmo de crescimento da economia paranaense e a alterar a sua estrutura econômica.

III — A FUNÇÃO ECONÓMICA DO ESTADO

1) Energias

α) Energia Elétrica

O setor de energia elétrica apresenta, em seu aspecto financeiro, ingentes dificuldades que o atual Governo está superando, na medida de suas possibilidades.

O efetivo aumento da capacidade geradora e das rêsdes de transmissão e de distribuição de energia elétrica, impôs a canalização de significativa parcela da poupança estadual, nos últimos três anos.

O plano elaborado em 1961, que estabeleceu o potencial de 350.000 kW a ser realizado até 1965, está em plena fase de execução dentro das limitações atuais, mas espera o Governo do Estado atingir aquela meta nos prazos previstos.

Eis o quadro indicativo das nossas disponibilidades de energia, nos quatro últimos anos:

Ano	Potência	Responsabilidade do Setor Público
1960	100.000 kW	22.800 kW
1961	167.600 kW	116.200 kW
1962	175.300 kW	107.800 kW
1963	190.100 kW	122.600 kW (*)

Como se deprende do quadro acima, os índices de aumento relativamente ao ano de 1960 foram, de 167 no primeiro ano, 175 no segundo e 190 para o terceiro ano; considerando, ainda, os valores do potencial disponível e o elemento populacional nêstes mesmos anos temos que a taxa «per-capita» foi de 37,36 e 36 W/hab., o que vem demonstrar que o atual Governo do Estado, dentro da política que está realizando, ainda não recuperou o atraso que se registrava no setor de energia elétrica. Isto, porque o prazo de amadurecimento deste tipo de investimento é geralmente demorado, devido ao longo tempo que demanda a realização

(*) Valôr estimado.

de empreendimentos nêsse setor, contudo que se processam em ritmo acelerado.

Dentre as atividades da atual administração desenvolvidas através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), cumpre destacar a instalação de seis unidades geradoras Diesel, com uma potência de 10.500 kW, destinadas a solucionar o angustiante problema do racionamento de energia em nossa Capital.

A Usina Hidrelétrica de Chopim I, em Pato Branco, foi inaugurada com uma potência inicial de 1.100 kW, que será elevada para 2.200 kW mediante a instalação de novo gerador.

A Usina Melissa, em Cascavél, com 1.200 kW de potência, teve concluídas as suas obras civis e de montagem de equipamento.

A Central Termelétrica de Santa Isabel do Ivaí, contando com três geradores de 450 KVA, permitiu o fornecimento de energia para tôda área circunvizinha.

Foram impulsionadas as obras da Usina Elétrica Mourão I, estando praticamente concluídas as obras civis e as de instalação do gerador de 2.125 kW. Esta Usina, com a instalação de mais dois grupos geradores, terá sua potência elevada para 8.500 kW.

A Usina de Salto Grande do Iguaçu está parcialmente concluída, prosseguindo em ritmo avançado as obras restantes.

As obras preliminares e estrada de acesso à Usina Capivari-Cachoeira, estão praticamente concluídas, tendo sido contratada a execução das etapas restantes.

A Usina Termelétrica de Figueira (UTELFA), com uma potência de 20.000 kW, forneceu energia, em caráter experimental, à Companhia Prada de Eletricidade, concessionária dos serviços de luz e força da cidade de Ponta Grossa. No primeiro trimestre de 1963 foram testadas a linha de transmissão e a subestação abaixadora da referida cidade. Com tarifa provisória e deficitária, determinada pela Divisão de Águas do Ministério de Minas e Energia, a Usina Termelétrica de Figueira (UTELFA), operou até fins de 1963.

Em sua fase experimental, a UTEFLA teve de enfrentar vários problemas de ordem técnica, resultantes da discordância entre as características do equipamento usado e do mercado consumidor, agravados pela qualidade do carvão utilizado. Depois de estudado o carvão pelos técnicos da Usina e do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT) e solucionados outros problemas, em outubro do ano próximo passado, entrou a Usina Termelétrica de Figueira em pleno funcionamento efetivo. Em 1963, operou aquela Usina nas seguintes condições:

Produção total	23.600.200 kWh
----------------	----------------

Fornecimento a Ponta Grossa	15.588.200 kWh
Perdas de transmissão e transformação	566.410 kWh
Resistência líquida	3.802.200 kWh
Fator de carga da central	0,37
Fator de utilização da central	0,17
Carvão recebido	25.079 ton.
Carvão consumido	18.950 ton.
Consumo médio por kWh	845 grs.
Rendimento médio da Central	19,1%

Dentre os planos futuros, pretende o Governo realizar estudos que visam ao aproveitamento das águas do Alto-Iguaçu, inclusive de seu afluente o Rio Negro, obra que propiciará ao Estado um potencial de 3.000.000 kW.

Os estudos para aproveitamento do Salto de Guaira, no Rio Paraná, tem merecido do Estado especial atenção.

As obras da rede de transmissão de energia, destinada a ligar os principais centros consumidores e estabelecer um sistema de distribuição ao longo de todo o Estado, sofreram profunda modificação no atual Governo.

Nêsse sentido foram realizadas as seguintes obras:

Construção das linhas tronco Londrina-Maringá-Alto Paraná (132 kV) e Londrina-Florestópolis (88 kV), assim como a interligação de todo um sub-sistema regional em 33 kV e 13,2 kV abrangendo mais de sessenta localidades, agrupadas no sub-sistema de Apucarana, Maringá, Alto Paraná e Florestópolis, totalizando mais de setecentos quilômetros de linhas.

Subestações abaixadoras foram também construídas nos pontos necessários.

O material para construção da linha de transmissão de Chopin I a Francisco Beltrão, foi adquirido.

O atendimento de energia às Praias foi realizado pela construção de uma linha de transmissão com 46 quilômetros.

Graças à disponibilidade de energia da Usina Piloto de Campo Mourão, foi construída uma linha de transmissão de Campo Mourão a Peabirú, sendo esta última cidade plenamente atendida.

O material da linha de transmissão que ligará Ponta Grossa a Campo Comprido, município de Curitiba, foi adquirido no ano findo e os trabalhos de implantação foram iniciados.

Resumindo, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) aumentou extraordinariamente a potência instalada no Estado e superou de maneira significativa a média dos acréscimos verificados nos anos an-

teriores, que atingiu em 1963 a 14.471 kW, ou seja: de 30.708 kW em 1962, passou a 45.439 kW. em dezembro de 1963.

Dentro do plano geral de eletrificação, foram beneficiadas, em 1963, as cidades de Astorga, Guaratuba, Pato Branco, com distribuição de energia local pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), que fornece, ainda, energia em grosso para três concessionárias, inclusive a que explora os serviços de Curitiba, opera no setor de distribuição em 20 localidades, através de 18 serviços de luz e força.

O Governo do Estado, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), subscreveu, em 1963, cotas de aumento de capital nas seguintes empresas:

Usina Termelétrica de Figueira (UTELFA): Foi complementada a cota de Cr\$ 499.400.000,00, do capital social.

Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA): Foi integralizada a parcela de Cr\$ 624.000.000,00 dos Cr\$ 840.000.000,00, subscritos para construção da Usina de Xavantes.

COMIPARA: Participando majoritariamente do capital da Companhia Mista de Energia Elétrica de Paranaíba, o Governo do Estado, integralizou, até 31 de dezembro de 1963, 33 milhões dos 120 milhões de cruzeiros subscritos.

ELETROCAP: Em Assembléia Geral extraordinária efetivada a 25 de novembro de 1963, foi constituída a Central Elétrica Capivari-Cachoeira (ELETROCAP), com o capital de 1,5 bilhões de cruzeiros.

Deste capital o Governo do Estado do Paraná, através da COPEL subscreveu Cr\$ 999.940.000,00 e a ELETROBRAS 500 milhões de cruzeiros. Participam, também, do capital da ELETROCAP o Banco do Estado do Paraná, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (CODEPAR), Companhia Paranaense de Silos e Armazens (COPASA), Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR).

O custo total da grande hidroelétrica está estimado em 20 bilhões de cruzeiros e a potência final será de 230 mil kW.

A ELETROCAP deverá investir na obra, nos próximos quatro anos, cerca de 14 bilhões de cruzeiros, além de 4,7 milhões de dólares para aquisição dos equipamentos pertinentes à primeira etapa da Usina (115.000 kW).

Centrais Elétricas de Urubupungá S/A. (CELUSA): O Governo do Estado também participa do capital da CELUSA, do qual o Estado de São Paulo é majoritário, cabendo ao Paraná 60 milhões de cruzeiros, destinado a assegurar uma cota de energia para nosso Estado.

Por deliberação da Assembléia Geral, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, de 2 de dezembro de 1963, foi elevado o capital social da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) de 4,2 bilhões para 8 bilhões de cruzeiros.

O Governo do Estado subscreveu cota desse aumento de capital, no montante de Cr\$ 3.640.000,00, entre ações ordinárias e preferenciais, tendo integralizado, até 31-12-63, Cr\$ 1.984.367.716,00. Também foram subscritas pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, e pelo Banco Comercial do Paraná S/A., ações preferenciais no montante de, respectivamente, Cr\$ 21.500.000,00 e Cr\$ 38.000.000,00. As demais parcelas correspondentes a ações ordinárias foram subscritas pelos acionistas que já eram detentores de menores parcelas de capital.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) financiou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) durante o ano de 1963, num montante de Cr\$ 2.297.624.266,40 e já está assegurada por outro lado a aplicação de mais Cr\$ 1.045.892.000,00 no próximo ano, a fim de que sejam realizadas as obras no sistema Norte de transmissão, Usina Mourão I e Salto Grande do Iguaçu.

Em março de 1963 concluiu o Estado, com a assinatura de contrato respectivo, as negociações para financiamento das obras de eletrificação da região Norte e Centro Oeste, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, num montante de Cr\$ 940.000.000,00, dos quais no decorrer do ano, recebeu a quantia de Cr\$ 520.000.000,00.

Em 1963 foi possível realizar negociações com o Grupo Segurador Atalaia, que compreende a Atalaia Cia. de Seguros, Ouro Verde Cia. de Seguros e Paraná Cia. de Seguros, tendo sido assinado um contrato de financiamento no valor de Cr\$ 40.800.000,00. Trata-se, pois, de um fator de relevante importância, pois representa parcela das poupanças privadas que vem em auxílio dos investimentos governamentais.

Foi, também, elaborado um projeto solicitando financiamento em dólares ao Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), para aquisição do equipamento eletromecânico destinado à Usina Capivarí - Cachoeira, o qual se encontra em vias de ser realizado. Outro projeto de financiamento foi enviado à «Agência para o Desenvolvimento Internacional», administradora dos Fundos da Aliança para o Progresso, com a finalidade de implatação do Sistema Básico de Transmissão e Transformação e dos Sistemas Regionais, definidos pelo Programa Estadual de Eletrificação, num montante de 6,7 milhões de dólares.

O balanço financeiro da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), no exercício de 1963, apresentou os seguintes resultados, com-

parados aqui com os dos anos anteriores. (em milhões de cruzeiros — valores correntes):

	1961	1962	1963
Receita	933,3	3.479,5	7.490,1
Despêsa	924,5	2.584,5	6.942,3
Superávit	9,0	895,0	547,8

Ainda dentro do plano de eletrificação, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que futuramente deverá encarregar-se da formulação e fiscalização da política de energia, prosseguiu as obras sob sua responsabilidade principalmente no atendimento dos serviços pioneiros do interior.

Além dos trabalhos de construção, ampliação e instalação de equipamento nas Usinas de Chopinzinho, Bituruna, Ocoi, o DAEE forneceu materiais, obras e serviços gerais para 80 municípios.

Teve, também, o DAEE por objetivo a padronização dos serviços no que se refere à tensão, de distribuição e tipo dos motores Diesel empregados. Foi na medida do possível, padronizada, a alta tensão das cidades operadas por este Departamento, em 13.200 volts, de modo a facilitar a sua interligação com o sistema COPEL.

Através da Secção de Estatística do DAEE, foram feitos levantamentos que permitiram, pela primeira vez e de uma maneira mais exata a obtenção de dados sobre a indústria de energia elétrica do Estado, isto é, foram concluídos os estudos relativos ao ano de 1962, referentes às instalações geradoras, produção, pontas anuais por usinas, número de consumidores, consumo anual de energia elétrica por município, bem como ao intercâmbio entre Empresas.

Do exposto, pode-se concluir que o Executivo Estadual não se descurou de tão magno problema, que representa não só necessidade social da coletividade, como imperativo de ordem econômica destinado a criar uma infraestrutura indispensável ao progresso industrial deste Estado.

b) Carvão Mineral

A indústria carbonífera revive, no momento atual os problemas de mercado insuficiente e baixa produtividade. A crescente marginalização das pequenas unidades geradoras de energia, a partir do carvão (navios, locomotivas, etc.), reduz gradativamente o seu mercado tradicional, com reflexos na quantidade e eficiência da produção carbonífera.

Com o propósito de aproveitamento das riquezas minerais, não pode-

ria o Estado deixar de realizar uma obra que visasse dar maior estímulo à exploração desse recurso. Assim, concretizou-se tal obra com a instalação da Usina Termelétrica de Figueira, inaugurada no ano findo, e que tem por finalidade empregar carvão vapor na produção de energia elétrica.

O Paraná permanece ocupando o terceiro lugar na produção nacional de carvão, com média de, aproximadamente 50.000 toneladas anuais. As reservas conhecidas atingem a 30 milhões de toneladas, o que significa uma garantia de abastecimento à Usina por longo tempo.

Foram realizados, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), estudos do minério de carvão utilizado pela Usina, e assim determinados os teores máximos de cinza, enxofre e umidade.

Devido ao alto teor de cinzas contido no carvão utilizado pela UTEFPA houve necessidade da construção de um separador de cinzas, antes da tiragem desta pela chaminé. Outro problema que devemos levar em conta é o alto teor de pirita existente no carvão utilizado em bruto, o que vem ocasionando despesas excessivas de manutenção das peças do pulverizador por sofrerem desgastes exagerados pela abrasão. Também têm sido realizados estudos, por parte dos órgãos responsáveis por este setor visando reolver esse problema.

Os investimentos já realizados na construção da Usina e de parte de seu sistema de transmissão, por origem dos recursos financeiros, podem ser verificados no quadro abaixo (em milhões de cruzeiros):

ANOS	ESTADO	CEPCAN	BNDE	TOTAL
1958	63,4	22,0	—	85,4
1959	43,5	48,0	66,0	158,4
1960	13,3	30,0	269,8(+)	313,1
1961	143,5	—	168,0(+)	311,5
1962	543,8(++)	600,0	50,0	1.193,8
1963	281,9(+++)	300,0	—	581,9
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.089,4	1.000,0	554,7	2.644,1

(+) — Inclui, respectivamente, 69,0 e 18,0 de adiantamento por conta do Fundo Federal de Eletrificação.

(++) — Inclui 350,0 de financiamentos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR).

(+++)

— Inclui 41,9 da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), 105,0 do imposto único sobre energia elétrica e 135,0 sob a forma de empréstimo concedido pelo Banco do Estado do Paraná S.A.

Como se vê, nos seis anos considerados, os órgãos federais: Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN) e Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico (BNDE), contribuíram com 59% dos investimentos já realizados, cabendo os restantes 41% aos órgãos do Governo do Paraná.

Com estes investimentos foi possível, pois, terminar a construção da Usina e concluir a linha de transmissão Figueira a Ponta Grossa.

Tendo o Governo do Paraná realizado obra de tão alto valor do ponto de vista econômico, espera agora, que essa companhia mista, atualmente sob a gestão do Governo da União, possa promover medidas que atendam aos problemas da produção de energia elétrica, mediante aproveitamento das jazidas de carvão existentes em nosso subsolo, assim como da industrialização dos resíduos do carvão utilizado na produção daquela energia.

c) Xisto Piro-betuminoso

As principais reservas de xisto piro-betuminoso da chamada «Formação Irati», são encontradas no município de São Mateus do Sul, onde as ocorrências apresentam as melhores condições de aproveitamento econômico.

Em apenas uma área prospectada e cubada, de 81,92 km² foi revelada a existência de um potencial de 750 milhões de barris de óleo.

Convém ressaltar que as reservas de petróleo de pôço, conhecidas em todo país até fins de 1960, atingiam 665 milhões de barris.

Compreendendo a importância destas reservas para o Paraná e o Brasil, o atual Governo se propôs colaborar com a PETROBRAS assumindo o encargo da construção da Rodovia PR-5 no trecho Curitiba São Mateus do Sul, em convênio com a referida Empresa, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). A referida rodovia já se encontra com os trabalhos da terraplenagem, concluídos numa extensão de 138 quilômetros.

Está evidenciada dêsse modo a valiosa contribuição do Governo do Estado, em prol da consecução dessa importante meta, que é a do aproveitamento das reservas de petróleo contidas no subsolo paranaense.

2) Transportes

a) Rodovias

O setor Rodovias, a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), é dos que mais tem merecido a máxima atenção, por parte do Governo do Estado, e suas atividades vêm se ampliando de ano para ano.

O vulto das realizações do DER pôde ser aquilatado pelo montante

dos recursos que esse órgão movimentou durante o triênio 1961/1963, e que o quadro abaixo sintetiza:

Receita do DER no triênio 1961/1963

ANO	VALOR EM CR\$	INDICE
1961	3.391.804.005,40	100
1962	5.582.624.088,90	142
1963	13.241.429.173,80	337

No exercício de 1963, a receita realizada teve origem conforme a seguinte discriminação (em milhões de Cr\$):

a) Convênio com o DNER		2.102	(15,9%)
b) Estado:			
Auxílios Orçamentários	3.649		
Créditos Especiais	430		
Financiamento da CODEPAR	3.101		
Outros Auxílios	1.240	8.420	(63,6%)
c) Renda Própria:			
Fundo Rodoviário Nacional ..	2.525		
Fundo Nacional de Pavimentação	42		
Eventuais	152	2.719	(20,5%)
TOTAL		13.241	(100,0%)

As realizações do DER, em 1963, abrangeram os mais variados setores. Em todos eles procurou-se estabelecer um sistema de rodovias que proporcione maior incremento da capacidade produtora da economia paranaense.

O setor de estudos e projetos, de fundamental importância, desenvolveu grande atividade, tendo realizado os seguintes encargos:

Estudos de Estradas:

- Locação — 156,2 kms.
- Exploração — 224,1 kms.
- Relocação — 238,1 kms.
- Cadastro — 14,4 kms.
- Projeto — 533,5 kms.
- Estudo Aerofotogramétrico — 554,5 kms.

Estudos de Obras de Arte Especiais:

— Realizados pelo DER — 448,72 m.

— Realizados por empreitada — 1.211,60 m.

No setor de Construção de Estradas, foram, no exercício de 1963, concluídos serviços de implantação básica em 287,727 km de novas rodovias, assim discriminadas:

	km.
PR-5 — Curitiba - Lapa - São Mateus do Sul	137,930
BR-104 — Contorno de Ponta Grossa	10,400
BR-6 — Cacatú - Serra Negra	6,500
BR-35 — São Luiz do Purunã - Palmeira	0,420
BR-104 — Ortigueira - Araruva	66,920
— Ligação Ortigueira — BR-104	1,440
PR-13 — Campo Mourão - Maringá	10,860
PR-99 — Siqueira Campos - Tomazina	10,000
PR-93 — Itararé - Rio do Bugre	0,260
PR-55 — Curitiba - Piraquara	0,600
PR-51 — São Martinho - Porecatú	42,397

Além destes trechos, encontram-se em andamento construções outras na extensão de 391,140 km, entre as quais a Estrada Curitiba - Parana-guá (BR-35).

O volume de terra escavado, em 1963, foi de 11.745.037 m³. Comparando-se com os anos anteriores tem-se:

Ano	Volume m ³	ÍNDICE
1961	3.008.400	100,0
1962	7.619.162	253,2
1963	11.765.037	390,4

Em 1963 foram também construídos 772,3m de obras de arte especiais e acham-se, com término previsto para o 1º semestre de 1964, outros 1.338,11m.

A pavimentação asfáltica das rodovias, de vital importância, pois proporciona condições ideais à condução de pessoas, bens e objetos, reduzindo de maneira considerável o tempo e o custo dos transportes e possibilitando a extensão dos mercados consumidores dos produtos paranaenses, não poderia deixar de ser uma das preocupações primordiais do Governo do Estado.

No exercício de 1963, foram concluídos 95,59 km de asfaltos, nos seguintes trechos:

	km
BR-87 — Mello Peixoto - Cambará	10,59

	Cambará - Andirá	12,04	
	Cornélio Procópio - Uraí	12,36	
	Apucarana - Jandaia do Sul	1,00	35,99
BR-104	— Caetano - Alto do Amparo	22,00	
	Ortigueira - Araruva	2,00	
	Araruva - Apucarana	19,20	
	Av. Contôrnio de Ponta Grossa ..	10,40	53,60
PR-51	— Curitiba - Paranaguá - trêcho BR-2 ao Alto da Serra	6,00	6,00
	TOTAL		95,59

Comparando com os anos anteriores, tem-se:

	Ano	Pavimentação (km)	Índices
	1961	83,00	100,0
	1962	75,61	91,1
	1963	95,59	115,1

Além dos serviços de asfaltamento acima descritos, estão ainda em andamento, e deverão ser brevemente concluídos, os seguintes trêchos:

BR-87	— Mello Peixoto - Cambará	19,12	km
	Cambará - Andirá	18,40	km
BR-104	— Caetano - Alto do Amparo	45,08	km
	Alto do Amparo - Ortigueira	35,00	km
	Ortigueira - Araruva	66,92	km
PR-52	— São João - Morretes	12,89	km
	Morretes - Marta	13,08	km
	TOTAL	210,49	km

Do exame das estradas executadas pelo Govêrno do Estado no exercício findo, verifica-se mais de uma vez que os recursos financeiros estão sendo aplicados pelo DER principalmente na execução de obras do Plano Rodoviário Nacional.

Quanto ao serviço de conservação de estradas, foi com luta constante que o DER conseguiu manter em boas condições a rêde de estradas sob sua jurisdição, com um total de 7.005,51 km, assim distribuídos segundo o revestimento:

Asfalto e paralelepípedo	473,95	km
Revestimento intermediário	335,80	km

Revestimento primário	1.761.33, km
Leito natural	4.434,43 km
	<hr/>
TOTAL	7.005,51 km

Pela Lei n.º 4.762 de 5 de novembro de 1963, foi criada a Taxa Rodoviária, que será devida por todo proprietário de veículo motorizado que transitar no Estado, destinando-se o produto total de sua arrecadação ao atendimento de despesas com a conservação e melhoria da rede rodoviária estadual.

No que se refere a revestimento primário, no exercício de 1963, foram executados 97,68 km, dos quais destacam-se 58,30 km da rodovia PR-5 trecho União da Vitória - Palmas - Pato Branco, o do contorno da cidade de Palmeira, numa extensão de 5,50 km e também 10 km da rodovia BR-87 trecho Guaíra - Pôrto Mendes.

Pode-se notar que, apesar da inflação desenfreada que ora enfrentamos, com o conseqüente aumento de custo de materiais e mão de obra, as realizações do Governo do Estado no setor RODOVIAS vêm se efetivando de maneira à atingir satisfatoriamente os objetivos colimados.

b) Ferrovias

O sistema ferroviário do Estado do Paraná deverá sofrer profunda modificação, uma vez concretizadas suas importantíssimas obras ora em execução: a primeira, de inteira responsabilidade da União, consiste na conclusão do Tronco Principal Sul, que levará os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, em bitola larga, de São Paulo a Porto Alegre, e com conexão em Curitiba, permitirá a ligação de todo o sistema ferroviário da região centro-sul do país; a segunda, a Estrada de Ferro Central do Paraná.

A Estrada de Ferro Central do Paraná, criada em 1948, até o ano de 1961 desenvolveu o seu trabalho, tendo construído 57 km de linha permanente.

No ano de 1963, foram ali investidos 406 milhões de cruzeiros, o que vem a ser mais do que o dôbro do investimento realizado nos anos de 1961 e 1962, que juntos somaram Cr\$ 181.000.000,00. Dêsses 406 milhões de cruzeiros o Estado participou com cerca de 27%, sendo o restante coberto por auxílio federal, através do Departamento Nacional de Estrada de Ferro (DNEF).

No triênio 1961/63 foram construídos:

- dois viadutos e oito pontes num total de 494 m;
- terraplenagem e drenagem do km 24 ao 83;

- assentamento da via permanente entre os km 24 e 53;
- lastramento da via permanente entre os km 24 e 53;
- correção de arrimos e drenagem;
- levantamento aerofotogramétrico;
- projeto de retificação de traçado entre os km 110 e 291 (zona da serra).

Considerando apenas o ano de 1963, foram realizadas as seguintes obras:

- obras de arte 104 metros;
- terraplenagem e drenagem 59 km;
- aquisição de 100 km de trilhos e acessórios diversos;
- aquisição de dormentes num total de 55 mil unidades;
- estudos, projetos, levantamentos e retificação de traçados.

Estes os dados sobre a atuação do Governo em prol da realização desse importante empreendimento — Estrada de Ferro Central do Paraná — que uma vez concluído encurtará em 300 km o atual percurso, por via férrea, entre Apucarana e Curitiba.

c) Portos

Ao Governo do Estado, por intermédio da Administração do Porto de Paranaguá (APP), está confiada, na qualidade de concessionária, a exploração dos serviços portuários de Paranaguá e de Antonina, através dos quais se processa o intercâmbio comercial com as demais unidades da Federação e com o exterior. Da atividade de ambos depende, substancialmente, o desenvolvimento econômico, não somente do Paraná, mas, também, das regiões sul e oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso e, ainda, da República do Paraguai, situadas em sua zona de influência.

A par de um programa de expansão e melhoramentos elaborado pelo atual Governo do Estado, medidas concretas e objetivas vêm sendo postas em prática, no sentido de dotar os nossos portos de mar do grau de eficiência necessário, compatível com o desenvolvimento de tão vasta região, contribuindo, igualmente, para solucionar o grave problema imposto à economia do país pelo permanente congestionamento do porto de Santos, para onde é desviada, ainda, grande parcela da produção paranaense.

O aumento da produtividade das instalações atuais e do próprio pessoal, contando com a mesma extensão de cais e a simples incorporação de equipamentos adicionais, determinaram a expansão verificada em nosso principal porto, comprovada pelo aumento crescente registrado na movimentação de cargas, nos últimos três anos, comparativamente aos an-

teriores. Esse acréscimo, no último exercício, foi de quase 20%, em relação ao anterior.

Resultou, daí, a necessidade de ser revisto o programa de obras elaborado ao início da atual administração, de molde a adaptá-lo à solução dos problemas de crescimento decorrentes do desenvolvimento registrado, assim como, da permanente e acentuada expansão do fluxo de mercadorias, em perspectiva.

Estado cuja economia repousa, ainda, na atividade agrícola, atualmente já bastante diversificada, crescem de ano para ano, os excedentes de sua produção, em condições de exportação, não só para outras áreas do país, como para o exterior. Novos mercados internacionais vêm sendo conquistados, com uma demanda acentuada de outros produtos, além do café, madeiras e erva-mate, já tradicionais em nosso comércio de exportação. Mentól, óleo de menta, milho, feijão, etc., já contribuem para a receita nacional de divisas, justificando a posição de destaque que Paranaguá e Antonina ocupam, entre os demais portos nacionais, pois que, uma terça parte da mesma receita é proporcionada pela exportação através de ambos, apresentando um saldo positivo, em nossa balança comercial, que se elevou a quase 500 milhões de dólares, somente no último triênio.

Igualmente, a elevação de Antonina à condição de porto organizado, nos moldes do de Paranaguá, que de há muito se constitui num dos principais objetivos do atual Governo, já se encontra em vias de concretização, graças aos esforços que nesse sentido vêm sendo desenvolvidos junto às autoridades federais competentes. Espera-se que, a partir de 1964, esteja funcionando o cais de minérios de Antonina, aparelhado para a exportação de minérios de ferro.

Com referência à utilização das instalações e equipamentos do Porto de Paranaguá, o quadro abaixo nos oferece os índices anuais de aproveitamento de cais, em toneladas por metro linear, incluída a movimentação de cargas secas e líquidas, através do cais geral e do cais de inflamáveis:

ANOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (ton/ml)
1958	396
1959	438
1960	483
1961	467
1962	533
1963	592

O rendimento da operação portuária, em Paranaguá, para um movimento anual superior a 800 navios, já se eleva, pois, a quase 600 ton/ml/ano, prevendo-se a sua saturação para breve. Em 1960, o índice de rendimento operacional era de 410 ton/ml/ano.

Bastante expressivos são os valores, em dólares, da exportação de mercadorias pelo Pôrto de Paranaguá, no último triênio, comparados aos do ano de 1960:

A N O S	VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$)
1960	104.398,000
1961	150.415,000
1962	160.224,000
1963	250.000,000

A importação de mercadorias, em toneladas, apresentou o seguinte resultado:

ANOS	LONGO CURSO	CABOTAGEM
1960	308.123	168.753
1961	276.181	192.590
1962	70.728	489.815
1963	81.117	482.898

A análise do comportamento da situação financeira da entidade que administra o Pôrto de Paranaguá, demonstrou uma acentuada tendência ao seu equilíbrio, superando a fase deficitária, a partir do exercício de 1963, quando, pela primeira vês se apresentou positivo o saldo das operações portuárias, em nosso principal escoadouro:

ANOS	RECEITA	DESPESA	D E F I C I T	
			Absoluto	Relativo
1958	54,2	64,2	10,0	16%
1959	75,0	95,9	21,9	22%
1960	90,9	142,8	51,9	36%
1961	117,0	218,3	101,3	46%
1962	412,5	425,6	13,3	3%
1963	929,8	882,9	—	—

De vital importância para o desenvolvimento das atividades portuárias, um dos principais objetivos da atual administração, já em parte alcançado, tem sido a execução dos serviços de dragagem do canal sueste, de acesso à Baía de Paranaguá, assim como, da bacia de evolução, de modo a permitir o recebimento de navios com 20 a 25 mil toneladas de deslocamento. Contudo, apenas a bacia de evolução tem sido beneficiada, com cerca de 800.000 m³ dragados, a partir de abril de 1961, nas zonas de acostamento do cais geral e do de inflamáveis. Em 1963, foi executada a complementação do aprofundamento do cais, com a dragagem de quase 200.000 m³ de materiais duros, em zonas onde ocorreram escorregamentos de taludes e redistribuição do assoreamento, devido à ação de correntes marítimas.

Com a efetivação, das medidas apontadas, dentre as quais destacam-se: racionalização dos serviços administrativos, formação e recrutamento de pessoal qualificado, e mais, a execução de um programa de investimentos baseado nas próprias condições operacionais, conquistou a APP, o lugar que ora detem, de única entidade portuária do país, dotada de equilíbrio financeiro. Dêsse modo, dispensando, já no exercício de 1963, a participação do erário estadual no custeio de seus próprios serviços, estará a nossa autarquia portuária em condições de melhor poder contribuir para o desenvolvimento econômico do Paraná e do Brasil.

d) Aeroportos

A política aeroviária do Estado, executada pelo Departamento Aeroviário (D.Ae.), está restrita à fixação de prioridade, no que tange à implantação de campos de pouso, em função dos interesses regionais, cabendo-lhe, dêsse modo, a execução de obras nesse setôr, apenas em áreas não consideradas prioritárias em relação ao plano aeroviário nacional, fixado pelo Ministério da Aeronáutica.

Contudo, através de acôrdos e convênios, tem a atual administração tomado a seu cargo a execução de obras de emergência, em aeroportos sob jurisdição federal, tais como os de Paranaguá, Jacarèzinho e Curitiba (Bacacheri). Outros convênios têm sido celebrados, com Prefeituras do Interior do Estado (Cândido de Abreu), com o Grupo Executivo Para As Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), êste relacionado com a construção do aeropôrto de Francisco Beltrão.

Durante o ano de 1963, foram expedidas a tôdas as Prefeituras do Estado, normas sôbre a construção, conservação, homologação, segurança e identificação de aeroportos. Procedeu-se, ainda, à instalação, no aeroporto do Bacacheri, em Curitiba, de um serviço de rádio-comunicações em fonia e telegrafia, destinada à segurança de vôo, bem como, a

construção, no mesmo local, de um moderno hangar para as aeronaves de propriedade do Estado.

Em obras, equipamentos e serviços, foram aplicados, durante o exercício, recursos num montante de Cr\$ 23.197.156,30.

O Correio Aéreo Estadual, de vital importância para a vida administrativa, tem se incumbido, com eficiência e segurança, da distribuição e colêta de tôda a correspondência oficial, através de bem organizado serviço de transporte de malas postais. Por êsse meio é assegurado o contato entre a sede do Govêrno e os locais mais longinquos do Estado, alguns praticamente inacessíveis através de outros meios de comunicação.

3) Recursos Mineraiis

Está o Govêrno do Estado vivamente empenhado, na realização de um amplo programa de prospecção mineral, abrangendo todo o nosso território. Levantamentos geológicos têm sido levados a efeito, porém em áreas isoladas, e restritos a pesquisas de determinados minérios de aproveitamento industrial imediato.

A concretização, a curto prazo, de um plano de tão vastas proporções demandaria, como é natural, a aplicação de recursos de monta, de que o Estado não poderia dispôr, no momento.

Um dos primeiros passos para a concretização do objetivo visado, será a elaboração da Carta Geológica do Paraná, trabalho êsse que está confiado a uma Comissão integrada por técnicos do Estado e da Universidade do Paraná. Caberão a esta última, em colaboração com a CO-DEPAR — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná —, os encargos de financiamento da empreitada.

Concomitantemente, através de contátos mantidos pela Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Econômico (PLADEP), com o Adido de Cooperação Técnica da Embaixada da França, pleiteou o Govêrno do Estado a ajuda técnica oficial daquêle país, proporcionada pelo «Service de Coopération Technique Internationale du Ministère des Affaires Étrangères». Foi solicitada, então, a vinda ao Paraná, de um geólogo e um pedólogo, para aqui colaborarem, durante sete (7) meses, nos trabalhos de levantamento da referida Carta Geológica. Os entendimentos estão fadados ao êxito, graças ao interêsse demonstrado pela entidade financiadora de programas de prospecção mineral — a Société Centrale Pour L'Équipement Du Territoire —, ao enviar ao nosso Estado, em setembro de 1963, o seu Diretor para a América do Sul.

Vários trabalhos de levantamento e pesquisa de reservas mineraiis estão sendo realizados, em áreas do norte e nordeste de Curitiba, levantamentos pedológicos no município de Ortigueira, e estudos de depósitos

cupríferos no sudoeste. Contátos foram mantidos, ainda ,através de diversos órgãos governamentais, com geólogos americanos, grupos de investidores paranaenses e de outros Estados, todos êles ligados à mineração ou produção de ferro, com vistas à elaboração de estudos para implantação da indústria siderúrgica pesada, em nosso Estado.

Dada a importância que dia a dia vem ganhando a necessidade de coordenação da pesquisa e exploração dos recursos minerais, foi que o Governo do Paraná, encaminhou mensagem a êsse Legislativo, propondo a criação da Secretaria de Minas e Energia, que entre outras, teria essa atribuição.

4) Telecomunicações

Os órgãos do Governo do Estado responsáveis por êste setôr são: o Departamento de Telecomunicações (DETEL) e a Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR).

O DETEL é um órgão subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP) e de criação recente, pois foi instituído em novembro de 1962.

Sua finalidade é a manutenção e instalação dos serviços telefônicos existentes nos órgãos administrativos do Estado e para tal fim aplicou, no ano de 1963, uma verba de Cr\$ 38.255.388,00, distribuída entre:

- pagamento de taxas, e
- instalação e supervisão de novas centrais automáticas de diversos tipos.

Além de realizações de natureza física, o Governo do Estado, através do DETEL, promoveu o entrosamento com entidades ligadas ao setôr de telecomunicações, a fim de determinar as medidas a serem tomadas com vistas a solucionar em definitivo, as suas deficiências, que tão seriamente vêm afetando a economia paranaense.

Ligado diretamente ao DETEL existe o Conselho de Telecomunicações, que no ano de 1963 participou de estudos de importância capital para o Estado, entre os quais a ligação entre Curitiba e São Paulo através de canais de ondas; melhoramentos no serviço telegráfico do Paraná, cujo atendimento é dos mais precários; ligação entre Curitiba e Paranaguá, mediante a instalação de 24 canais de ondas ou de um sistema de micro-ondas e ampliação da rede telefônica de Curitiba.

Estando o Paraná praticamente isolado dos demais Estados brasileiros, e assim, do mundo, sob o ponto de vista de telecomunicações, sentiu o Governo a necessidade imperiosa de criar um órgão que viesse proporcionar os meios necessários ao rompimento dêsse isolamento. Tendo em vista êsse propósito, foi constituída a Companhia de Telecomunicações

do Paraná (TELEPAR) sociedade de economia mista da qual são acionistas, o Governo do Estado, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), a Usina Termoelétrica de Figueira (UTELFA), a Companhia Agro Pecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR), do capital social constituído por 13.965 ações de Cr\$ 10.000,00 cada, num total de Cr\$. . 139.650.000,00, além das entidades acima também participam particulares.

Com a criação dessa sociedade, cuja finalidade é promover a implantação, melhora e exploração dos serviços de telecomunicações dentro do território paranaense, espera o Governo, dentro de curto prazo poder proporcionar ao comércio, indústria e população geral, as facilidades de comunicações que o estágio de nossa economia impõe.

5) Fomento ao Desenvolvimento Econômico

Apesar dos esforços dispendidos até o momento, com a finalidade de alterar a estrutura econômica do Estado do Paraná, ainda baseada na atividade agro-pecuária, constata-se que não foram vencidas as deficiências que obstam o desenvolvimento, principalmente do setor industrial, impedindo que o Paraná conquiste o desenvolvimento harmônico dos setores da economia.

Os frequentes impactos que a economia paranaense tem sofrido, no último decênio, resultantes da incidência de fenômenos climáticos, que se abateram sobre o nosso território, devastando grandes áreas de culturas e florestas, são de molde a justificar a preocupação do Governo do Estado, em torno da premente necessidade de se solucionar o problema, mediante a eliminação das causas que ainda impedem o desenvolvimento do setor industrial.

Ao iniciar-se a atual Administração, era a concessão de favôres fiscais o único meio de que dispunha o Poder Público, para promover o incentivo à industrialização. Datava de 1922, o primeiro ato expedido com tal finalidade, posteriormente alterado por decreto-lei, em 1935, com fundamento no qual tem sido concedida isenção de tributos a várias indústrias pioneiras aqui instaladas.

De nada valeria, porém, esse estímulo, sem a existência de uma infra-estrutura adequada ao processo de desenvolvimento. Porisso, tem a atual Administração orientado a sua ação no sentido da realização de importantes obras nos setores de energia elétrica, transportes e saneamento, indispensáveis à implantação industrial.

Os dois principais objetivos da política do Governo: — criação da infraestrutura e fomento aos empreendimentos adequados à efetivação do processo de industrialização, têm sido plenamente alcançados, a partir de 1962, desde quando iniciou suas atividades a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR — criada pela Lei n. 4.529 de 12 de janeiro daquele ano que instituiu, igualmente o Fundo de Desenvolvimento Econômico — FDE —.

Em 1963 a CODEPAR passou a ser o principal instrumento da política econômica do Governo, atuando eficazmente tanto na criação da infraestrutura, indispensável para o desenvolvimento econômico do Estado, como no fomento à industrialização por intermédio de financiamento à indústria privada.

Em seu segundo ano de vigência, o Fundo de Desenvolvimento Econômico — FDE —, proporcionou à CODEPAR, uma renda bruta de 12.847 milhões de cruzeiros, que após as deduções legais (Remuneração à CODEPAR pela administração do Fundo, quota para estudos e projetos, juros de bonus etc.) resultou numa renda líquida disponível de 12.062 milhões de cruzeiros o que corresponde a 93,8% da renda bruta, ou seja, uma dedução de 6,2%.

A arrecadação do Adicional Restituível de 1% das Vendas e Consignações realizadas no Estado foi em 1963, de 5.982 milhões de cruzeiros e o total dos recursos do FDE para o ano de 1963, sem deduções legais atingiu a 8.381 milhões de cruzeiros, sendo que o total disponível para aplicação no mesmo ano foi de 7.794 milhões de cruzeiros, o que corresponde a 93% do valor total do FDE.

As deduções referentes à taxa de administração do FDE atribuída à CODEPAR, representam 2,9% do total dos recursos do exercício de 1963.

A contribuição da taxa de Administração do FDE na receita total da CODEPAR foi, em 1962, de 78,1% e em 1963 caiu para 44,1% o que demonstra o decréscimo substancial da participação relativa da referida taxa. É de se esperar que, no futuro, as outras fontes de receita da CODEPAR (taxas contratuais, juros e outras rendas) sejam suficientes para o custeio da mesma.

A despesa, em relação à receita da CODEPAR, foi de 76,3% em 1962 e de 89,7% em 1963. Os gastos com pessoal representam 33,1% da receita de 1962 e de 44,6% da de 1963, ou seja, um acréscimo de participação da ordem de 11,5%. Isto se deve a que o quadro de pessoal passou de 48 para 78 funcionários, justificando-se êsse acréscimo em vista do maior volume de trabalho dispendido pela Companhia como administradora dos recursos do Fundo. Houve necessidade de criação de novos órgãos de «staff»: Assessoria de Programação e Assessoria Técnica, com a finalidade

de prestar assistência especializada à Diretoria e aos demais órgãos da Companhia no tocante às técnicas de planejamento, organização e ponto de apóio para definir a economia do Estado e do País e suas relações com FDE e a CODEPAR; e o Serviço de Relações Públicas com a finalidade de divulgar as atividades da Companhia, e justificar perante os contribuintes e investidores, a aplicação dos recursos do Fundo.

No período em exame, a organização da CODEPAR não sofreu alterações essenciais, embora tenham sido definidas as modificações estruturais que se fazem necessárias para aperfeiçoar e dar maior eficiência a esse mecanismo de ação governamental.

Assim, foram elaborados diversos projetos de modificação orgânica ainda pendentes de atos do Legislativo e de decisões ulteriores do Governo do Estado e do Conselho de Investimentos, para se converterem em decisões normativas. Dentre essas destaca-se o procedimento técnico financeiro que torna variável o valôr dos serviços prestados pela CODEPAR, como administradora do FDE. Afóra isto, diversas alterações no processo de emissão e troca de Bônus foram concebidas, visando facilitar a atuação dos órgãos fazendários.

Em decorrência do dispositivo de lei que autoriza a aplicação de 3% do adicional restituível do IVC, em estudos e projetos de interêsse do Estado, foram contratados diversos estudos e projetos, dos quais destacam-se os seguintes:

- I) — Levantamento de Recursos Naturais do Estado:
 - estudo do potencial do pescado marítimo;
 - levantamento de reservas minerais em áreas do norte e nordeste de Curitiba;
 - levantamentos pedológicos em Ortigueira;
 - estudo de depósitos cupríferos;
 - estudos preliminares para aproveitamento hidrelétrico do Rio Negro;

- II) — Levantamentos Gerais da Economia Estadual:
 - levantamento da lavoura do café;
 - levantamento da Indústria.

- III) — Planos e Programas de Desenvolvimento Econômico:
 - formulação do plano de desenvolvimento econômico e social do Estado.

- IV) — Pesquisas Econômicas Setoriais e Regionais:
 - o Paraná e a economia cafeeira;
 - condições econômicas de algumas lavouras (milho, arroz, feijão e trigo);

- plano de aplicação da CAFÉ DO PARANÁ, incluindo estudos do mercado de fertilizantes, corretivos e mecanização agrícola;
- a economia da exploração florestal e da indústria madeireira;
- estudo da economia de fibras vegetais (algodão, rami, juta, etc.);
- estudo da implantação de distritos industriais em Curitiba e Ponta Grossa;
- estudos sobre o Norte do Paraná;
- estudos sobre fiação e tecelagem;
- estudos sobre o linho;
- estudos de pasta mecânica;
- economia açucareira.

O número de estudos e projetos contratados corresponde a 40 unidades, sendo 13 em 1962 e 27 em 1963, num valor total de 324 milhões de cruzeiros.

A renda líquida, disponível para aplicação nos setores de infraestrutura e iniciativa privada, nos anos de 1962 e 1963, foi assim distribuída:

		em milhões de cruzeiros		
		1.962	1963	Total
Infra-estrutura	Disponível	3.455	5.933	9.378
	Aplicado	3.263	5.493	8.756
	%	94,4	92,5	93,3
Iniciativa Privada	Disponível	813	1.861	2.674
	Aplicado	257	1.117	1.374
	%	31,6	60,0	51,3
Total	Disponível	4.268	7.794	12.062
	Aplicado	3.520	6.610	10.130
	%	82,4	84,9	84,0

Os recursos do F.D.E. possibilitaram ao Governo do Estado a concentração maciça de recursos para a realização de obras em setores básicos para o desenvolvimento econômico.

No setor de infraestrutura foram aplicados, até 31 de dezembro de 1963, aproximadamente 8,7 bilhões de cruzeiros na construção de usinas elétricas e linhas de transmissão, pavimentação de rodovias, execução de planos de diversificação agrícola, instalação de novas unidades armazenadoras e outros empreendimentos.

A discriminação dos financiamento nêsse setor é a seguinte.

COPEL	Particip.	Import. Liberada
Contrato 1 — Sistema Norte	806.954	806.954
Contrato 2 — Usina de Emergência		
— Curitiba	466.491	466.491
Contrato 10 — Mourão I	780.000	649.000
Contrato 11 — Salto Grande	1.000.000	360.000
Contrato 13 — Reajuste Sistema Norte .	974.893	759.000
Nota promissória		270.00
UTELFA		
Contrato 4	350.000	350.000
CAFÉ DO PARANÁ		
Contrato 6		
Aquisição e revenda de sementes	438.000	438.000
Contrato 9 — operações 1963	540.000	540.000
COPASA		
Contrato 7		
Armazém em Assaí e Maringá	200.000	165.000
DER		
Contrato 5		
BR-104	1.270.000	1.270.000
Contrato 8		
BR-104	2.100.000	1.500.000
Contrato 14		
Reform. BR-104	3.300.000	1.110.000
Contrato 15		
Aparelhos	80.000	11.598
DAE		
Contrato 12		
Ampliação rêde esgôtos Curitiba	150.000	60.000
T O T A L	12.456.788	8.756.043

Os financiamentos à iniciativa privada, para incentivo do processo de industrialização do Paraná, só tiveram início em julho de 1962. Salienta-se que nesses dezessete meses de experiência, já são ponderáveis o volume e o valor dos créditos concedidos.

As 49 operações realizadas apresentam os seguintes elementos representativos:

	1962	1963	Total
1) — Número de concessões contratadas	16	33	49
	(Em milhões de Cr\$)		
2) — Valor das inversões totais	786,2	2.724,4	3.510,6
3) — Valor dos créditos abertos	434,9	1.345,4	1.780,3
4) — Desembolsos	256,8	1.116,9	1.373,7

Em relação à concentração, verifica-se que a CODEPAR concedeu maiores créditos às indústrias de médio e pequeno porte:

Níveis de participação	N.o de Contratos	Montante da Inversão (Em milhões de Cr\$)	Participação da CODEPAR
Até 10 milhões	15	204,7	98,8
De 11 a 20 milhões	14	418,3	216,1
De 21 a 50 milhões	9	664,3	365,4
De 51 a 100 milhões	6	732,2	382,0
De 101 a 150 milhões	5	1.491,1	718,0
	—	—	—
TOTAIS	49	3.510,6	1.780,3

Segundo a distribuição geográfica, os financiamentos à iniciativa privada assim se apresentaram:

REGIÃO	N. de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1 — Curitiba	28	922.030
2 — Ponta Grossa	3	68.500
3 — União da Vitória	6	193.600
4 — Guarapuava	5	225.500
5 — Jacarèzinho	4	115.733
6 — Londrina	2	217.000
7 — Maringá	1	38.000
	—	—
TOTAIS	49	1.780.373

Contrariamente aos financiamentos ao setor de infraestrutura, para os quais a CODEPAR recebe os pedidos com antecipada definição de objetivos e órgãos executores, no setor privado as principais preocupações

consistem na justa seleção de objetivos e na qualidade das empresas proponentes.

A distribuição dos financiamentos por ramos de atividade industrial, assim se apresenta:

RAMOS	N.o de Contratos	Valor em Cr\$ 1.000
1 — Elaboração de minerais não metálicos	5	135.500
2 — Metalúrgica, mec. elétrica e congêneres .	8	325.060
3 — Elaboração de matéria prima florestal ..	13	626.953
4 — Elaboração de produtos agrícolas	7	325.000
5 — Elaboração de produtos animais	11	332.100
6 — Manufaturas diversas	5	35.950
TOTAIS	49	1.780.363

Apesar da inexistência de indicadores, que permitam quantificar a influência da atuação da CODEPAR, no fomento do desenvolvimento econômico do Paraná, não restam dúvidas, no entanto, que o trabalho até agora efetuado, já trouxe seus frutos, que serão maiores no futuro pois grande parte dos investimentos realizados o foram em obras de infraestrutura, com período de maturação bastante elevado.

6) Agricultura e Pecuária

Desenvolveu o Governo do Estado, a sua atividade no Setor, através da Secretaria de Agricultura, no ano de 1963, em trabalhos de pesquisa, extensão, fomento e ensino, dentro das linhas traçadas pelo «PLANO DE ALIMENTOS PARA O BRASIL», procurando conduzir a política-agrária no caminho do desenvolvimento.

No setor de fomento, prosseguiu o plano de renovação, aumento e melhoramento do rebanho bovino do Estado, com a distribuição, mediante a troca de 1.315 touros, completando 3.015 reprodutores de alta linhagem no triênio. Os animais distribuídos, são das raças Nelore, Gyr e Guzerá, de comprovada adaptabilidade às condições climáticas do Paraná.

Foram vendidos, com financiamento pelo Fundo de Equipamento Agro-pecuário, a longo prazo, 49 touros de raça Holandêsa, 1 touro de raça Jersey, 12 novilhas de raça Holandêsa e 36 touros de raça Charolêsa, com a finalidade de melhorar o plantél leiteiro do Estado.

Foram incorporados ao rebanho suíno do Paraná através de um plano de venda, com vantagens aos criadores, 420 animais das raças Duroc-Jersey, Wessex e Landrace, produzidos pelos plantéis próprios da Secretaria de Agricultura.

No setor de avicultura, foram vendidos 109 perús das raças Mamouth Bronzeado, Broad-Brestd Bronze e Holandês Branco, e 1.302 galinhas das raças Leghorn, Three Cross, New Hampshire e GB postura.

Os criadores obtiveram nas mesmas condições da Secretaria de Agricultura, 26 ovinos das raças Corriedale, Ideal e além de 87 coelhos de raça Branca de Nova Zelândia, Chinchila, Belier Alemão, Azul de Viena, Gigante de Flandres Branco e Castor Rex.

Em 1963 a Secretaria de Agricultura realizou 1.143 inseminações artificiais em todo o Estado, usando semen de touros das raças Holandêza, Jersey e Charolêza.

Vem o Estado enriquecendo seus plantéis, a fim de, através de experimentos, melhorar qualitativamente os produtos ofertados aos criadores do Estado. Os plantéis existentes acusam os seguintes números:

Bovinos: Raças — Charoles, Jersey, Santa Gertrudes, Canchin, Holandez, Gyr, Nelore — 1.158 animais;

Suínos: Duroc Jersey, Wessex, Landrace — 338 animais;

Ovinos: Ideal, Corriedale — 351 animais;

Galináceos: GB postura, New Hampshire, Leghorn Branca — 1.146 aves;

Meleagrídeos: Manouth Bronzeado, Broad Brestd Bronze, Holandes Branco — 391 aves;

Coelhos: Branco de Nova Zelândia, Chinchila, Belier Alemão, Azul de Viena, Gigante de Fladres, Castor Rex — 218 animais;

Além desses plantéis, foram importadas da Índia, 58 cabeças de gado Nelore, 14 cabeças de gado Guzerá, 22 cabeças de gado Gyr, 6 bubalinos e 3 cabritos.

Foram desenvolvidos os trabalhos de experimentação agrostológica, o que permitirá determinar os melhores tipos de pastagens nas diversas regiões do Estado.

Através de 19 Casas Rurais, 11 Postos Rurais e 40 Postos de Revenda, pode o Govêrno do Estado, oferecer aos lavradores e criadores, defensivos e outros produtos de consumo rural, no valor de Cr\$ 135.647.000,00 e realizar mais de 100.000 vacinações em todo o Estado.

No setor de Extensão, os técnicos oficiais foram dotados de condução, própria, o que lhes permitiu ir ao encontro do homem do campo. Com a orientação técnica, a produtividade da agricultura será aumentada. Há técnicos em mais de 70 municípios do Paraná, distribuídos estrategicamente, a fim de melhor cobrir as várias regiões do Estado.

Assim, poderão ser atendidos milhares de lavradores e criadores que, com os novos conhecimentos obtidos trarão melhor contribuição ao progresso do Estado.

A pesquisa e a experimentação, receberam impulso notável no ano de 1963. Foram realizadas competições de variedades, ensaios de época de plantio, métodos culturais, ensaios de inseticidas, de hebricidas e de adubação com os seguintes produtos: batata, arroz, feijão, cevada, milho, soja, trigo sarracêno, batata doce, lentilha, permitindo que os resultados tragam melhores técnicas que serão levadas à lavoura pelos diversos setores da Secretaria de Agricultura.

Foram produzidas nas Estações Experimentais sementes de hortaliças e ampliado o bosque de oliveiras, cuja cultura, é ainda um experimento na nossa região. Têm sido fornecidas mudas de árvores frutíferas, bem como mudas de capim aos lavradores e pecuaristas.

Incrementou-se a campanha de fomento à produção de mudas de essências florestais, através da implantação de 12 viveiros no Estado, com a produção de 20.000 mudas, cada um. Visa a campanha despertar o interesse dos proprietários de terras, com o plantio de milhares de mudas e orientação técnica. Obtiveram-se mais de 500 mil mudas de Eucalipto, Pinus, Elliotii e Acácia.

O Corpo de Polícia Florestal, esteve em pleno funcionamento, fiscalizando as reservas florestais do Estado e, o que é mais importante, reprimindo o contrabando de sementes de araucária.

No setor de Meteorologia instalou estações em Maringá, Guaíra, Foz do Iguaçu e Loanda, cobrindo as regiões Oeste e Noroeste do Estado. Vários experimentos e estudos foram efetuados nas diversas zonas climáticas, com o levantamento de dados estatísticos de precipitação, umidade, nebulosidade e pressão.

O Instituto de História Natural continúa com os estudos e levantamentos microfaunísticos e lorísticos e têm sido executados programas de intercâmbio científico com outros Institutos.

Um dos setores que mais tem se desenvolvido, é o do ensino agrícola, obedecendo a um plano que visa levar através da educação, melhores perspectivas de progresso à lavoura do Estado. São mantidos os estabelecimentos seguintes: Ginásios Agrícolas em Rio Negro, Palmeira, Guarapuava e Apucarana; Colégio Agrícola em Ponta Grossa; Escolas Agrícolas de preparação pré-ginásial em Clevelândia, Fóz do Iguaçu, Fainal de Catanduvas e Santa Mariana; Centros de Treinamento em Castro e Santo Antônio da Platina; Escola de Economia Doméstica e Rural em Ivaí.

Estão matriculados nos diversos estabelecimentos de Ensino Agrícola, 946 alunos, filhos de lavradores.

Convênios têm sido mantidos com o Escritório Técnico de Agricultura — ETA — para o desenvolvimento da educação vocacional agrícola e economia doméstica rural.

Foi executado um programa de atividades culturais, com a finalidade de treinar e aperfeiçoar conhecimentos. Ministraram-se rápidos cursos de treinamento rural, de tratorista, de suinocultura, de oficina rural, de treinamento de Diretores, de avicultura, de economia doméstica, de aperfeiçoamento de professores, de assistência veterinária, bem como foram realizadas Semanas do Fazendeiro e do Agricultor.

A **assistência ao cooperativismo**, que tem colaborado com os diversos setores da administração estadual, organizando cooperativas, mantém um programa radiofônico — «A Cooperativa é a Solução».

O contróle e fiscalização de cooperativas do Estado tem sido feito com todo o rigôr, evitando-se irregularidades.

A **assistência social-sanitária** foi prestada ao homem do campo pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural — FATR — que tem por objetivo primordial conseguir, através do seu trabalho, a elevação dos níveis de vida das populações rurais mais atrasadas e desprovidas dos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

A FATR desenvolveu, em 1963, atividades assistenciais, através dos seguintes serviços: Jurídico, Educação Rural, Promoção Rural, Social, Médico, Farmacêutico e Odontológico.

Com **ambulatórios médicos** instalados em treze áreas diferentes, atendeu a 33 mil trabalhadores rurais que não possuíam os mínimos recursos para êsse fim.

Vinte e um dentistas percorreram as zonas rurais de sua influência, num **serviço volante** que, durante o ano, atendeu a aproximadamente 35 mil pessoas, realizando um total de 92 mil serviços nessa especialidade.

Junto ao **serviço médico** funcionam farmácias, que fornecem medicamentos, a preços reduzidos, aos lavradores.

O **serviço social** realizou serviços diversos, como: internamentos, encaminhamento de problemas, visitas, orientação de casos, auxílios para viagens e outros, transportes de enfermos, regularização de situação familiar, etc., totalizando cêrca de 100 mil serviços, prestados nêsse setor de atividade.

A **promoção rural** foi iniciada, em 1963, com o propósito de despertar no homem rural o sentido do seu valor humano, em razão do que será êle orientado para que, com seu próprio esforço, encaminhe a solução dos seus problemas, especialmente no campo dos direitos e deveres básicos da pessoa humana. Assim, foram realizados os primeiros cursos, no interior do Estado. Dêstes cursos constam as seguintes matérias: Conhecimentos Gerais, Orientação Sindical, Legislação do Trabalho, Elementos de Direito Constitucional, Português, além de outras noções básicas.

O serviço de **educação rural** teve a sua maior expressão no trabalho

de Economia Doméstica. Deslocando-se diariamente para as povoações do interior do município, as educadoras rurais da FATR realizaram no ano passado: 7.548 palestras, 5.765 demonstrações e 1.879 visitas domiciliares. Os assuntos ensinados nessas palestras e demonstrações foram: Nutrição e Alimentação, Arte Culinária, Melhoramento do Lar, Indústria de Alimentos, Vestuário, Trabalhos Manuais, Primeiros Socorros, Higiene, Saúde e Saneamento, Puericultura, Horticultura, Clubes Rurais, Recreação e Educação Moral e Cívica. Nas visitas domiciliares e em outros contactos com a população, as funcionárias da FATR procuram descobrir problemas da comunidade e encaminhar a sua solução. Nas aulas e demonstrações dadas em 1963, registraram-se mais de 270 mil comparecimentos de, principalmente senhoras e moças da roça.

No campo da **orientação técnica agro-veterinária**, ainda não foi possível realizar trabalho apreciável, devido à falta desses profissionais no quadro de funcionários da FATR.

O **serviço jurídico**, embora em reorganização, conseguiu, entretanto, apresentar 140 processos resolvidos. Conta, agora, com novas possibilidades para obter um volume muito maior no correr do próximo ano.

Todos os esforços têm sido envidados pela atual administração, no sentido de ampliar os serviços da FATR no interior do Estado, objetivando, com isto, atingir novas áreas de atuação a populações até agora desassistidas.

O Governo do Estado passou a operar em 1963, no Setor de Economia Rural, tendo para tanto realizado estudos e pesquisas, que lhe permitam melhor orientar a sua política agro-pecuária.

Foram feitos levantamentos das safras de algodão e de cereais, além dos custos de produção, como subsídios para a determinação dos preços mínimos.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), órgão ligado à Secretaria de Agricultura, tem realizado levantamentos de solos em diversas zonas do Estado, assim como experimentos diversos nas culturas de soja, trigo, milho e batatinha. Os laboratórios do Instituto efetuaram análises de amostras de terras, de adubos, além de exames Micológicos, Bacteriológicos, Virulógicos, para particulares e entidades oficiais.

A produção industrial do IBPT tem aumentado sensivelmente: antígenos e vacinas anti-rábica, contra peste suína, contra carbunculo hemático verdadeiro, contra boubá aviária, assim como outros produtos.

O levantamento estatístico da produção, cultura e comércio do café tem sido normalmente feito. São expedidos boletins diários da movimentação de café no Pôrto de Paranaguá, e, é mantido um contróle dos estoques em armazéns particulares e do IBC, além da movimentação do produto através das vias internas nacionais.

Outro setor que tem sido objeto de ampla preocupação do Govêrno do Paraná é o de **armazenamento** confiado à Companhia Paranaense de Silos e Armazens — COPASA.

O armazenamento tem como fim principal a distribuição uniforme e regular, durante o ano inteiro, dos diversos produtos agrícolas nas melhores condições de qualidade e preço, o que vem se refletir no ânimo do produtor, incrementando a produção pela garantia de sua colocação em base remunerativa, segurança na estocagem com tarifas justas e, financiamento pelo desconto de «warrants» emitidos.

Do plano elaborado pelo Govêrno do Estado 6 unidades armazenadoras toram concluídas, em 1963, e estão em funcionamento, com capacidade estática superior a 30 mil toneladas localizadas em: Curitiba, Assaí, Maringá, Guarapuava, Campo Mourão e Pato Branco.

Foram iniciadas as obras de reconstrução do armazém da Superintendência de Armazém e Silos (SAS), localizado em União da Vitória, com capacidade de 4.000 toneladas.

Está em andamento a construção do armazém n. 2, da unidade armazenadora de Assaí, ampliando a capacidade local para 5.693 toneladas.

O funcionamento das 6 primeiras unidades permitiu, prestar serviços de armazenagem que proporcionaram benefícios sociais e materiais à agricultura do Estado. Os serviços prestados compreendem: armazenagem — 323.655 sacos de cereais e sementes; expurgo — 197.816 sacas de cereais e sementes; limpeza — 31.886 sacas de cereais; Secagem — 19.570 sacas de cereais.

Fiel ao objetivo de incrementar e diversificar a agro-pecuária paranaense, tem o atual Govêrno, através da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ —, levado ao homem do campo uma assistência efetiva e segura. Orientando o agricultor e amparando-o com os recursos da técnica moderna, esta emprêsa vem colaborando de maneira decisiva, para tornar realidade a meta governamental de transformar o Paraná no «Celeiro do Brasil».

Alcançou « A Café do Paraná», um nível de operações que superou tôdas as expectativas, nos setores de mecanização agrícola e fomento da produção, através de comercialização e orientação técnica, visando ao atendimento aos lavradores atingidos pelo flagelo do fôgo, da geada e da sêca, foi posto em execução o plano «Operação Semente», que teve por base, financiamento de sementes aos agricultores, através da venda a prazo.

Intervindo diretamente nas fontes de produção em defesa dos agricultores, adquiriu grandes quantidades de cereais, beneficiando-os e colocando-os nos mercados consumidores do Paraná e de outros Estados.

A Empresa conseguiu, neste exercício, obter a máxima produtividade do seu reduzido número de máquinas. Os serviços são remunerados pelo custo de operação, proporcionando com isto reais vantagens aos agricultores atendidos. Além de estar contribuindo para o fomento à produção, tem orientado sua ação no sentido de proporcionar novos estímulos à agricultura paranaense.

Durante o exercício de 1963, foram feitas vendas de sementes nos seguintes quantitativos: 593.997 sacos de algodão, 3.856 sacos de feijão, 27.205 sacos de milho híbrido e variedades; 13.413 sacos de trigo; 10.790 sacos de centeio; 1.799 sacos de soja; 411 sacos de mamona; 1.405 sacos de amendoim; 1.274 quilos de sementes de capim; 66 sacos de aveia; 7.863 caixas de batata.

Foram realizadas vendas de outros produtos para a agro-pecuária, como inseticidas, arame farpado, fungicidas, sacaria, no valor de Cr\$ 121.679.005,00.

A Companhia arou, destocou, semeou e colheu em área de 22.062 hectares, compreendendo 2.363 propriedades agrícolas do Paraná, gastando 92.682 horas no desempenho dessas tarefas.

Tendo em vista a experiência adquirida no trato dos problemas agrícolas do Estado, a Café do Paraná, programou trabalhos para 1964, que poderão ser resumidos em números representativos da estimativa de venda de sementes: 15.000 sacos de trigo; 200 sacos de aveia; 200 sacos de centeio; 1.000 sacos de trigo sarraceno; 2.500 sacos de feijão; 400.000 sacos de algodão; 30.000 sacos de milho híbrido e variedades; 4.100 sacos de arroz; 3.500 sacos de soja; 1.000 sacos de amendoim; 1.000 sacos de mamona e 10.000 caixas de batata. Igualmente, adubos, inseticidas, fungicidas, arame farpado, no valor de Cr\$ 138.566.000,00, serão postos à disposição da lavoura do Paraná, através dos Postos de Venda da Companhia.

A Café do Paraná, continuará a expandir a sua atuação no setor de mecanização, proporcionando técnica avançada aos lavradores, de molde a possibilitar-lhes uma melhor rentabilidade.

No setor agro-pecuário do Governo do Estado do Paraná, os trabalhos realizados no ano de 1963, serão ainda ampliados para o corrente ano em todos os campos, buscando-se com isso prestar mais e melhor assistência ao lavrador. As pesquisas e experimentos continuarão a receber o mesmo carinho, ampliando a sua área de ação no Estado. Cursos de cooperativismo serão realizados, além do trabalho de divulgação. O Ensino Agrícola será enriquecido com o aparelhamento de laboratórios completos e a instalação de parques avícolas e aviários pilotos nos vários estabeleci-

mentos escolares. A capacidade das escolas será elevada para 1.200 alunos. A dinamização do Ensino será o escôpo principal.

Os setores de extensão e o fomento desenvolverão, em convênio com a «Aliança Para o Progresso» o plano de diversificação de culturas e incremento à formação de pastagens, à avicultura e suinocultura.

Os planos serão postos em prática através de:

- Instalação de campos de demonstração;
- fornecimento de pintos, galinheiros, rações, vacinas, procurando-se implantar uma avicultura racional na zona rural;
- distribuição de suínos de alta linhagem, financiados a 12 meses;
- divulgação de práticas modernas na exploração agro-pecuária.

Prosseguirá o atual programa de distribuição de touros mediante troca, a fim de que seja melhorado, gradativamente, o plantel bovino do Estado.

Pelo exposto, verifica-se que os problemas agro-pecuários do Estado estão sendo enfrentados com todo o empenho e bom senso; apesar dos escassos recursos disponíveis. Graças, porém, à honesta e criteriosa aplicação desses recursos, o máximo proveito tem sido obtido, no fomento, extensão, pesquisa e ensino, pelos diversos órgãos incumbidos de realizar a política do Estado no setor agro-pecuário, esteio da economia paranaense.

7) Pesca

A situação da economia pesqueira no Estado, sempre foi alvo de preocupação do atual Govêrno tanto no aspecto social, visando melhorar as condições de vida da população a ela ligada, como pelo abastecimento, para suprir as necessidades do mercado consumidor.

A Administração do Estado, através da CODEPAR, efetuou um estudo básico sôbre as condições da economia pesqueira, trabalho, que encerrado, apresentou a posição exata desse setor econômico.

As pesquisas que se desenrolaram por tôda a faixa litorânea, tanto nas praias como nas baías, visaram permitir que, com base nesse estudo, se programasse uma política estadual de pesca.

Dentre os principais fatos observados, podemos destacar:

- os dependentes desta economia acham-se em baixíssimo estágio de capitalização dos meios de produção. Poucos são os barcos a motor existentes. O instrumental básico de pesca ainda são a linha de mão e as redes de arrastão. Sômente 3 empresas fazem pesca fora das baías e distante das praias, com uma frota total de 8 barcos e em condições relativamente precárias.
- a pesca, nas praias e baías, está sujeita a um tipo de safras (ciclos) de maior abundância de pescado, impedindo que as populações

a ela dedicadas mantenham afluxos de renda e de produção homogêneos durante o ano.

— a comercialização do produto dos pescadores artesanais estava praticamente controlada por grupos de intermediários, que manipulavam o mercado dentro de seus interesses, em detrimento de produtores e consumidores.

— as condições sub-humanas a que estão submetidas as populações dependentes da pesca artesanal, constituem um grave problema social cuja solução definitiva deve ser alcançada.

As conclusões iniciais determinaram providências preliminares, numa tentativa, a curto prazo, de melhorar as condições gerais até que se possa delinear um plano global e a longo prazo, de eliminação do problema.

Incentivou-se, através do Serviço de Valorização do Litoral, a criação e funcionamento de uma cooperativa de produtores, atendendo inicialmente à comercialização do pescado, remunerando com mais justiça a produção para permitir a recapitalização da estrutura produtiva.

Por outro lado, a CODEPAR estuda as soluções a longo prazo, estruturando um plano global, que se constituirá na própria orientação para a política estadual da pesca.

8) Turismo

Podemos considerar o turismo com uma das preocupações do Governo, cuja atividade concentra-se, indubitavelmente, em problemas de infra-estrutura: sistemas rodoviários de primeira grandeza, meios de comunicação, energia elétrica e uma rede hoteleira de qualidade, que são necessidades fundamentais para uma exploração do turismo.

O turismo, como fenômeno econômico-cultural, está na dependência direta de investimentos que, pela sua magnitude, fogem ao âmbito estrito das providências regionais.

Podemos dividir o Estado do Paraná em três grandes regiões turísticas:

1 — A dos pinheirais e praias, que abrange o litoral, o planalto e parte dos campos gerais. Destaca-se aqui um centro turístico de expressão: O Parque Estadual de Vila Velha. Há dois tipos de interesse nesta área: o turístico e o agro-técnico.

2 — A das Cataratas, que atinge Fóz do Iguaçu e Guaíra, destacando-se os Parques Nacionais do mesmo nome, onde o Governo do Estado tem atuado junto ao Governo Federal para obter a execução de melhorias.

3 — A da Terra Roxa, alcançando Londrina e Maringá na região Norte do Estado.

Além dos acima citados, há no Paraná ainda outros objetivos turísticos que devem ser ampla e criteriosamente resguardados.

Entre êles, encontram-se as Grutas localizadas em Colombo, Rio Branco do Sul e Bocaiuva do Sul, destacando-se a Gruta de Campinhos, nêsse último município; as estâncias de Ouro Fino, Lambedor e Dorizon; a defêso da Serra do Mar sob o ponto de vista florestal, inclusive com a instalação do Parque Nacional do Marumbí.

No que concerne ao Parque Estadual de Vila Velha, o Govêrno do Estado por decreto nº 6.024 de 17 de janeiro de 1.962, instituiu um grupo de trabalho para estudar o plano de reequipamento do parque, prevendo a construção de melhoramentos essenciais como o sistema viário, e instalações tais como postos de abastecimento de veículos, restaurantes, etc...

O referido grupo de trabalho, conforme relatório de maio de 1.963, relata que das providências sugeridas, algumas de caráter provisório foram executadas: sanitários removíveis; delimitada a área de estacionamento de veículos nas proximidades dos arenitos; executado o revestimento primário das vias de acesso; escolhido e preparado o bosque marginal do Rio Quebra Pernas; melhorados o aspêcto e as condições de segurança das cêrcas de proteção das Furnas e mobilizada uma viatura da Rádio Patrulha, equipada com material de socorros urgentes, para utilização nos fins de semana. A programação estabeleceu um custo total para as obras definitivas, de Cr\$ 264.236.000,00.

Executadas as medidas de emergência e implantado o plano aprovado, poderá o Parque Estadual de Vila Velha, proporcionar aos seus visitantes o necessário conforto, colocando-se entre os grandes centros de turismo nacional e internacional, mercê de seus recursos naturais.

Outra atração turística do Paraná é a Estância Hidro-climática de Santa Clara, no município de Guarapuava, onde o Estado executou um conjunto de edificações e obras complementares como: hotel principal, conjunto de apartamentos, edifício dos banhos e edifício da fonte, onde aplicou Cr\$ 75.509.258,80, faltando apenas as obras complementares que estão sendo contratadas. Entre elas destacam-se as relativas a energia elétrica, telecomunicações, abertura da estrada de acesso e providências que já estão sendo tomadas, para uma análise da composição química da água, seus prováveis efeitos terapêuticos, etc.

Podemos ainda incluir, como interêsse turístico do Paraná, o Parque Estadual de Campinhos no município de Bocaiuva do Sul, cuja área já foi desapropriada pelo Estado, faltando apenas a construção da estrada de acesso para que o Parque seja liberado ao público.

Também para o Parque do Monge, na Lapa, o Govêrno do Estado está providenciando a desapropriação da área complementar, tendo recentemente designado um grupo de trabalho para planejar, estudar e organizar êsse Parque.

As praias do litoral paranaense foram servidas pelo asfaltamento da PR-51 — trecho BR-2 a Alto da Serra e PR-52 Trecho São João a Marta e a recuperação do «Ferry Boat» que liga Guaratuba e Caiobá. No setor de energia elétrica o litoral foi grandemente beneficiado com a linha de transmissão entre Guaratuba—Matinhos—Paramaguá. Também está em estudos o abastecimento de água dessa região. Assim, êsses belos e aprazíveis recantos do litoral paranaense poderão tomar grande impulso pelas benfeitorias recebidas, recebendo maior número de usuários.

O Conselho Estadual de Turismo e o Departamento de Turismo e Divulgação têm atuado como órgãos consultivo e executivo do Governo do Estado e, por outro lado, agido junto aos órgãos federais no sentido da criação do Parque Nacional do Marumbí e melhorias nos Parques Nacionais de Fóz de Iguazú e Guaira.

Com a concretização do programa que se propõe, terá a atual administração criado as bases para a implantação do turismo no Paraná, não apenas como meio de divulgação de sua belezas naturais e dos empreendimentos realizados pela mão do homem, mas principalmente, como fonte de renda.

9) Geadas e Incêndio

A geada vem causando prejuízos incalculáveis à economia e ao patrimônio do Estado.

As previsões das safras de café indicavam um acréscimo de produção, que traria à economia do Estado, sensível melhoria. Antes do frio intenso de 1962 e a geada de 1963 as estimativas das safras eram:

1962/1963: 18.500.000 sacas:
1963/1964: 14.000.000 sacas:
1964/1965: 20.000.000 sacas

Os vários órgãos encarregados da cafeicultura apresentaram o seguinte resultado de incidência do fenômeno climático, ocorrido em agosto de 1963; 835.874.000 cafeeiros foram atingidos pela geada, assim distribuídos:

730.067.000 cafeeiros, compreendendo 58% do total dos cafeeiros em produção.

105.807.000 cafeeiros, compreendendo 77% dos cafeeiros em formação.

Os números demonstram os prejuízos que sofreu o Estado do Paraná, além do desfalque nos recursos gerais da coletividade, que é incalculável.

No relativo, os quantitativos refletem bem os prejuízos que o fenômeno trouxe a produção:

Safra esperada em 63/64	8 635.143	sacas
Perda imediata resultante em virtude do fenômeno de 1963	1.162.445	sacas;
Safra resultante	7.472.698	sacas;
Estimativa da safra 64/65	3.147.310	sacas.

A diminuição do mercado de trabalho na zona cafeeira, implicará em desemprego, nos meados de 1964, razão pela qual a administração do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), orientou parcelas ponderáveis de crédito para a região norte do Estado, com o fim de lá estimular e desenvolver o setor secundário da economia do Paraná. A utilização da matéria prima produzida na região, por indústrias locais é o objetivo principal da programação levada a efeito, o que possibilitará a ampliação do mercado de trabalho.

Após a geada, a seca castigou o Estado todo e, sem os devidos cuidados, os agricultores iniciaram o tradicional preparo das terras para plantio, utilizando o fogo como instrumento principal.

Mais de setenta vidas perdidas, é o irrecuperável do flagelo que atingiu o Paraná, no período de Agosto a Setembro de 1963.

Os prejuízos materiais subiram à dezenas de bilhões de cruzeiros, tendo sido ameaçada de destruição total a maior área reflorestada do mundo.

O estado de calamidade pública mobilizou as reservas humanas do Paraná, do Brasil e do Mundo, chegando auxílio de todos os quadrantes em alimentos, dinheiro, roupas, remédios, produtos para a recuperação da zona rural, etc.

O Governo do Estado, através de todos os órgãos da administração, superada a fase heróica de combate ao fogo e atendimento aos flagelados, organizou um plano de recuperação do Estado.

A «OPERAÇÃO SEMENTE», plano elaborado pelos técnicos do Governo, visou à recuperação daqueles setores atingidos pelos flagelos da geada, da seca e do fogo. A administração do Estado procurou utilizar a potencialidade agrícola do Paraná.

O plano constituiu no seguinte: 55 agrônomos, 300 funcionários administrativos e 120 viaturas, através de 250 postos de sementes, defensivos da lavoura e outros produtos.

Juntamente com o fomento foi dada orientação técnica aos lavradores, com a finalidade de diversificar suas lavouras e adotar novas técnicas agrícolas e pecuárias.

Aproximadamente seiscentos mil sacos de sementes, entre algodão, arroz, feijão, batata, milho, foram financiados aos agricultores do Estado.

Foi posto, também, em execução o plano de desenvolvimento avícola, a fim de aproveitar as condições propícias que a estrutura da economia da agricultura e pecuária do Estado oferece.

A ampliação dos programas, a elaboração de novos planos para o setor agro-pecuário do Estado, impõem-se para a continuidade da recuperação econômica paranaense. Serão abertas novas perspectivas ao homem do campo, com a execução da programação elaborada.

Pretende-se, também, não somente recuperar a área flagelada, mas também traçar novos rumos à agro-pecuária, a fim de elevá-la a melhores estágios de desenvolvimento.

10) Erosão

A região noroeste do Paraná, compreendida entre os rios Paranapanema e Piquiri, e desde pouco adiante de Campo Mourão até o Rio Paraná, e constituída de arenito de proveniência eólica. O arenito superficial, conhecido como «arenito Caiuá», é muito sensível à ação erosiva.

Nessa região, o desenvolvimento proveniente fundamentalmente da cultura cafeeira, se fez sentir de maneira assombrosa. As florestas cederam lugar à cultura do café e as cidades «apareceram» em grande número.

O sólo, antes protegido pela vegetação, agora se encontra à mercê dos elementos erosivos naturais, pois o homem, ansioso por conseguir o máximo proveito da terra, não cuidou da preservação da flora, como devia.

As cidades, em grande parte, não foram racionalmente planejadas e, na sua maioria, encontram-se em terrenos ondulados. Aliado a essa condição topográfica, o crescimento das cidades, em alguns casos, com alta taxa de urbanização, trouxe a diminuição da área de infiltração das águas e elevou o processo de erosão a índices de verdadeira catástrofe. Assim, o desenvolvimento urbano se encontra ameaçado, trazendo intranquilidade à população das cidades mais atingidas.

A erosão urbana é uma das preocupações do Governo do Estado, que através de estudos, tem procurado determinar a solução desse complexo fenômeno. Por outro lado, junto ao Governo Federal, tem tentando obter recursos para fazer frente ao alto custo dos investimentos que a solução exige.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas, através de seu Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE), mediante entendimentos com os poderes municipais das cidades atingidas, tomou conhecimento, em cada caso, das condições reais do problema. Por meio de convênio com a

Comissão Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai (CIBPU), elaborou projetos e obras para combate à erosão urbana.

Foram destinados para tal fim, em 1963, aproximadamente 50 milhões de cruzeiros, além de outros 50 milhões, resultantes do Convênio com a CIBPU.

O serviço de combate à erosão, embora recente, vem sendo estruturado rapidamente, no sentido de equipar-se e obter recursos, financeiros e técnicos, para efetiva realização de obras.

A importância desta medida ressalta, quando se considera que o número de municípios atingidos é de 68, sendo que, pelo menos, em 18 cidades o fenômeno da erosão urbana alcançou extensão mais grave.

Foram elaborados projetos para solução do problema em nove municípios, como seja: Alto Piquirí, Cianorte, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Goio-Erê, Icaraima, Itaguagé, Nova Londrina e Paraíso do Norte.

Para a realização de obras, foram feitos adiantamentos a fim de atender a 26 municípios. Alto Piquirí, Araruna, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cafeara, Cambé, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Florai, Florestópolis, Formosa do Oeste Goio-Erê, Guarací, Itaguagé, Nova Londrina, Jussara, Paraíso do Norte, Peabirú, Querência do Norte, Santo Antonio do Caiuá, Santa Cruz do Monte Castelo, Tamboara, Terra Rica, Teneiras do Oeste e Ubitatã.

Além disso, foi prestada assistência técnica a diversas municipalidades, para a execução de pequenas obras preventivas, que reduzam os efeitos da erosão urbana, que cada vez mais se vem caracterizando como problema que está a reclamar a atenção do Governo Central, não só pela sua magnitude como pelo fato de decorrer principalmente de uma devastação florestal para utilização das terras na cultura do café, principal sustentáculo da balança de comércio exterior.

IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

1

1) Educação e Cultura

Setor dos mais importantes, a Educação representa hoje, mais do que nunca, uma função social por excelência, sendo o Estado um dos maiores responsáveis por sua execução.

A demanda escolar no Paraná cresceu de tal forma que vêm sendo exigidas do poder público estadual, através de seus órgãos competentes ligados ao setor em apreço, medidas visando ao atendimento necessário.

Estado que viu aumentar o seu contingente populacional espantosamente e cuja taxa de crescimento anual atingiu, na última década, 7,2%, viu-se o Governo diante de um problema que poderia parecer insolúvel a curto prazo.

Entretanto, a política governamental, no sentido de favorecer o acesso à educação a este grande contingente humano, principalmente aos menos favorecidos, foi a de criar condições, sistematizadas num plano global e definidas pela atuação do setor responsável no sistema educacional do Estado.

Assim é, que nêstes três anos de Governo, procuramos atender nas medidas das nossas fôrças, o setor do ensino público, facilitando por outro lado, ao ensino particular, através de convênios com o órgão competente estadual, a Secretaria de Educação e Cultura, visando dar ao Estado as condições indispensáveis ao bom funcionamento dêste setor.

Um dos pontos de grande preocupação do Governo, é o de criar novas perspectivas de emprêgo especializado. O ingresso, nas escolas primárias, de grande parte dos alunos — alguns em idade escolar fora da faixa regular, isto é, numa idade já avançada — tem sido favorecido por um ensino especializado a partir da 5.ª série do curso primário. As estatísticas demonstram que a procura se concentra entre a idade de 11 aos 37 anos e que a maior concentração se localiza entre os 11 e os 28 anos. Isto vale dizer, que a população necessita de um ensino que lhe ofereça melhores condições e possibilidades de emprêgo adequado. No exame da situação paranaense, notamos uma crescente demanda no sentido de aumentar os núcleos urbanos, favorecendo a implantação de um setor da economia — o secundário — que exige mão-de-obra capacitada para enfrentar a es-

trutura industrial. Daí a preocupação do Govêrno nêste setor, que concretizou o plano esboçado na mensagem anterior, dando ao ensino primário maior ênfase, pelo aumento de 4 para 6 anos, com a implantação de ensino nestas séries de artes e ofícios industriais, por um lado favorecendo a mão-de-obra existente e por outro, permitindo o acesso à 2.ª série do ciclo secundário àqueles que tivessem concluído a 6ª série do curso primário.

A tudo isto, devemos aliar o esforço dispendido nêstes anos, por um planejamento adequado e concretizado através de trabalho sistematizado, uma vez que era coótica a situação do ensino encontrado. Nesta análise, objetiva e fria por vêzes, sentiu-se a necessidade de reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura. Criaram-se novos moldes de atuação que permitiram uma maleabilidade administrativa tôda especial, graças a qual foram sendo superadas certas deficiências, ocasionadas pela má estrutura funcional dos setores ligados ao órgão competente.

Foi com o maior júbilo que o Executivo remeteu a Assembléia Legislativa, em novembro do ano passado, o ante-projeto de lei, que institue o Sistema Estadual de Ensino. Considerando-se que a última lei estadual de ensino de caráter geral data de 1917, e que a partir desta data, o ensino no Paraná foi regido por leis especiais que abrangiam apenas êste ou aquêle ramo do ensino, muito justa é a preocupação do atual Govêrno, em dotar o Paraná de um sistema educativo à altura do seu povo.

Vastíssimos, são hoje, os recursos financeiros que devem ser investidos no campo da Educação. Visando uma maleabilidade ampla dentro dos quadros institucionais da educação, criou-se a Fundação Educacional de Ensino — FUNDEPAR — entidade de fins não lucrativos, com personalidade jurídica, tendo como objeto, administrar o Fundo Estadual do Ensino, instituído pela Lei n. 4.599 de 2 de julho de 1962. A FUNDEPAR, no curto prazo de sua existência, tem atuado como um poderoso auxílio à Secretaria de Educação e Cultura, órgão tradicional do sistema educacional do Estado.

A FUNDEPAR, por deliberação de seu Conselho Diretor, distribuiu, recursos de forma a atender aos vários setôres do ensino, prioritariamente as áreas menos favorecidas vinculadas à Secretaria de Educação e Cultura.

Na contingência de favorecer todo um sistema que demanda atendimento imediato, foram construídas novas salas de aula, adquiridos novos equipamentos e materiais de tôda a ordem, reparadas algumas unidades em estado precário de funcionamento, criados novos cursos, enfim, todo um complexo educacional foi possível realizar, graças a maleabilidade com que foi dotada a Secretaria de Educação e Cultura dentro dos novos padrões administrativos que passou a possuir.

Os recursos do Fundo Educacional do Ensino são constituídos de:

- contribuições do próprio Estado, consignadas anualmente no Orçamento Geral, no valor de 3% sobre o Imposto de Vendas, Consignações e Transações;
- contribuições da União, inclusive os recursos que cabem ao Paraná, à conta dos Fundos Nacionais do Ensino Primário, Médio e Superior;
- contribuições das empresas industriais, comerciais e agrícolas, que, mediante força de lei, asseguram a matrícula em escolas públicas e particulares de qualquer forma subvencionadas, aos filhos de empregados dessas empresas, que não residam próximo ao local de sua atividade;
- contribuições de proprietários rurais para instalação e funcionamento de escolas primárias em suas propriedades;
- donativos de particulares, em dinheiro ou outros bens móveis e imóveis, incluindo-se auxílios e doações feitos através de contribuições do imposto de renda à entidade em apreço;
- auxílios e subvenções concedidos à entidade pela União, Estado ou Município;
- juros de depósitos bancários proveniente de recursos do Fundo e de outras origens, foram aplicados de forma a favorecer todo um sistema, visando, dentro dos padrões com que vem atuando, alcançar todo o homem e todos os homens, o que só se pode conseguir através de uma educação sistematizada, e orientada dentro de um planejamento real, com o objetivo de poder realizar, clara e especificamente, uma tarefa assás importante para uma região que cresce dia a dia e necessita poder contar, no futuro, com seu contingente humano.

Dos recursos contidos linhas atrás e que constituem a receita do Fundo, em virtude do Plano de Contenção de Despesas que foi adotado para o exercício de 1.963, a receita orçada em Cr\$ 811.140.000,00 não foi possível ser arrecadada, passando esta cifra a ser de Cr\$ 341.339.350,00 para aplicação efetiva. A FUNDEPAR, por sua vez, contou com Cr\$ 37.177.250,00 da Quota estipulada por lei e com Cr\$ 10.000.000,00 oriundos de crédito especial (art. 15 da Lei n. 4.599) destinados às despesas da entidade administradora.

Um aspecto importante a ressaltar, foram dois convênios financeiros realizados com o Ministério de Educação e Cultura, firmados entre o órgão

federal e a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), cujas verbas específicas foram consignadas à conta do Fundo Estadual do Ensino: Um no valor de Cr\$ 29.999.140,00, destinada a atender à construção e instalação de equipamentos em oficinas de artes industriais para alunos da 5.ª e 6.ª séries do ensino primário; outro, no valor de Cr\$ 19.999.000,00, para a realização de um Programa Geral de Cultura Popular, que está cumprindo com o fim traçado.

A publicação do Manual do Professor Primário para as 1.ªs e 2.ªs séries, tem servido ao corpo docente de tal forma a promover os primeiros conhecimentos ao elemento humano, visualizando em detalhes uma sistemática racional para o aprimoramento do sistema. Em fase final de publicação, para posterior distribuição, se encontra o mesmo Manual, desta feita visando às 3.ªs, 4.ªs, 5.ªs e 6.ªs séries do ensino primário.

O Regulamento das Inspetorias Regionais de Ensino (Publicação N.º 17 da SEC), por sua vez, tem favorecido a Secretaria de Educação e Cultura na implantação de novas diretrizes e maior atendimento às unidades escolares do Estado. Pelos Decretos n.ºs 9.821-62 e 13.269-63, assinados em cumprimento da Lei n. 4.460-61 que instituiu as Inspetorias Regionais de Ensino, foram criadas condições para a descentralização administrativa do ensino no Paraná.

A série de providências tomadas no sentido de dotar o Estado de novas unidades escolares, está traçada nesta Mensagem, no setor de edificações. O Departamento de Edificações e Obras Especiais construiu número elevado de salas de aula, possibilitando com isso a frequência a grandes contingentes humanos que outrora, pela ausência de dependências, não podiam freqüentar escolas de qualquer nível.

Continuou, por outro lado, a Secretaria de Educação e Cultura, a aperfeiçoar seus órgãos administrativos, dando ênfase a novos serviços para trazer outros aspectos necessários ao desenvolvimento da educação.

O Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, desenvolveu intensa atividade através de seus serviços competentes. Tôdas estas atividades se concentraram em aprimorar as técnicas de ensino existentes. Além de reuniões de estudo para professores leigos e Encontros de Orientadores e Diretores, promovidos com o objetivo de estudar e debater problemas atinentes ao ensino em geral, os cursos especiais, que reuniram 5.608 professores da Capital e do Interior, durante o período de férias, se constituíram na principal tarefa do Centro, no período findo.

Restabelecida em 1962, a promoção de Jogos Colegiais, que não se realizavam há já 9 anos consecutivos, o Departamento de Educação Física e Desportos, promoveu, no período compreendido entre 29 de junho a 9 de julho, com a participação de 1.700 alunos, dos quais 1150 do interior e 550 da Capital, os Jogos Colegiais de 1963. Entre 29 de agosto a

7 de setembro, com a participação de 1.280 atletas foram realizados, em Maringá, os VII Jogos Abertos do Paraná, com a inscrição de 26 municípios, concomitantemente com outras atividades, tais como, o III Concurso de Fanfarras Estudantis, os Jogos Colegiais «Jubileu de Prata», em Cornélio Procopio. Colimando com a festividade de abertura do Ginásio de Esportes do Tarumã, foi realizada na Capital do Estado, uma das Chaves Eliminatórias do Campeonato Mundial de Basquetebol.

A Biblioteca Pública do Paraná aumentou o seu acervo bibliográfico em 13.000 obras, sendo 11.150 adquiridas, passando a ter o total de 119.800 obras. Os empréstimos de livros atingiram o significativo número de 171.650 e as consultas um total de 312.940. As outras atividades da Biblioteca Pública do Paraná, podem ser resumidas em Cursos de Cultura Operária, Reestruturação do Regulamento, criação da Orquestra de Câmara e restauração de obras do acervo.

Com os recursos próprios, e mais os do Programa de Emergência e do Plano Trienal, a Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo — MECA — instalou 675 clases de alfabetização de adolescentes e adultos, sendo alfabetizados 12.434 pessoas, no período compreendido entre abril e dezembro de 1963.

O ensino primário no Paraná, pode-se afirmar sem temor de críticas, está cumprindo com o objetivo desejado. A implantação de novos programas e, paralelamente, a aquisição, confecção e distribuição de material bibliográfico e didático, além de novos equipamentos adquiridos, têm promovido o ensino primário do Estado sensivelmente. No interior do Estado, funcionaram 520 Grupos Escolares, dos quais 20 no período noturno. As escolas de aplicação somaram 51. O total de alunos matriculados atingiu a cifra dos 200.000 e as classes ultrapassaram os 6.000. O quadro da Capital, que se diferencia fundamentalmente como aglomerado urbano dos municípios do interior, apresenta os seguintes resultados: 174 unidades, sendo 62 diurnas, além de escolas profissionais, isoladas, matriculando 50.000 alunos nos estabelecimentos em apreço. É oportuno salientar que o Governo do Estado pretende aprimorar os novos métodos de ensino, através da publicação de manuais que permitam atender os fins desejados na reestruturação educacional que se promove no Paraná.

É preciso que todos saibam que o Paraná é o único Estado da União, que mantém em funcionamento estabelecimentos públicos de ensino secundário, em maior número do que particulares. Para demonstrar o esforço dispendido pelo governo neste campo do ensino basta que se compare a situação atual com a anterior a 1961. A tabela seguinte demonstra o acréscimo conseguido nestes últimos anos, em número de estabelecimentos o número de matrículas:

Ano	Colégios	Ginásios	Estabel. Subvencio- nados	Total	Alunos Matriculados
1960	20	95	—	115	34.691
1961	22	95	—	117	37.543
1962	22	97	6	125	41.017
1963	25	99	9	135	45.425

Com os recursos da FUNDEPAR, investiu o Estado no setor do ensino médio, Cr\$ 168,78 milhões, em obras novas ou no prosseguimento de diversas outras, importantes para o desenvolvimento educacional do Estado, quais sejam: Ginásios Estaduais nos municípios de Paranavaí, Ivaiporã, Fóz do Iguaçu, Astorga e no Colégio Estadual de Londrina. Ainda, através da FUNDEPAR, o Govêrno dispendeu a importancia de Cr\$ 48,7 milhões para aquisição de equipamentos, material didático, mobiliário e instalações em geral.

No tocante à formação de novos professôres de ensino primário, o Govêrno através dos Cursos Normais, matriculou em 1963, nas suas 80 Escolas Normais de Grau Colegial, 5.661 alunos e nas 120 Escolas Normais de Grau Ginásial, 11.063 alunos. No intuito de continuar apresentando novas facetas da reforma do ensino nêste setor, o Govêrno levou, através seus órgãos competentes, uma série de atividades no sentido de fornecer maior conhecimento de técnicas exigidas modernamente ao ensino normal.

No ensino comercial apresentou nos últimos anos, um sensível incremento. Maiores recursos foram destinados para torná-lo mais aperfeiçoado e mais didático. Novas máquinas foram adquiridas, com o material didático indispensável, proporcionando aos técnicos formados em nossas escolas, a oportunidade de se familiarizarem com os modernos processos do ensino comercial mecanizado.

Para demonstrar o aumento consignado nos últimos anos, as tabelas seguintes demonstram o comportamento do setor do ensino médio comercial, no Paraná:

COLÉGIOS COMERCIAIS

Anos	Escolas	Professôres	Alunos
1960	41	344	1.940
1961	41	368	2.552
1962	41	388	3.118
1963	49	440	3.898

GINASIOS COMERCIAIS

Anos	Escolas	Professôres	Alunos
1960	3	24	217
1961	3	39	441
1962	3	36	494
1963	3	35	529

Consolidando o atendimento a outros campos do ensino, poudo o Govêrno realizar, com pleno êxito, atividades no Serviço Social Escolar, assistindo direta ou indiretamente os alunos e as famílias dos alunos desajustados ao meio. A Merenda Escolar, obrigatória às crianças que frequentam as unidades escolares, constituem-se numa das preocupações do Poder Executivo. Foram atendidos 167 municípios, num total de 300.000 alunos, em 2.750 unidades escolares.

Êstes dois serviços puderam, no ano findo, criar condições ao escolar paranaense, dando-lhe por um lado assistência social e por outro lado, alimento através de merenda obrigatória, permitindo a permanência nos bancos escolares cuja evasão crescia ano a ano.

Foram oferecida bôlsas de estudo a pessoas que não dispusessem de recursos suficientes e demonstrassem aptidões para os estudos. Com os recursos da contribuição compulsória, paga por emprêsas particulares, foi proporcionado através da FUNDEPAR, ensino a 5.092 filhos de empregados, tendo sido dispendido 47 milhões de cruzeiros.

No decorrer do exercício de 1963, foram destinados, ainda através da FUNDEPAR, 15 milhões em contribuições para importantes obras da iniciativa particular, visando ao aumento das salas de aulas existentes nestas unidades, afim de permitir o acesso às mesmas de um maior número de educandos.

Ao ensino superior, além dos gastos ordinários, foram consignados recursos na importância de 31 milhões de cruzeiros, por conta do Fundo Educacional do Ensino, destinada à aquisição de material bibliográfico e equipamento de laboratório.

No que diz respeito à Cultura, desenvolveu-se uma atividade sem par, através de programas que visaram chegar ao povo, aprimorando conhecimentos culturais tão esquecidos de muitos. O Govêrno, através de seu órgão competente, realizou o tradicional desta feita V Festival Folclórico e de Etnias, a maior festa étnica do nosso Estado. O XX Salão Paranaense de Belas Artes, reunindo artistas nossos, trouxe uma nova visão do panorama artístico estadual, dando a conhecer todo um complexo cultural, tão necessário a qualquer povo que se preze em possuir tradições.

Ao mesmo tempo que realizações de grande vulto são efetuadas, outras como Cursos e Conferências têm sido feitas, usando-se para êste fim, todo um conjunto de valores estaduais, permitindo assim um incentivo cada vês maior à cultura de nossa gente.

Salientamos entre tantas atividades desenvolvidas no setor cultural, as audições do Coral de Câmara da Casa de Alfredo Andersen, na Guanabara, a apresentação do Grupo Folclórico Ucrâniano em Brasília, o I Encontro Nacional de Música Popular Brasileira, além de exposições como a de Pintura Contemporânea do México. Pintura Alemã do Século XIX e XX, e concurso de tóda a ordem que salientaram os verdadeiros valores artísticos do Paraná.

Continuam os estudos no sentido de dotar o Paraná de um Museu à altura de seu povo. Para tanto, o projeto de reestruturação do atual Museu Paranaense está em fase final de estudos, visando que esta unidade adquira um caráter dinâmico e que possa cumprir com suas finalidades a contento.

2) Saúde Pública

O Govêrno do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública (SSP), prosseguiu no exercício de 1.963 em sua programação de serviços, visando ao atendimento de tódas as regiões do Paraná.

Dentre as atividades programadas, o setor hospitalar foi o mais efetivamente atendido. Assim, o serviço de profilaxia da tuberculose encerrou o exercício de 1.963 com vantagem sôbre as anteriores, principalmente no setor dispensarial, com um aumento considerável de abreviações, conseguido graças à instalação de novos aparelhos e recuperação de outros.

No que diz respeito aos Hospitais-Sanatórios, conta o Govêrno do Estado, atualmente com leitos especializados para tuberculosos nos seguintes hospitais: Sanatório São Sebastião, na Lapa (400 leitos); Sanatório do Portão (200 leitos); Pavilhão anexo ao Hospital de Antonina (45 leitos); Pavilhão anexo ao Hospital Osvaldo Cruz, em Curitiba (65 leitos); Enfermaria do Hospital Carolina Lupion, em Jaguariáiva (40 leitos); Enfermaria do Hospital Adauto Botelho em Piraquara (50 leitos); Enfermaria do Sanatório Colônia São Roque em Piraquara (50 leitos); Enfermaria da Penitenciária Central de Piraquara (35 leitos). Além disso o Preventório Infantil Manoel Ribas, em Castro, está capacitado para o internamento de 120 crianças, filhos sadios de pais tuberculosos.

Por outro lado, os serviços de profilaxia da lepra permaneceu em constante atividade, tendo sido fichados, no período de Janeiro a Outubro

de 1.963, 650 novos doentes, aumentando conseqüentemente o total dos comunicantes, na maioria sob contrôle, para 19.252 doentes.

Nos trabalhos de organização e administração hospitalar, vem o órgão competente do Governo cumprindo sua finalidade, através do registro cadastral dos hospitais particulares existentes no Estado, com vistas à realização dos controles devidos e ao fornecimento de suprimentos dietéticos e medicamentos a cada um dêles, conforme suas necessidades.

A atual administração não tem se descurado do problema da criança, para o que conta com várias unidades hospitalares especializadas, entre as quais se destaca o Centro de Puericultura de Curitiba, o Hospital Victor do Amaral e o Hospital de Crianças César Pernetá, ambos em Curitiba, o Hospital de Crianças Getúlio Vargas, em Ponta Grossa e a Casa da Criança Olinto de Oliveira, em Paranaguá. Nesse sentido, foram realizados atendimentos variados, como sejam 16.497 exames pré-natal, 145.498 exames de higiene infantil, 94.896 exames de pediatria e igualmente foram distribuídos, aos 142 postos de puericultura das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância do Estado, medicamentos variados e 295.504 quilos de leite em pó.

As atividades das diversas unidades sanitárias, espalhadas pelo território paranaense, relativas ao atendimento de assistência médico-sanitária, nos vários grupos etários e biológicos, alcançaram até Outubro de 1.963 respectivamente um total de 353.398 e 470.405 atendimentos.

Foram realizadas campanhas específicas visando combater diversas moléstias infecciosas. A prioridade do programa visou proteger às crianças, pois, são elas as maiores vítimas das moléstias infecciosas, incidindo seus agentes sôbre o organismo infantil em altas porcentagens.

Assim, foram feitas vacinações contra Poliomilite (Sabin), antivariólicas, tríplex e contra a tuberculose (BCG).

O quadro que segue dá uma comparação das vacinações feitas pelo Governo no triênio 1961/63.

Vacinações	1961	1962	1963
B. C. G. - tuberculose	80.000	60.000	20.962
Sabin - poliomielite	—	420.000	500.000
Salk - poliomielite	100.000	—	—
Antivariólica	200.000	200.000	397.300
Tríplice	400.000	350.000	87.107
TOTAL	780.000	1.030.000	1.005.369

Durante o flagelo do incêndio que incidiu sobre o Paraná, o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública, mobilizou amplos recursos para o atendimento dos flagelados, contando para tanto com hospitais e equipes médicas (públicas e particulares, algumas especializadas), não só locais como de outros Estados brasileiros, inclusive com uma equipe dos Estados Unidos da América do Norte.

O atendimento dos doentes mentais tem recebido do Governo do Estado a atenção que é requerida, através do Hospital Colônia Adauto Botelho, em Piraquara. O atendimento foi facilitado em virtude de convênio com o Governo Federal que destinou verba para manutenção do referido hospital.

Merecem menção especial, no campo da Saúde Pública, os trabalhos do Laboratório Geral do Estado, que teve suas atividades orientadas no sentido de melhor atendimento ao público e maior precisão de suas análises, e, igualmente do Laboratório Químico-Farmacêutico, que conseguiu um aumento extraordinário em sua produção, tendo fornecido medicamentos de formulários em quantidades suficientes para o atendimento normal dos hospitais, unidades sanitárias e instituições beneficentes que os solicitaram.

Durante a operação «Socorro», realizada quando do flagelo do incêndio já mencionado, o Laboratório Químico-Farmacêutico garantiu o fornecimento das suas especialidades às diversas equipes em serviço pelo interior paranaense, bem como aos hospitais que abrigaram flagelados. A aquisição de modernas máquinas de comprimir e encher ampolas contribuiu para esta eficiência alcançada.

A preocupação em melhorar o atendimento dos serviços de saúde pública, face à gravidade dos problemas, tem levado o atual governo à dar continuidade às obras em construção. Nesse sentido, foram, no triênio 1961-63, concluídas várias obras pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais, conforme demonstra o quadro seguinte:

Ano	N. obras	área m2.	Cr\$ milhões
1961	2	274	52
1962	9	4.296	144
1963	9	3.062	167
Total	20	7.632	363

Cumpriu, assim, a atual administração, mais uma etapa do seu programa no Setor Saúde Pública, estendendo-se sua ação, não somente à Capital, mas igualmente e em escala apreciável, à todas as regiões do Estado.

3) Saneamento

Objetivando dar continuidade à política adotada desde o início da atual administração, com vistas ao atendimento das mais prementes necessidades básicas da população, no setor de saneamento urbano, e em face das dificuldades encontradas, no tocante à obtenção dos recursos indispensáveis à realização de um programa mínimo de trabalho, decidiu o Governo do Estado promover a criação, já tornada realidade, de uma entidade pública, sob a forma de sociedade de economia mista, a Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR), da qual poderão participar, além do Estado, como maior acionista, igualmente outras entidades públicas e privadas.

Com a instituição da AGEPAR, as atividades relacionadas com a realização de estudos, projetos e orçamento de obras novas e de ampliação de instalações de águas e esgotos sanitários, a execução destas, assim como, a exploração direta ou por intermédio de subsidiárias regionais ou locais de serviços de abastecimento público de água e de esgotos sanitários, serão exercidas pela empresa estatal.

Contudo que de criação recente, pôde a AGEPAR, ainda no exercício de 1963, promover uma série de realizações, dentre as quais cumpre destacar: a elaboração de um plano de saneamento destinado a beneficiar 60 cidades do Paraná, bem como o encaminhamento dos respectivos projetos técnico-econômicos à «Aliança para o Progresso» (AID), objetivando a obtenção de financiamento; entendimentos com a Administração do «Ponto IV», no Brasil, que resultaram na doação de equipamentos para a execução de redes de esgotos, no valor de 130 mil dólares, cuja entrega se efetivará, possivelmente em meados de 1964, estabelecimento de convênio com a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), referente à aplicação de recursos atribuídos àquêle órgão, em obras de abastecimento de água em localidades da região carbonífera do Estado.

A fim de prover os recursos necessários à integralização do capital da AGEPAR, bem como, à execução de estudos, projetos e orçamentos e execução de obras de saneamento, foi instituído o Fundo de Água e Esgotos (FAE), que se comporá, principalmente de recursos provenientes da receita de impostos, num valor de 2% e de dotações do orçamento estadual e créditos adicionais destinados especificamente a obras e serviços de água e esgotos.

Durante o exercício de 1963, o Governo do Estado aplicou, por intermédio do Departamento de Água e Esgotos (DAE), recursos diversos, num montante de 668 milhões e 428 mil cruzeiros, em auxílio diversos, materiais, mão de obra, execução de obras e serviços, elaboração de estudos,

projetos, cálculos e levantamento topográficos, desapropriação e aquisição de imóveis. Dessa importância, 45% foram investidos na Capital do Estado e o restante em cidades do interior. Parte desses recursos, 60 milhões de cruzeiros, foi proporcionada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), à conta de financiamento de 150 milhões de cruzeiros, concedido pela CODEPAR e destinados especificamente à execução de obras programadas para Curitiba.

É intenção do Governo do Estado promover, em futuro próximo, a transferência dos serviços de água e esgotos atualmente sob sua jurisdição, às administrações municipais, associadas ou não à AGEPAR, ou então incorporadas a esta, na forma da legislação que rege as sociedades por ações. Até então, o D.A.E. continuará responsável pela operação, manutenção e conservação dos serviços pertencentes ao Estado.

Faz-se oportuna uma referência especial à atividade que a atual administração vem desenvolvendo, no sentido de solucionar o problema do abastecimento de água da Capital, mediante aproveitamento das águas do Rio Iguaçu. O projeto respectivo já se encontra parcialmente concluído, tendo sido iniciadas as obras preparatórias para implantação da futura estação de tratamento do Iguaçu. Foram, igualmente, desapropriadas as áreas necessárias e iniciadas as obras preparatórias para implantação da futura estação de tratamento. Parte dos equipamentos também já foi adquirida. Espera o atual governo concluir esse importante empreendimento até o final de sua gestão, dotando a Capital do Estado de um dos melhores serviços de abastecimento de água do país, em condições de atender ao consumo da população curitibana até o final do século.

Paralelamente, ainda na Capital, outras obras de vulto tiveram andamento durante o ano de 1963, cumprindo salientar as seguintes:

- execução de 19.148 metros de rede de esgotos;
- execução de 25.793 metros de rede de água;
- construção (fase final) de dois (2) reservatórios, um elevado e um semi-enterrado, respectivamente com capacidade de 200 e 5.000m³, no bairro do Bacacheri;
- construção do novo emissário de esgotos (prosseguimento);
- construção da 4ª adutôra do Rio Ivaí e obras complementares;
- aquisição de equipamentos para os reservatórios do Bacacheri; e
- diversas obras de melhoria e ampliação das instalações existentes.

Em relação ao interior do Estado, a atividade do Governo foi assim desenvolvida:

- estudos, levantamentos, cálculos e projetos diversos, beneficiando as cidades de Castro, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Guarapuava, Jacarèzinho, Morretes, Pirai do Sul, Irati, Bandeirantes, Palmas, Fóz do Igua-

çu, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Rio Negro, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Uraí e Francisco Beltrão.

— Aquisição de materiais para aplicação em obras em Paranaguá, Morretes, Irati, Castro, Cornélio Procópio, Jacarésinho, Santo Antônio da Platina, Cambará e Jundiá do Sul;

— Obras de ampliação e melhoria, nas cidades de Paranaguá, Irati, Castro, Cornélio Procópio, Jacarésinho, Santo Antônio da Platina, Cambará, Jundiá do Sul e Santa Amélia;

— Obras diversas, materiais e serviços aplicados nas cidades de Rio Negro, Uraí, São José dos Pinhais, Fóz do Iguçu, Pirai do Sul, Lapa, Apucarana, Campo Mourão, Bandeirantes, Rolândia, Ribeirão Claro, União da Vitória, Palmeira, Andirá, Arapongas, Rio Branco do Sul, Guarapuava, Marialva, Siqueira Campos, Campo Largo, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal e São Jerônimo da Serra;

— Auxílios em materiais e serviços a São Jorge, Loanda, Terra Rica, Ibaíti, Paiçandú, Venceslau Bráz e Palotina; e

— Desapropriação e aquisição de imóveis em Rolândia, Campo Largo e Castro.

Através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, (D.G. T.C.), prestou o Governo do Estado, não somente assistência técnica, como colaborou na execução de obras ligadas ao setor de saneamento, nos municípios da «Faixa de Fronteira»: Cascavel, Toledo, Guaíra, Vitorino, Pérola do Oeste, Santo Antônio, São João, Palotina e Ubitatã.

4) Assistência Social

O inevitável crescimento de nossa Capital e outras cidades do Estado, acentuam um grande número de problemas, uns, antigos, agora ampliados pela maior concentração urbana, e outros novos, decorrentes de formas sempre mais complexas de sociabilidade. E o elemento humano mais sacrificado, nessas circunstâncias tem sido o Menor.

O atual Governo do Paraná, preocupado com o problema do menor abandonado, tem envidado todos os esforços para incrementar as condições de atendimento através dos diversos departamentos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS) e do Instituto de Assistência ao Menor (IAM).

As verbas destinadas aos atendimentos provêm do Orçamento e do «Plano de Aplicação da Renda da Loteria do Estado». No exercício de 1963 a Loteria do Estado do Paraná concorreu com 250 milhões de cruzeiros, correspondente ao total do seu lucro líquido, divididas percentualmente em:

I — 70% — ao Instituto de Assistência ao Menor (IAM) para exe-

ção do seu programa de investimentos, obedecendo às seguintes prioridades: aquisição de terreno e início dos estudos necessários à elaboração do projeto para construção do Centro Neuro-Psiquiátrico Infantil; ampliação em prédios e instalações da Delegacia de Proteção aos Menores; aquisição de equipamentos para a Escola de Recuperação de Menores do Canguiri, destinada ao sexo feminino e para outros estabelecimentos de assistência ao menor.

II — 10% — ao Departamento Estadual da Criança, para, em convênio com outros órgãos, executar o plano de construção da rede de crèches, nos bairros da Capital e em cidades do interior.

III — 10% — ao Departamento do Serviço Social para, em convênios diversos, executar o plano de assistência às populações necessitadas das favelas e bairros pobres.

IV — 10% — ao Conselho de Assistência Social, para concessão de auxílios a entidades particulares, ouvidos preliminarmente os órgãos estaduais com fins objetivos e correlatos.

O Instituto de Assistência ao Menor (IAM) nos dez estabelecimentos educacionais que mantém, dispendeu no período de Janeiro-Junho de 1963, a importância de Cr\$ 57.702.479,00 com a manutenção de 1.540 internados, o que resulta a média individual de Cr\$ 37.469,00 no semestre referido.

Por sua vez a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS) dispendeu no exercício de 1963, os seguintes valores:

Cr\$ 78.000.000,00 em alimentação para educandários oficiais;

Cr\$ 120.000.000,00 em alimentação para educandários particulares e

Cr\$ 20.000.000,00 em vestuários e calçados.

Nesses valores não estão incluídas as contribuições aos órgãos estudantis, oficiais e particulares, num total de Cr\$ 182.424.109,00 destinadas, principalmente, às despesas de alimentação, evidenciando dessa forma a atenção do Governo para com o bem estar da classe estudantil.

Essas contribuições obedeceram a um plano criterioso e justo, o que possibilitou às entidades beneficiadas, mesmo em face do agravamento dos problemas de ordem econômica, um atendimento permanente de todo o indispensável às necessidades assistenciais.

Registrou a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS), nos meses de Setembro à Outubro de 1963, a presença de 75 famílias deslocadas pelos incêndios que devastaram o nosso Estado, as quais foram, com recursos da campanha «Socorro ao Paraná em Flagelo» devidamente assistidas em roupas, alimentação, leite em pó, etc.

Para debelar, no campo da assistência social, as consequências desse flagelo, o Governo do Estado emprestou seu decidido apoio à Comissão

encarregada de assistir aos flagelados, utilizando recursos canalizados dos diversos órgãos públicos e particulares federais, estaduais e estrangeiros, e do povo brasileiro em geral.

No exercício de 1963 a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS) registrou 13.309 casos sociais, dos quais 10.862 foram solucionados, correspondendo a 82% do total.

As favelas, aglomerados humanos desprovidos de recursos e na mais perigosa promiscuidade, continuaram preocupando, pela sua gravidade, a Administração. As primeiras medidas foram tomadas, através de convênio com o Centro Social da Vila Guáira, em Curitiba, onde se desenvolve um trabalho educativo entre os moradores da favela ali existente. Para tanto, foi construído com recursos provenientes da Loteria Estadual do Paraná, um pavilhão que se destina à ampliação das atividades do referido Centro.

5) Habitação

A Caixa de Habitação Popular (CHP), órgão estadual que trata dos problemas de moradias populares, vem atravessando difícil situação financeira desde novembro de 1961, quando foi transferido para as Prefeituras Municipais, o imposto de transmissão «inter-vivos», sobre o qual incidia sobre-taxa, que correspondia a cerca de 80% da receita da Caixa.

Mesmo com essas dificuldades, foi possível atender a 99 famílias, durante o ano de 1963. Considerando em média, 6 pessoas para cada família, aproximadamente 600 pessoas que possuíam problemas de moradia, encontram-se abrigadas sob teto próprio. Para que isto fosse possível, foi construído em Maringá, um conjunto residencial, composto de 41 casas. Foram concedidos empréstimos para aquisição ou construção de casas isoladas, no total de 48 unidades, e por meio de convênio com a Prefeitura de Jacarézinho, cooperou a Caixa na construção de 10 residências. Nestas operações foram dispendidos em 1963, pela Caixa de Habitação Popular, cerca de 40 milhões de cruzeiros.

Comparando-se com as atividades do ano anterior, notamos que em 1963, por várias razões, entre as quais a situação financeira já apontada, houve um decréscimo de atendimentos. Em 1962 foram atendidas pela CHP cerca de 1.000 pessoas.

O decréscimo de atividades registrado em 1963 é consequência direta do aumento de preço dos materiais e mão de obra. Note-se, também, que face a determinação legal, a CHP não pode conceder empréstimos superiores a 350 mil cruzeiros, quantia esta que, embora destinada à construção de casas populares, já não atende às condições atuais de custo das construções.

O atendimento, em 1963, só foi possível porque a CHP, disposta de terrenos adquiridos a baixo preço, cedeu-os aos beneficiários em condições idênticas.

Através do Instituto de Previdência do Estado, espera a atual administração superar as deficiências em matéria de habitação, proporcionando o acesso à moradia própria a esse grande contingente populacional que é a classe do funcionalismo público. Com a concretização dessa medida, um grande passo terá sido dado no sentido da solução do problema, agravado dia a dia, face ao crescimento explosivo da população paranaense.

6) Terras e Colonização

O progresso da política de terras e colonização estabelecida pelo Governo do Estado desde sua instalação atingiu no decurso de 1963 as suas principais metas de trabalho, fruto da justa e firme orientação imprimida ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização — DGTC — que tudo tem feito dentro dos limites de sua competência, em defesa e proteção do homem rural.

Graças aos esforços desenvolvidos neste setor da atividade administrativa do Governo do Estado, desde 1961 foi possível restabelecer no Paraná um clima de confiança e tranquilidade no meio rural, necessário e indispensável à vida daqueles que com o produto de seu trabalho criador de riquezas, vem construindo a grandeza de nosso Estado.

Tanto quanto nas cidades, também o homem do campo precisa respirar em ambiente de segurança, certo de que os responsáveis pela administração do Estado por ele estão a trabalhar inspirados em sólidos, elevados e sadios princípios cristãos.

Reparando as irregularidades e injustiças praticadas pelo desmando de gestores que comprometeram a confiança popular, o DGTC dinamizou as atividades de regularização da propriedade rural e, impôs a certeza de que, o Estado destina suas terras, somente, àqueles que a elas têm direito. Prosseguiu o DGTC, em 1963, nos seus trabalhos tendo expedido autorizações destinadas à execução de serviços técnicos de medições, demarcações e divisões de lotes, abrangendo 201.428,00 hectares. Realizou cerca de 12.000 vistorias administrativas, com as quais se tornou possível a instrução de processos de pedidos de compra de terras e de acordos, nas áreas litigiosas ou sujeitas à litígio, casos estes em que a intervenção mediadora e fiscalizadora do Estado foi solicitada.

Dentro das normas legais e da orientação governamental que rege a política de terras no Paraná, em 1963 foram expedidos títulos de do-

mínio pleno sôbre uma área de 53.121,24 hectares de terras, beneficiando diretamente milhares de famílias de agricultores, ocupantes de terras devolutas.

Metade do Estado do Paraná, cêrca de 100 mil quilômetros quadrados foi a extensão, em 1963, do recobrimento fotográfico, mercê do qual foi possível o início da elaboração de folhas topográficas, na escala de 1:50.000, primeiramente na região do Norte Novo, onde se localiza a maior concentração populacional do Estado. Parte deste trabalho, cêrca de 8 folhas topográficas, já impressas, constitui o acêrvo de 1963.

Ainda, no setor de Geografia foram elaborados mapas de 148 municípios, com as respectivas divisas intermunicipais, em tamanho padrão e a conseqüente variação de escala abolindo-se defeitos conhecidos de mapas anteriores, graças ao exaustivo trabalho de compilação cartográfica. Concomitantemente, foi elaborado o novo mapa do Estado a ser impresso em 1964, resultado de estudos procedidos com apóio nos mais recentes levantamentos aerofotogramétricos.

Foi elaborado projeto da nova divisão regional do Estado, que será objeto de apreciação pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Em 1963 teve prosseguimento a elaboração do Atlas Geográfico do Estado, trabalho que será de grande utilidade didática, destinado aos estudiosos da Geografia Paranaense.

Outro trabalho em curso é o da execução da carta de navegação aérea do Paraná, a ser impresso na escala de 1:1.000.000, e que conterá valiosas informações e detalhes destacados do manual de auxílio, do Catálogo de Aeródromos e de Subidas I.F.R.

Atividade de grande importância tem sido a de criar condições efetivas ao rápido desenvolvimento e valorização dos municípios da «Faixa da Fronteira».

A efetiva assistência técnica, prestada através da realização de projetos e a execução de obras tais como: as hidroelétricas de Marmeleiro, Chopinzinho, Clevelândia e Toledo, estudos e projetos de rede de distribuição de água e construção de reservatórios para as Prefeituras de Cascavél, Toledo e Guaíra, já em fase final de execução; conclusão da abertura de estradas pioneiras ligando as localidades de Santa Tereza a Marmelândia, e Catanduvas a Ouro Verde, além da construção dos campos de pouso nas cidade de Palotina e São Jerônimo da Serra, constituem fatores dos mais importantes para que seja coroado de êxito o programa de valorização das áreas rurais.

Ainda em 1963, foram efetuados estudos destinados a atender os setores de abastecimento de água, aeroportos, pontes, casas e grupos

escolares, nos municípios de Vitorino, Pérola do Oeste, Sento Antônio, São João, Guaíra, Cascavel, Palotina e Ubiratã.

Através da ação coordenadora do DGTC, foram entregues pela Comissão Especial da Faixa de Fronteira, aos municípios paranaenses e ao Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP —, verbas no montante de Cr\$ 175.470.121,30, destinadas à realização de obras essenciais ao desenvolvimento e valorização do Oeste e Sudoeste do Estado.

Igual trabalho foi desenvolvido junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, da qual, desde o início da atual gestão governamental, em 1961, foram recebidos auxílios financeiros no valor de Cr\$ 674.673.683,00, investidos na sua maior parte nos setores de energia elétrica e rodoviário.

Em Missões e Chopim no Sudoeste do Estado o GETSOP continua atuando de maneira objetiva e segura, na solução definitiva dos problemas ligados àquelas glebas.

Não estando adstrito somente ao problema de regularização da propriedade, o GETSOP vem executando relevantes trabalhos de valorização em toda aquela vasta região, tendo devolvido à sua população o necessário ambiente de paz e tranquilidade para que progrida em suas atividades no comércio, na indústria e na agricultura.

Por outro lado, o Conselho de Desapropriação e Colonização — CDC — e respectivo Fundo, também destinados à execução da política de terras e colonização do Governo do Estado, muito contribuiu para assegurar a sua eficaz presença na solução de antigos litígios, proporcionando garantia e segurança aos colonos envolvidos em conflitos ou sob ameaça de eminente conturbação social.

Para se aquilatar do profundo alcance de suas atividades, basta citar o exemplo de desapropriação em curso, das Colonias denominadas Rio Azul e Piquerobí, em todo o município de Palotina que se achava sequestrado, e onde era iminente a decretação de despejo de cerca de um milhar de famílias de agricultores.

Nessa área, em 1963, o CDC fez entrega dos primeiros compromissos de compra e venda a colonos moradores nas terras. Tendo dado início à execução do programa de colonização estabelecido para a área, em colaboração com os diversos órgãos governamentais, inaugurou o campo de aviação, grupos escolares, um centro de experimentação agrícola, contribuindo para a execução do hospital local e, fundando a primeira cooperativa de produção e consumo no município de Palotina.

Graças ao estágio alcançado pelo DGTC, a atividade governamental no setor de terras e colonização, caminha já no rumo de soluções finais para as áreas do Estado onde os litígios são os responsáveis pela

estagnação do desenvolvimento econômico e, não raras vezes pela constituição de focos de agitação, determinadores da eclosão de conflitos sociais.

No setor de colonização, a ação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — FPCI — foi limitada à regularização da situação jurídica dos ocupantes dos lotes coloniais, nas diversas glebas que constituíam o seu primitivo patrimônio, o qual fôra totalmente alienado pelas administrações anteriores. Assim, está a entidade impedida de programar e executar, enquanto ainda não for definida a situação jurídica das terras.

Todavia, a FPCI, prosseguiu outorgando escrituras em número de 218, correspondendo à área de 12.940 has..

A gleba denominada «Bocaiuva do Sul» situada à margem da BR-2, abrangendo cêrca de 43.560 has., onde o FPCI está executando um plano de colonização, com a instalação de centenas de famílias em lotes com área suficiente para conseguir um bom estágio de padrão econômico.

Esse núcleo colonial receberá a denominação de «JOÃO XXIII». Muitas famílias já se acham localizadas na gleba, iniciando a consolidação do plano de colonização. A colonização do núcleo «JOÃO XXIII» terá continuidade no atual Governo, devendo ser intensificado a fiscalização das áreas alienadas, a fim de impedir a estagnação das atividades agro-pecuárias dos adquirentes de terras da F.P.C.f.

Está a atual administração, dêsse modo, dando continuidade à sua política no setôr em causa, e orientada no sentido de proteger o homem do campo, assegurando a posse legal da terra àqueles que honestamente desejam cultivá-la e, ao mesmo tempo, proporcionando condições humanas de vida às populações rurais.

7) Justiça e Segurança

Na mensagem do ano passado foram analisadas as providências que o Governo do Estado tomou, a fim de evitar a diversificação de órgãos da administração estadual que agiam nos setores Justiça e Segurança. Foram definidas as atribuições da Secretaria do Interior e Justiça e da Secretaria de Segurança Pública, órgãos responsáveis por aqueles importantes setores da atividade governamental.

Justiça

O serviço de processamento de naturalização de cidadãos estrangeiros, prossegue normal e de maneira eficiente, pois as dificuldades que antes ocorriam, relacionadas com o custeio de cada processo, ou decorren-

tes da demora na concessão da cidadania brasileira, foram praticamente superadas.

O Governo, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, apresentou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores um plano de trabalho, visando atualizar, simplificar, alterar e acrescer dispositivos para, posteriormente, num «Ante-Projecto de Lei», modificar as Leis Federais nrs. 818/49 e 3.192/57 que regulam os processos de naturalização.

A Imprensa Oficial do Estado, de posse de modernas máquinas, logrou apresentar um saldo positivo, não só no volume de impressos, como também, e, principalmente, pela arrecadação que ofereceu um «superavit» de Cr\$ 7.970.692,00.

Os trabalhos executados atingiram a expressiva cifra de Cr\$ 108.111.693,60, compreendendo assinaturas, vendas avulsas, venda de publicações diversas, impressos em geral e outros serviços.

Segurança

A estruturação dos organismos policiais, adequando-se à realidade paranaense, é uma das metas que está sendo cumprida no atual Governo. Destina-se a um perfeito aparelhamento material da Polícia, principalmente nos setores técnico e científico, na renovação e ampliação do parque de viaturas, na realização de obras inadiáveis destinadas a melhorar as instalações policiais. O melhoramento do nível cultural do pessoal está sendo encarado, também, com seriedade.

Visando tudo isso, a par de outras providências, destaca-se a assinatura de convênio com o Governo Americano, através do Ponto IV, que possibilitou amplos recursos para assistência material e técnica da Polícia.

Até a presente data foram aplicados, provenientes desse convênio, 120 mil dolares, convertidos na aquisição de novas viaturas equipadas com aparelhamento de rádio receptor e transmissor, e que se destinam às Delegacias Policiais do interior e ao Departamento do Serviço de Trânsito.

O Corpo de Bombeiros, por sua vez, também aumentou a eficiência de seu equipamento, com a aquisição de novas e modernas viaturas de combate a grandes incêndios.

A Secretaria de Segurança Pública (SSeg) realizou importantes obras nos setores penitenciários, não só ampliando a área coberta como também adquirindo novos equipamentos, bibliotecas especializadas em assuntos técnico-científicos no campo de combate à criminalidade, destinadas ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar e à novel Escola da Polícia Civil; completo instrumental científico destinado à Polícia Técnica e ao Instituto Médico Legal, incluindo laboratório para pesquisas e um completo laboratório fotográfico, microscópios e instrumental com-

pleto para levantamentos periciais, etc.; laboratório técnico destinado às novas instalações da Sub-Divisão Policial de Londrina.

O Governo determinou a criação da Escola de Polícia, na qual estão previstos cursos de nível superior, de especialização para Delegados, comissários, médicos legistas e peritos criminalistas e pessoal dos escalões subordinados, pertencentes ao quadro policial.

Antecipando-se a isso, contudo, já se realizaram inúmeros cursos lecionados por técnicos norte-americanos e brasileiros, sobre os mais diversos temas de interesse da atualização policial, utilizando-se modernos recursos audio-visuais.

Igualmente, visitas a organizações policiais de outros Estados vêm sendo programadas e realizadas, com o objetivo de atualizar os conhecimentos e as condições de funcionamento de nossa polícia, no que há de mais moderno no combate às contravenções criminais.

A despeito do flagelo, das questões de terras e da situação política instável e artificial provocada pelo Governo Federal, o Estado manteve-se tranqüilo e ordeiro, dentro dos preceitos legais.

V — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Administração do Pessoal

É preocupação permanente da atual Administração a racionalização de sua política de pessoal, conforme tem demonstrado a fixação de normas técnicas e de processos racionais, com o objetivo de evitar injustiças e extinguir de uma vez por todas a desordem imperante neste setor, em épocas passadas.

Medidas foram tomadas nesse sentido, iniciadas pelo levantamento geral do funcionalismo, com a dispensa dos que se encontravam em situação irregular ou ilegal. A distribuição de aproximadamente 45.000 questionários individuais, para levantamento e conhecimento da situação de cada servidor e a análise técnica dos mesmos questionários, resultou no critério fixado em lei, que constitui o **Plano de Classificação de Cargos dos Servidores Estaduais**. Extinguiram-se os cargos isolados de provimento efetivo, que proliferavam em todos os padrões, para cujo provimento dispensa-se a exigência de concurso; com isto eliminou-se a política de clientela.

A lei mencionada trouxe benefícios reais aos servidores, entre os quais nota-se a efetivação de todos os servidores que à sua data contavam com cinco ou mais anos de serviço público; o deferimento de estabilidade a milhares de servidores que não tinham garantia alguma; a introdução do critério de mérito para as promoções, reservando-se à situação de antiguidade, para desempate.

Com o advento da atual política de pessoal adotada pelo Governo, cumpre-se a exigência de que o ingresso em cargos públicos seja permitido somente através de concurso, o que muito contribuirá para dignificar a função pública, possibilitando o acesso, aos quadros do Estado, apenas a elementos dignos e capazes. Com tal objetivo, concursos foram realizados, com vistas ao preenchimento de vagas existentes nos diversos setores da administração estadual.

Concomitantemente, promoveu o Governo cursos intensivos, de extensão, de aperfeiçoamento e de férias, inclusive em colaboração com entidades oficiais, do país e do exterior e igualmente, possibilitou aos servidores do Estado o ingresso em cursos levados a efeito em outras

unidades da Federação e no estrangeiro, conforme o atesta a relação que segue:

I) Cursos realizados no Estado:

Setor Agro-pecuário: — Tratorista, Treinamento Rural, Extensão Agrícola (Agronomia e Veterinária), Suinocultura, Oficina Rural, Avicultura, Economia Doméstica Rural, Aperfeiçoamento de Professôres Rurais, Líderes de Clubes Agrícolas, Semana do Agricultor, Assistência Veterinária, Semana do Fazendeiro, Semana do Professor Agrícola, Treinamento de Diretores de Ginásios e Colônias Agrícolas, Reunião Anual de Clubes Agrícolas, Técnicos em Administração e Diretores de Escolas, Ginásios e Colônias Agrícolas, com uma frequência de 1.161 alunos.

Setor Saúde Pública: — Auxiliar de Laboratório, Especialização para Farmacêuticos, Educador Sanitário, Auxiliar de Saneamento, com uma frequência de 59 alunos.

Setor de Educação e Cultura: Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (M.E.C.A.), Treinamento de Professores Leigos, Orientação e Direção de Grupos Escolares, Especialização de Professores de Ciências, Aperfeiçoamento para Professores Primários, Supervisão de Escolas Primárias, Especialização em Educação, Psicologia e Didática, Recursos Audio-Visuais, Pesquisadores Educacionais, Orientação de Professores de Crianças Excepcionais, Ciências Físicas e Biológicas, com a frequência de 12.970 alunos.

Setor de Engenharia e Química: Motorista, Aperfeiçoamento de Manutenção e Revisão, Introdutor de Segurança Industrial, Pavimentação de Rodovias, Geologia, Pavimentação, Tecnologia de Concretos, com uma frequência de 89 alunos.

Setor de Administração: Polícia Rodoviária (preparatório) e Administração Industrial, com uma frequência de 87 alunos.

Setor de Energia Elétrica: Administração de Pessoal e Relações Públicas, com uma frequência de 5 alunos.

Setor de Saneamento (Água e Esgotos): Saneamento, Pôços Artesianais, com uma frequência de 3 alunos.

Setor de Planejamento (PLADEP): Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico — CEPAL/PARANÁ, com uma frequência de 43 alunos.

Setor de Orçamento (D.C.O.): Elaboração Orçamentária, com uma frequência de 44 alunos.

Diversos Cursos de Verão, em convênio com a Universidade do Paraná: Administração Pública, Universidade Volante em Maringá e Jacarézinho, com uma frequência de 5.050 alunos.

II) — Cursos realizados em outros Estados:

Setor de Educação e Cultura: Formação de supervisores, no Ministério de Educação e Cultura, com uma frequência de 40 alunos.

Setor de Administração: Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), com uma frequência de 2 alunos.

Setor de Engenharia-Química: Pos-Graduação em Ciências, no Instituto de Química da Universidade do Brasil, com 1 bolsista.

III) — Cursos realizados no Exterior (Bolsas):

Setor de Educação e Cultura: Especialização em Curso Primário, com um bolsista, nos Estados Unidos.

Setor de Planejamento: Planejamento Industrial e Planejamento Econômico, com 4 bolsistas, nos Estados Unidos; Planejamento Econômico, com 1 bolsista, na França; Introdução à Pesquisa Socio-Econômica, com um bolsista, na Alemanha.

Setor de Saneamento: (Água e Esgotos): Engenharia Sanitária, com 1 bolsista, nos Estados Unidos.

Setor de Administração: Biblioteconomia, com 1 bolsista, nos Estados Unidos.

Por outro lado, encontra-se concluído o enquadramento dos servidores civis, em caráter provisório, estando o Governo providenciando o enquadramento definitivo para o mais breve possível.

Procedeu-se o processamento de mais de 4.000 casos de readaptação; restam atualmente, para decisão, menos de 500 processos, tendo os demais merecido solução final. Essa corrigenda se impunha dada a falta de critério na admissão e nomeação de pessoal. Muitos professores foram nomeados como serventes e vice-versa, pela administração anterior. Realizou-se o levantamento cadastral do funcionalismo para apuração de acumulação de cargos, constatando-se inúmeros casos a serem estudados pela Comissão de Acumulação de Cargos, para decisão.

Foi procedido o estudo das especificações de classes, definindo-se as atribuições e responsabilidades de cada cargo. O folheto de instrução está sendo impresso, para orientação de todos os órgãos de pessoal.

No setor de processamento, estuda-se a padronização dos vários processos administrativos relativos a direitos e vantagens, para facilitar o funcionário a obter andamento mais rápido e racional.

Dispensou a atual administração especial carinho ao estudo da situação dos inativos do Estado. Esses ex-servidores, por força de legislação atualmente superada, sempre enfrentaram problemas financeiros cruciais, pois os aumentos de vencimentos concedidos aos servidores em atividade, lhes eram outorgados em pequena parcela; disso decorria que após um período de tempo de inatividade o ex-servidor ficava igualado a servi-

dores da ativa, de situação bastante inferior àquela que o inativo desfrutava, quando em atividade. Atualmente, face à legislação vigente, aos inativos são concedidos, em igualdade de condições, os aumentos e vantagens concedidos ao pessoal da ativa.

No setor jurídico, a convergência de assuntos a serem estudados e resolvidos, foi de considerável volume, dada a necessidade que teve a administração de dar solução justa a inúmeros casos suscitados por ela própria ou por servidores no terreno da administração de pessoal propriamente dito. Devemos salientar que não houve congestionamento no referido setor, tendo sido solucionados no decorrer do atual Governo processos de casos jurídicos nos totais seguintes:

Em 1.961	4.214 processos
Em 1.962	5.057 processos
Em 1.963	6.128 processos

Para o trato das Acumulações de Cargos, a administração instituiu a **Comissão de Acumulação de Cargos**. O assunto é objeto de legislação específica, que não vinha sendo regularmente observada. Entretanto, com a nova orientação a ele dispensado, já se prevê a sua integral normalização, dentro de critérios legais, equânimes e justos.

Sentindo o difícil transe por que passa a Nação, açoitada por desenfreada inflação, causando sensíveis dificuldades financeiras à população menos favorecida, o Governo dentro dos limites de suas possibilidades orçamentárias, concedeu ao seu funcionalismo substancial aumento de vencimentos.

O orçamento familiar do servidor que vive exclusivamente do seu ordenado e tem família numerosa, foi sensivelmente reforçado pelo aumento igualmente substancial concedido ao salário-família. O Governo, fiel aos princípios democráticos e cristãos que orientam os seus atos, não poderia descuidar dessas medidas.

Preocupa-se o Governo com o bem estar de seus servidores e com a estabilidade econômico-social de suas famílias.

Assim é, que na atual Administração foi criado o Instituto de Assistência ao Servidor Público (IPE), entidade autárquica que presta assistência ao servidor público e atende aos seus assuntos previdenciários.

Mantém a autarquia os serviços de: farmácia, atendimento médico (inclusive domiciliar), odontológico, ambulatório, prevenção do cancer ginecológico, laboratório de análises. Além desses, custeia consultas a médicos especialistas e despesas de internamento e fornece auxílio para aquisição de aparelhos ortopédicos.

Para se ter uma idéia aproximada da importância dos serviços prestados aos servidores, mencionamos que calculados ao preço médio corrente, a assistência dispensada pelo IPE no ano que passou sobe ao montante de Cr\$ 130.766.000,00.

No campo da previdência, o servidor beneficiou-se sensivelmente, pois, o seguro de vida que era de apenas Cr\$ 150.000,00, foi elevado para Cr\$ 600.000,00; a pensão mensal, que substituiu o antigo Montepio, recebeu um acréscimo de 50%, sendo estipulado um mínimo de Cr\$ 8.000,00, que anteriormente não existia.

Em face das melhorias introduzidas no sistema assistencial — previdenciário dos servidores estaduais, as inscrições no órgão próprio, que eram em número de 3.500 no ano de 1960, foram elevadas para 22.100 no ano de 1963.

Em conclusão, a atitude da administração, relacionada com a sua política de pessoal, visa dois aspectos da mais alta importância: o primeiro dêles é dar à administração de pessoal do Estado, aquela independência tão necessária ao seu perfeito funcionamento, não permitindo que influências estranhas perturbem a sua marcha regular, o que, ocorrendo, acarretaria sensíveis prejuízos para os serviços públicos; o segundo, conferir ao servidor a segurança de um futuro amparado, dando-lhe possibilidade de, livre de preocupações, dedicar-se aos seus afazeres, sem necessidade de desviar a atenção para defesa de direitos que normalmente lhe devem ser assegurados pela própria administração.

2) Administração do Material

Continúa a atual administração tomando medidas tendentes a evitar a dispersão de recursos pela centralização das compras de material. Foram determinadas providências rígidas no sentido de fortificar o órgão central de compras do Estado, visando inúmeras vantagens, das quais poderemos salientar: a aquisição em maior quantidade e menor preço, a padronização dos materiais e, obviamente, a economia resultante.

Na defesa dos interesses do erário público, instituiu a administração, em seu órgão central de material, recursos no sentido de bem realizar a seleção dos materiais destinados aos serviços a êle afetos. Assim é, que na reformulação do referido órgão incluíram-se unidades especializadas com finalidade precípua de examinar tecnicamente todos os materiais, exigindo dos fornecedores, a par do preço mais conveniente, a qualidade que realmente atenda as necessidades e finalidades a que se destinam.

O órgão central de material do Estado, movimentou no exercício de 1963, a importância de Cr\$ 2.030.663.555,00.

3) Administração Orçamentária

Vem a Administração Estadual procurando aprimorar a técnica aplicada na elaboração de seu orçamento, já tendo adotado para o exercício de 1.963, o orçamento analítico, desdobrando as dotações aprovadas na Lei de Meios, em subconsignações, de forma a possibilitar melhor análise da despesa do Estado e maior disciplina na sua aplicação. Isso facilitou um controle mais eficiente pelos órgãos responsáveis, possibilitando uma execução equilibrada do orçamento previsto.

Realizando uma reestimativa da receita para o exercício de 1.963, os órgãos encarregados da elaboração, coordenação e execução do orçamento estadual, comprovaram a inexistência de recursos para o atendimento das despesas consignadas para o exercício em causa, elevadas em decorrência do aumento de vencimentos concedido ao funcionalismo.

Diante desse fato foram realizados estudos técnicos, que demonstraram a necessidade da elaboração de um plano de aplicação dos recursos orçamentários, com o qual foi possível conter as despesas consideradas de menor importância, em um total de 23.197 milhões de cruzeiros, e fixar, já no início do exercício, um montante de 40.382 milhões de cruzeiros, para aplicação dentro do seguinte esquema:

1.o trimestre	Cr\$	7.958.249.988,00
2.o trimestre	Cr\$	9.944.125.825,00
3.o trimestre	Cr\$	10.799.779.539,00
4.o trimestre	Cr\$	11.680.215.573,00
T O T A L	Cr\$	40.382.370.925,00

Graças a essa medida adotada, e a compressões de despesas levadas a efeito durante todo o período, a execução orçamentária do Exercício Financeiro de 1.963, apresentou um «superávit» de 55,5 milhões de cruzeiros.

Cabe registrar o esforço conjunto empregado pelos órgãos técnicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, no sentido de realizar estudo criterioso da proposta orçamentária para o exercício de 1.964. Na ocasião, buscando a solução mais condizente com os interesses do Estado, diversas reuniões foram realizadas entre representantes dos dois poderes estaduais, dessas advindo medidas proveitosas, que resultaram em substitutivo para a proposta orçamentária apresentada, que foi finalmente convertida na Lei de Meios atualmente vigente.

4) A Reforma Administrativa

Os serviços administrativos e técnicos do Estado, ao advento do atual Governo, careciam de uma substancial reformulação, pois muito deixavam a desejar, funcionando com estruturas caóticas e totalmente superadas, sem regulamentos em quasi a sua totalidade e estes se constituíam em peças arcaicas e desatualizadas.

Conclue-se, facilmente, que a administração de um órgão estadual se operava ao sabor de resoluções momentâneas, e ficava sujeita aos caprichos e reações individuais, com todos os inconvenientes e falhas que invariavelmente esta ordem de cousas acarreta.

Visando o melhor conhecimento dessa realidade, a administração efetuou um rigoroso levantamento da situação de todos os seus órgãos, examinando as leis e regulamentos que alicerçavam a tumultuada estrutura do Estado, para iniciar o estudo da reestruturação administrativa.

Foram reestruturadas tôdas as Secretarias de Estado, em número de 9, das quais 7 foram integralmente regulamentadas; das duas restantes, a Secretaria de Saúde Pública está em fase de estudos na Divisão de Organização e Métodos da PLADep, e a Secretaria de Educação e Cultura, elabora o anteprojeto, que será também remetido ao mesmo órgão.

Encontra-se atualmente em tramitação nessa Egrégia Assembléia Legislativa, a Mensagem Governamental 13/64, que objetiva a criação das Secretarias de Estado dos Negocios de Minas e Energia e dos Negócios da Indústria e Comércio. Pretende o Governo com essa medida instituir órgãos com a indispensável força de coordenação para tratar dos assuntos específicos sob sua responsabilidade, colocando-os ao nível de outros fatores relevantes e vitais ao desenvolvimento econômico do Paraná.

A administração prosseguindo na reestruturação de seus órgãos, ocupou-se também das autarquias estaduais, tendo reestruturado e regulamentado 7 dos 8 órgãos autárquicos existentes; restou somente o Instituto de Assistência ao Menor do qual se elabora no momento, o anteprojeto respectivo.

Visando dar trato específico a alguns dos assuntos de alto interesse público, por órgãos dotados de maior flexibilidade administrativa com possibilidades de participação financeira por parte de entidades municipais e particulares, o Governo, no decorrer do ano de 1.963, instalou as seguintes organizações, nas quais o Estado participa majoritariamente:

- Companhia de Água e Esgôtos do Paraná — AGEPAR.
- Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR.

A par da reorganização dos órgãos da Administração, faz-se mister que se cuide também do preparo do pessoal necessário à execução dos trabalhos que lhes estão afetos, dentro da moderna técnica administrativa.

Não se pode esperar que somente a reorganização estrutural imprima à Administração Estadual, o dinamismo de que tanto necessita para conduzir o Estado rumo ao desenvolvimento e ao progresso. A máquina administrativa reformulada e modernizada, deve ser conduzida, por elementos capazes e que bem compreendam o seu funcionamento, para dela tirar o máximo de rendimento.

Com o objetivo de melhorar o preparo técnico de seus auxiliares, vem o Governo organizando cursos de especialização, tais como o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico CEPAL - Paraná e o Curso de Preparação de Técnicos em Elaboração e Administração Orçamentária, além de outros já mencionados.

Por outro lado vem o Governo facultando a freqüência de seus servidores em cursos instituídos por outras organizações do país e do exterior, dos quais podemos destacar: «Curso de Planejamento Econômico», do Institut International de Recherche et de Formation en veu deu Developpement Harmonisé, em Paris (França); «Curso de Introdução à Pesquisa Sócio-Econômica», na Universidade Münster (Alemanha); «Curso de Planejadores Industriais» nos EE.UU. e «Curso de Pós-Graduação em Engenharia Química», do Instituto de Química da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (GB).

A implantação das novas estruturas e a observância dos regulamentos aprovados, a par da melhoria do nível técnico do pessoal, certamente trarão à administração estadual um novo vigor. Isto vem redundando em acentuada melhoria dos serviços públicos estaduais.

5) Planejamento e Estatística

O Governo do Paraná já vem adotando, sistematicamente, o planejamento do desenvolvimento do Estado. A complexidade dos fatos econômicos e sociais, em presença do processo de desenvolvimento, exige que as atividades dos homens e dos grupos, sejam disciplinados por segura técnica de planejamento.

O desenvolvimento deve ser concebido como um processo contínuo de elevação dos níveis de vida da população, da forma mais rápida e com o menor custo social possível, atendendo-se à solidariedade entre os diversos grupos e comunidades.

Crescimento, progresso, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, correspondem a parcelas do processo de desenvolvimento integral, que sendo o objetivo final do planejamento, visa a plena realização das potencialidades de cada homem e de todos os homens. Por outro lado, progresso econômico e progresso social condicionam-se mutuamente.

Tôdas as ciências humanas concorrem para elucidar a complexidade que os fatos sociais comportam e é em cada uma dessas ciências que devem ser buscados os ensinamentos necessários ao combate à miséria e aos desequilíbrios. Experiências recentes de planejamento, em vários continentes, evidenciam a necessidade imperiosa dessa integração.

É evidente que cabe ao Govêrno a maior parcela de responsabilidade no planejamento do desenvolvimento. Como orientador e coordenador dos desejos e das ações coletivas, cabe-lhe o papel de iniciar o processo de planejamento, levando a coletividade a aceitar a disciplina necessária ao desenvolvimento da ação planejada. Por outro lado o Govêrno dispõe do instrumental indispensável ao conhecimento de tôda a realidade e pode avaliar a totalidade dos recursos existentes.

Nesse sentido, o atual Govêrno do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) contratou a equipe técnica da SAGMACS — Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais — a fim de, em conjunto com a Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP), estruturar os elementos necessários à elaboração do PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. O documento preliminar resultante possibilitou o conhecimento da realidade paranaense, através dos problemas que estrangulam o crescimento da economia estadual, e apresentou algumas medidas cuja execução, pelo quadro administrativo governamental, pelos grupos sociais e pelos indivíduos, contribuirá eficazmente para corrigir os desequilíbrios que dificultam o desenvolvimento econômico do Paraná.

A continuidade dos estudos necessários à execução de um PLANO estão em franco andamento. Nesse setor, a CODEPAR e a PLADEP desenvolveram suas atividades, executando, isoladamente ou não, e com o concurso de organizações especializadas, diversos estudos setoriais.

Um dos aspectos mais importantes para o processo de planejamento do desenvolvimento do Paraná é a fixação das regiões de planejamento realizadas em bases técnicas, de modo a reunir, num mesmo sistema territorial unificado, as áreas de produção agro-pecuárias, os centros urbanos e as estradas. Isto proporcionará um melhor atendimento aos interesses da exportação e da importação estaduais, e aos mesmo tempo criará condições para aumentar a coesão social, econômica e administrativa do conjunto de regiões em que o Estado deve ser dividido.

Essas regiões não representam apenas unidades territoriais administrativamente úteis para aplicação de um plano governamental. Elas significam, antes, unidades sócio-econômicas complexas e integradas, capazes de manter uma dinâmica de desenvolvimento deliberadamente aceita e impulsionada pela própria população, dentro de um consêrto de esforços comunitários semelhantes em todo o Estado. Portanto, as regiões

definidas, embora se baseiam na unidade e dinamismo naturais do território, são essencialmente áreas de planejamento. O escalão regional deve ser considerado como a unidade estadual especialmente adequada para a organização do conjunto da totalidade de intervenções governamentais, especialmente o esforço de mobilização econômica e de mobilização social. A região significa essencialmente um quadro territorial definido, associado a um processo de planejamento e atuação coletivas do qual participam o Governo e a população.

Dentro dessa conceituação geral foi possível destacar quatro critérios gerais de identificação dos territórios a serem escolhidos como região:

- 1º — áreas que apresentem um mínimo de integração interna, social e econômica, através de uma rede articulada de polos funcionais e urbanos;
- 2º — áreas cujas potencialidades permitam prever o desenvolvimento de atividades complementares e o crescimento do contingente demográfico que são indispensáveis a certo grau de auto-suficiência face às necessidades da população e da atividade econômica;
- 3º — áreas relativamente homogêneas quanto às características econômicas, demográficas, históricas, culturais e fisiográficas; e
- 4º — áreas cujas dimensões, conformação e número, aproveite a experiência da Administração Estadual e atenda aos critérios de organização do serviço público.

Utilizando cada critério exposto em seu valor relativo face ao conjunto deles e face à realidade do Estado, definiram-se 7 (sete) regiões, das quais algumas características estão contidas no quadro seguinte:

REGIÕES DE PLANEJAMENTO

Quadro Explicativo

Regiões	Polos Regionais	Número de Municípios (++)	Área (milhares de Km ²)	Densidade 1960		População 1960		
				Total	Rural	Total	Urbana (+) Rural	
R - 1	Curitiba	33	25,9	29	12	747,6	439,9	307,7
R - 2	Ponta Grossa	18	31,6	12	8	384,9	121,4	263,5
R - 3	União Vitória	24	22,8	15	13	337,8	38,5	299,3
R - 4	Guarapuava	19	45,6	7	6	324,7	45,9	278,8
R - 5	Jacarézinho	36	14,3	36	29	521,6	105,8	415,8
R - 6	Londrina	48	18,7	50	38	941,2	224,0	717,2
R - 7	Maringá	65	40,1	25	21	1.019,8	164,6	855,3

(+) — Considerou-se urbana a população dos núcleos de mais de 2.000 habitantes.

(++) — Dados de Setembro de 1963.

O trabalho estatístico, como elemento auxiliar básico do planejamento e um dos recursos de maior valia na administração pública e particular, está sendo realizado pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE), órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Através levantamento dos fenômenos sociais e econômicos, bem como de trabalhos cartográficos os mais variados, são atendidas solicitações de entidades, nacionais e estrangeiras, interessadas no conhecimento da realidade paranaense.

Por outro lado, ao IBGE foi apresentada proposição no sentido da adoção, pelos serviços estatísticos, de unidades geográficas baseadas na divisão do Paraná em Regiões de Planejamento, substituindo as zonas fisiográficas atualmente adotadas para a tabulação de dados estatísticos.

A divisão atual em zonas fisiográficas é apontada como pouco adequada para refletir os fenômenos sociais e econômicos de um território, como o do Paraná, cuja ocupação se processou e se processa em ritmo acelerado. De fato, a divisão estabelecida em época na qual o Estado dispunha de população e área ocupada incomparavelmente menores que as atuais, faz com que hoje estejam incluídas, em uma mesma zona, áreas das mais diversas características sociais e econômicas. A fixação das regiões de planejamento procuram sanar os inconvenientes apontados.

Cabendo ao órgão de planejamento do Estado executar tarefas de assessoramento econômico do Governo, tem levado a Administração Estadual a procurar suprir as deficiências de pessoal especializado para tal fim. Nesse sentido, em colaboração com a Universidade do Paraná e sob o patrocínio da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Instituto Latino-Americano de Platinificação Econômica e Social, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi realizado em Curitiba, nos meses de julho a outubro de 1963, o **X Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico CEPAL-PARANÁ**.

O referido curso contou com a presença de 43 técnicos recrutados dos diversos órgãos do Governo Estadual, encarregados de executar obras e serviços necessários ao processo de desenvolvimento do Paraná.

A estruturação das matérias básicas procurou capacitar os alunos no uso de certas técnicas e ferramentas necessárias à compreensão do processo global de desenvolvimento econômico, compreendendo, portanto, as seguintes:

Introdução Geral à Economia, Estatística, Contabilidade Social, Política e Programação do Desenvolvimento Econômico, Financiamento do Desenvolvimento Econômico, e Preparação, Apresentação e Avaliação de Projetos de Inversão.

Por outro lado, para suprir as deficiências de recursos financeiros necessários às atividades da Comissão de Planejamento do Desenvolvimento

Econômico do Estado (PLADEP), o Governo encaminhou à Assembléia Legislativa o Ante-Projeto de Lei n. 23-63, que institui o Fundo Especial de Planejamento Econômico e Social (FEPES). Com esta medida, pensa o Governo incrementar os trabalhos de assessoramento econômico, fator de inestimável valia para uma segura ação governamental.

6) Edificações

As atividades do Estado no setor de edificações acham-se confiadas ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, (DEOE), autarquia vinculada à Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP), que tem a seu encargo a importante tarefa, ampla e diversificada, de construir os próprios estaduais, além de auxiliar um grande número de obras não estaduais, mas de interesse público notório, responder pela conservação de todos os prédios públicos do Estado (que são mais de 5.000) e solucionar outros problemas, como o de combate à erosão, auxiliar as Prefeituras em algumas obras e dedicar-se a serviços especiais.

Os setores da administração pública que o DEOE atende são:

- 1 — Educação
- 2 — Saúde Pública
- 3 — Agricultura
- 4 — Fazenda
- 5 — Judiciário
- 6 — Segurança Pública
- 7 — Trabalho e Assistência Social
- 8 — Administração Pública
- 9 — Encargos Diversos

A aplicação financeira por setor, durante o último triênio distribuiu-se da seguinte maneira:

OBRAS NO SETOR DE	Valor em milhões de Cr\$			
	1961	1962	1963	TOTAL
1. Educação	277	661	855	1.793
2. Saúde Pública	52	144	167	363
3. Agricultura	4	110	37	151
4. Fazenda	36	30	37	103
5. Judiciário	13	22	9	44
6. Segurança Pública	31	127	97	255
7. Assistência Social	20	52	108	180
8. Administração Pública	57	159	225	441
9. Diversos	—	—	395	395
T O T A I S	490	1.305	1.390	3.725

Considerando o número de obras e área construída nos diversos setores, teremos uma idéia do que as quantidades aplicadas representam em termos de edificação:

Número de obras concluídas e área correspondente:

	1.961		1.962		1.963	
S E T O R	n° obras	área (m2)	n° obras	área (m2)	n° obras	área (m2)
1. Educação	97	21.098	416	53.240	156	47.119
2. Saúde Pública	2	274	9	4.296	9	3.062
3. Agricultura	—	—	4	9.626	8	9.556
4. Fazenda	3	1.334	19	5.564	4	1.578
5. Judiciário	—	—	5	3.227	3	957
6. Seg. Pública	2	190	5	5.590	7	1.772
7. Assist. Social	2	1.575	7	2.733	10	5.267
8. Adm. Pública	1	691	5	8.492	2	300
Total anual	107	25.162	470	92.768	199	69.611
Área média p/ obra	235 m2.		197 m2.		350 m2.	

E no triênio (61/63), temos:

Triênio (61/63) — N. de obras concluídas e respectiva área

S E T O R	N. de Obras	Área (m2)
1. Educação	669	121.457
2. Saúde Pública	20	7.632
3. Agricultura	12	19.182
4. Fazenda	26	8.476
5. Judiciário	8	4.184
6. Segurança Pública	14	7.552
7. Assistência Social	19	9.575
8. Administração Pública	8	9.483
T O T A L	776	187.541
Área média p/ obra	242 m2.	

Além das construções e ampliações, o DEOE, tem sob sua responsabilidade a conservação de todos os próprios do Estado, atendendo também àqueles que, não pertencendo ao patrimônio estadual, são con-

tudo de interesse público, principalmente nos casos de escolas, hospitais, orfanatos e entidades congêneres.

Durante o triênio 1961/1963 foi o seguinte, em resumo, o movimento realizado em matéria de reparos e melhorias.

Número de obras atendidas e gastos correspondentes (milhões Cr\$)

1.961		1.962		1.963		TRIÊNIO	
nº de despesa		nº de despesa		nº de despesa		nº de despesa	
200	74	330	126	750	484	1.280	684

As obras executadas em 1963, nos diversos setores, foram as seguintes:

Educação —

Casas Escolares: 92 obras. Agudos do Sul (2), Alto Piquiri (4), Amaporã (3), Apucarana, Araucária, Assaí (3), Barracão, Carlópolis, Castro Chopinzinho, Cianorte (9), Cidade Gaúcha (2), Colorado (3), Contenda, Cruz Machado (2), Flórida, Foz do Iguaçu, Goio-Erê (4), Guaraniaçu (2), Guaratuba, Inajá, Kaloré (2), Lapa, Mandirituba, Maringá, Marmeleiro, Matelândia (3), Medianeira (2), Miraselva, Nova Londrina (3), Palotina, Paranaguá, Piên, Planaltina do Paraná (3), Primeiro de Maio (2), Prudentópolis (2), Quitandinha, Rio Azul, Rio Negro, Rondon (3) Santa Cecília do Pavão (2), Santa Izael do Ivaí (4), Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí (3), Tamboara, Terra Rica (5).

Grupos Escolares: 55 obras.

Construídos: 42 obras. Alto Piquiri, Arapongas, Astorga (Tupinambá), Campo Largo, Castro (Carambei), Cianorte, Conselheiro Mairink, Corbélia, Curitiba (4-Vila Guaira, Mercês, Xaxim e Boa Vista), Foz do Iguaçu, Gua-porema, Icaraíma, Irati (Rio Bonito), Itambaracá, Itambé, Jandaia do Sul, Londrina, Lupionópolis (Mairá), Marechal Cândido Rondon, Marmeleiro, Moreira Sales, Nova Esperança, Palotina, Paranacity, Paranaguá (Matinhos), Planaltina do Paraná (2), Primeiro de Maio (3 — Ibirá, Vila Gandhi, Sede), Quatro Barras, Santa Fé, Santa Isabel do Ivaí, (Santa Mônica), Santa Mariana (2 — Panema e Quinzópolis), São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Paraná, União da Vitória e Wenceslau Braz.

Ampliados: 13 obras. Apucarana, Curitiba (5 — Bacacheri, Vila Oficinas, Professôr Cleto, Novo Mundo e Maria Montessori), Londrina (3 — Sede, Vila Nova, Vila Brasil), Rancho Alegre São José dos Pinhais, Tamboara e Terra Rica.

Ginásios, Escolas Normais ou Colégios: 8 obras. Castro, Curitiba (Bo-

queirão), Jandaia do Sul, Joaquim Távora, Paranavaí, Rolândia, Tibagi e União da Vitória.

Foi também construído o Educandário Curitiba em Curitiba.

Saúde Pública — Residência do Médico, Casa de funcionário e Casa Escolar no Sanatório do Portão em Curitiba;

Casa do zelador do Posto de Puericultura do Cajuru em Curitiba;

Duas residências no Sanatório da Lapa;

Ampliação do Centro de Saúde de Londrina;

Hospital (adaptação) em Pirai do Sul;

Posto de Puericultura em Prudentópolis; e

Centro de Saúde de Ponta Grossa.

Agricultura — Instituto de História Natural em Curitiba;

Posto Zootécnico (Banheiro, carrapaticida, mangueira) em Iporã e Paranavaí;

Armazém para expurgo de algodão em Maringá;

Fábrica de rações e um estábulo para 30 vacas em Piraquara;

Escola de Aplicação em Peabiru;

Pátio e melhorias na Escola de Trabalhadores Rurais de Rio Negro.

Fazenda — Exatoria e Distrito Fiscal em Araçongas;

Ampliação no Posto Fiscal de Guaratuba;

Posto Fiscal e 8 residências em Morretes;

Posto Fiscal e 2 residências em Sengés.

Judiciário — Forum em Marialva, São João do Triunfo e Prudentópolis.

Segurança Pública — Delegacia e Cadeia em Araçongas, Leopólis, Londrina, Moreira Sales, Paraíso do Norte e Cruzeiro do Oeste.

Estação de Rádio na Vila Militar, em Curitiba.

Assistência Social — Duas residências no Lar Herminia Lupion;

Ampliação do Educandário Santa Felicidade, Educandário Caetano Munhoz da Rocha, Asilo São Vicente de Paula e Delegacia de Proteção ao Menor;

Casa do padeiro e Grupo Escolar na Escola de Formação de Menores, Instituto de Surdos e Mudos;

Pavilhão de assistidos do Instituto de Assistência ao Menor, todas em Curitiba; e

Três residências na Escola de Menores de Tibagi.

Administração Pública — Hangar do Bacacheri e sala de treinamento da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Com a realização das obras ora descritas, pode o Governo do Estado proporcionar a todos os diversos setores da administração estadual, condições satisfatórias de alojamento e funcionamento, de modo a poderem exercer melhor e mais eficientemente suas atividades específicas.

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) União

A preocupação fundamental, nas relações mantidas entre o Governo do Estado e o da União, tem sido a tese da restauração do federalismo, que se vê seriamente ameaçado pela inflação incontrolável e pela má discriminação das rendas entre Estados, Municípios e União.

Dentre as principais causas do desequilíbrio econômico-financeiro, em que se debatem quase todas as unidades federadas, destacam-se a deterioração dos orçamentos públicos, face à elevação constante dos preços e custos de serviços, sem uma contrapartida de igual porte nas arrecadações, e face igualmente a má distribuição dos encargos.

O Governo do Estado vem atuando no sentido de uma reformulação da estrutura federativa, definindo melhor a competência da União e dos Estados, não só para arrecadar tributos, como também, para aplicá-los nas próprias regiões em que ocorrerem os respectivos fatos geradores.

Nas condições de hoje, somente o Poder Central, único poder emitente, pode alcançar disponibilidades financeiras e enfrentar as alterações de custos. As rendas de que dispõe o Estado e o plano de desenvolvimento nelas baseado, diluem-se no mar de papel-moeda lançado à circulação pelo Governo Federal.

Defende-se uma nova discriminação de rendas mas é óbvio que, por mais benevolente que venha a ser para com as unidades federativas, ela ficará igualmente reduzida a termos pouco expressivos se vigorar a inflação desenfreada. Novos recursos seriam com o tempo anulados pelo volume crescente do meio circulante.

É oportuno ressaltar que a ênfase posta para salientar a redução da capacidade realizadora dos Estados, não significa defesa do esvaziamento do Poder Central. É indiscutível o papel que o mesmo deve desempenhar na luta contra o subdesenvolvimento na sociedade contemporânea. Mas, é essencial compreender que a descentralização política e administrativa é indispensável a qualquer país de dimensões continentais. O atual centralismo político, econômico e administrativo configura uma das mais importantes contradições da sociedade brasileira.

O entrosamento entre o Estado e a União foi bastante prejudicado por diversas razões, mas mesmo assim pode-se citar algumas medidas tomadas nêsse sentido. Procurou-se encontrar uma fórmula de articulação dos sistemas estaduais e regional de planejamento com o sistema nacional. Através do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) foi indicado um representante do Paraná junto à Assessoria Técnica da Presidência da República, órgão que estava encarregado da elaboração do plano nacional de desenvolvimento. O resultado obtido foi quase nulo, pois o Governo Federal não estava interessado em resolver os problemas brasileiros de uma forma técnica e democrática.

Os Escritórios do Paraná, no Rio de Janeiro (GB) e Brasília (DF), vêm funcionando satisfatoriamente, mantendo os contactos necessários junto aos órgãos da administração federal, na defesa dos interesses da economia paranaense.

Através de graves momentos por que passou o país no último ano, o Governo manteve-se firme na defesa da ordem e das instituições democráticas, dando paralelamente todo o seu esforço no sentido de que as crises ocorridas fôsem resolvidas sem levar o Brasil à tragédia das lutas civis.

2) Outros Estados

As relações do Paraná com as demais unidades da Federação desenvolveram-se satisfatoriamente, dentro de um espírito de colaboração mútua e de defesa conjunta do federalismo e das instituições democráticas.

O Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), no ano de 1963, esteve sob a Presidência do Governador do Paraná. As realizações do exercício ultrapassaram as mais promissoras expectativas.

Foram concluídos diversos estudos, dentre os quais salientamos dois, concernente ao Paraná: «O Setor Primário da Economia Paranaense», precedido de uma análise da renda e da população e o estudo sôbre «Ingressos e Níveis de Vida em Curitiba».

Também, mostraram-se bastante proveitosas as reuniões de Secretários da Fazenda dos Estados da Região Sul do Brasil, com vistas a uma nova discriminação de rendas.

Por ocasião da «IX Conferência de Governadores» integrantes da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), realizada em Cuiabá no mês de novembro de 1963, o Governo do Estado se fez presente com decidida atuação. As recomendações oriundas daquela conferência revestem-se de grande importância para o aproveitamento hidroelétrica e navegabilidade, na área geográfica de atuação daquela Comissão.

3) Municípios

O atendimento direto às reivindicações dos Municípios está sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM) que, embora lutando com dificuldades, vem desenvolvendo um trabalho que ultrapassa as mais otimistas expectativas.

Durante o exercício de 1.963, o DATM funcionou como autor e coordenador do maior plano de assistência rodoviária de que se tem notícia até hoje, no Estado. As Prefeituras, de u'a maneira geral, sobretudo as novas, não tinham condições para adquirir uma motoniveladora, instrumento indispensável à conservação das estradas vicinais. O Departamento de Estradas de Rodagem, por outro lado, com a incumbência de construir e conservar as estradas sob sua jurisdição, não tinha possibilidade material, nem tempo disponível, para uma assistência dessa ordem. O DATM, então, coordenou plano que acabou surtindo os melhores efeitos, permitindo o financiamento de quarenta e oito motoniveladoras e dois tratores, destinados aos seguintes municípios: Tratores — Marmeleiro e Iretama; Motoniveladoras — Barbosa Ferraz, Lapa, Barracão, Corbélia, Florai, Floresta, Florestópolis, Faxinal, Imbituva, Inajá, Ivaiporã, Guarapuava, Maria Helena, Mariópolis, Ampére, Nossa Senhora das Graças, Palmas, Santa Izabel do Ivaí, Palmital, Primeiro de Maio, Sabáudia, Santo Antônio do Pary, São José dos Pinhais, Lupionópolis, Cambira, Guaraniaçú, Adrianópolis, Campina da Lagôa, Cidade Gaúcha, São Tomé, Vitorino, Mamborê, Palotina, Planaltina do Paraná, São João, São João do Caiuá, Moreira Salles, Curitiba, Terra Rica e Almirante Tamandaré.

O Banco do Estado do Paraná S. A. foi o financiador da operação. Os preços foram obtidos através de concorrência administrativa (nove milhões, em média por máquina, hoje custando aproximadamente vinte e sete milhões cada unidade) e, como garantia do pagamento, as Prefeituras empenharam em favor do estabelecimento de crédito financiador a quota do imposto de renda (exercícios de 1962 e 1963), quota do imposto de consumo (1963), recursos próprios, parte da quota de retorno estadual prevista no Art. 20 da Constituição Federal, além de auxílios estaduais orçamentários e extraordinários.

Esse plano, levado a efeito pelo DATM, foi de grande benefício para os municípios paranaenses principalmente para os de regiões em processo inicial de desenvolvimento.

O DATM vem assistindo às Prefeituras no que se refere ao recebimento da quota do Art. 20 da Constituição Federal. Em virtude de ordem de serviço, os demonstrativos das receitas das municipalidades passaram a ser enviados à Secretaria da Fazenda por intermédio daquele

órgão, que ficou com a incumbência de examinar os referidos demonstrativos em seu aspecto legal e técnico, exarando parecer antes da contabilização da quota pela Contadoria Central do Estado. Essa inovação contribuiu, de certa forma, para padronizar e relacionar os demonstrativos de receita das Prefeituras.

Tendo em vista que diversas municipalidades, sobretudo as mais modestas, vinham encontrando sérias dificuldades no que tange ao processamento e recebimento da quota em referência, obrigando os Prefeitos a empreenderem constantes, dispendiosas e às vezes infrutíferas viagens a esta Capital, o DATM ofereceu seus préstimos aos Municípios, para, como procurador, requerer, acompanhar o processamento e receber no Tesouro do Estado aquelas quotas. Das 161 municipalidades em condições de receber a quota em 1962, 102 (cento e duas) passaram procuração ao DATM, que deu início a uma atividade completamente nova.

Mediante tal procedimento puderam, algumas Prefeituras receber as importâncias a que tinham direito, na maioria dos casos através do Banco do Estado do Paraná S. A., dispensando dêsse modo, a presença dos respectivos Prefeitos na Capital .

Foram realizados cursos técnicos, de máximo interêsse das Prefeituras. Prova dessa afirmativa, foi o êxito alcançado pelo 1º Curso Elementar de Topografia. Além do farto material didático, foram ministradas aulas de campo, de máximo proveito para os servidores municipais, das diversas Prefeituras presentes.

Também se está imprimindo uma orientação às Prefeituras, com relação aos serviços técnicos. Foi distribuído, durante a atual administração, material, inclusive apostilas, entre as quais destaca-se: — «Instruções para a Confecção e Assentamento de Tubos de Concreto», «Uso, Rendimento e Manutenção das Máquinas de Terraplenagem» e «Construção e Instalação de Fossas Sépticas». Em 1963, por exemplo, o movimento de atendimentos aos Municípios ao Serviço de Engenharia do DATM, foi cinco vêzes superior ao de 1959; 2,3 vêzes superior ao de 1960 e 2 vêzes superior ao de 1961.

Com técnicos paranaenses, sem ônus para os cofres públicos, realizou-se Curso Intensivo de Contabilidade Municipal, cujo programa (técnica orçamentária, legislação municipal e redação oficial) foi oficializado pela Universidade do Paraná. Inscreveram-se e frequentaram êsse curso 60 (sessenta) candidatos, embora houvessem apenas quarenta (40) vagas, sendo representados (entre Prefeitos, vereadores e funcionários) 57 municípios do Estado.

Dando prosseguimento ao programa de trabalho traçado e visando prestar aos municípios paranaenses, cada vez maior e melhor assistência

técnica, foi realizado, no período de 2 a 7 de dezembro de 1963, um curso denominado «Contabilidade Mecanizada» — Treinamento de Funcionários Municipais, destinado a contadores, objetivando, precipuamente, orientá-los na implantação do processo mecânico para a escrituração da contabilidade municipal, através de sistema previamente selecionado, que, pelo seu reduzido custo, está ao alcance de qualquer municipalidade, por menores que sejam os seus recursos financeiros. Esse curso, também oficializado pela Universidade do Paraná, contou com a presença de 25 funcionários municipais.

Paralizada a sua publicação há longos anos, voltou-se agora a editar o «Boletim dos Municípios», órgão informativo e doutrinário de suma importância para as administrações locais, tanto do setor executivo como do legislativo. Nos dois números já publicados nessa nova fase, foram inseridos artigos que consultam de perto os interesses municipais. Intensiva tem sido a procura de exemplares dessa publicação.

Em atendimento a inúmeros apelos recebidos de Prefeituras do Estado, foi elaborado um Orçamento Modelo, destinado a servir de orientação técnica às municipalidades interioranas, principalmente àquelas que não dispõem de contadores especializados no trato dos serviços orçamentários.

Em consequência da iniciativa que instituiu a Cédula de Identidade de Prefeito, que permite a identificação dos senhores Prefeitos Municipais junto às repartições públicas, evitando a apresentação do diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, confeccionou-se, com dados fornecidos pelos próprios chefes dos executivos municipais, uma completa relação dos Municípios do Estado do Paraná, com dados pessoais dos respectivos Prefeitos, como sejam: nome, data e lugar do nascimento, profissão, Partido de filiação, data da posse, data do término do mandato, etc.

Com a iniciativa da Cédula de Identidade de Prefeito, sem similar no País, autenticada pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, foram expedidas 270 carteirinhas, aproximadamente. Com êsse documento, segundo entendimento prévio que mantivemos, os Prefeitos se identificam perante o Banco do Brasil e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, para recebimento das quotas-partícipes previstas pela Constituição Federal (quotas do imposto de renda, de consumo, fundo rodoviário, de eletrificação, etc.).

Foram realizados dois «Seminários de Prefeitos», o primeiro na cidade de Maringá, contando com a presença de Prefeitos, vereadores e funcionários municipais de Mandaguacú, Munhoz de Mello, Cambira, Maringá, Nova Esperança, Jussara, Paissandu, Itambé, Alto Paraná, São Jorge, Floresta, Marialva, Roncador e Florai; e segundo, realizado na cidade da Lapa, com a presença de municipalistas de Rio Negro, Con-

tenda, Lapa, Araucária, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Pôrto Amazonas, Balsa Nova, Piên, Campo do Tenente e Quitandinha.

Durante êsses seminários foram debatidos assuntos da mais alta relevância para as administrações locais.

Considerando que a atual Lei Orgânica dos Municípios já conta com mais de 15 anos de vigência, tornando-se, por isso mesmo, absoleta em muitos pontos, resolveu-se elaborar nôvo anteprojeto da mesma Lei. Foram introduzidas, no mencionado anteprojeto, diversas inovações que permitirão às nossas administrações locais se atualizarem no que diz respeito às técnicas administrativas e legais, abolindo-se muitas irregularidades das quais a lei primitiva se achava eivada e introduzindo-se dispositivos nos quais a mesma era omissa.

Ao DATM foi confiada a organização local do VI Crongresso Nacional de Municípios. O Congresso foi o que maior êxito obteve dentre todos os realizados até agora. Para comprovar essa assertiva, basta atentar ao fato de que se fizeram presentes nada menos que 1.640 congressistas (número até hoje não alcançado), assim distribuídos: — Paraná, 395 participantes, São Paulo, 298; Santa Catarina, 115; Rio Grande do Sul, 127; Bahia, de Janeiro, 87; Minas Gerais, 97; Pernambuco, 60; Goiás, 48; Bahia, 50; Pará, 26; Mato Grosso, 27; Paraíba, 25; Espírito Santo, 19; Alagôas, 21; Maranhão, 15; Rio Grande do Norte, 10; Sergipe, 10; Ceará, 8; Amazonas, 7; Piauí, 5; Guanabara, 21; Brasília, 7 e Territórios, 15.

Outros órgãos da administração estadual vêm, igualmente colaborando para atender aos problemas municipais.

O Departamento de Edificações e Obras Especiais, por intermédio de sua Divisão de Obras Especiais, elaborou projetos para combate à erosão em nove municípios. Também, realizou obras de combate à erosão em 27 municípios paranaenses. Foram dispendidos 40 milhões de cruzeiros no exercício de 1963 para tal fim.

VII — GRÁFICOS ANEXOS

GOVÉRNO DO ESTADO DO PARANÁ

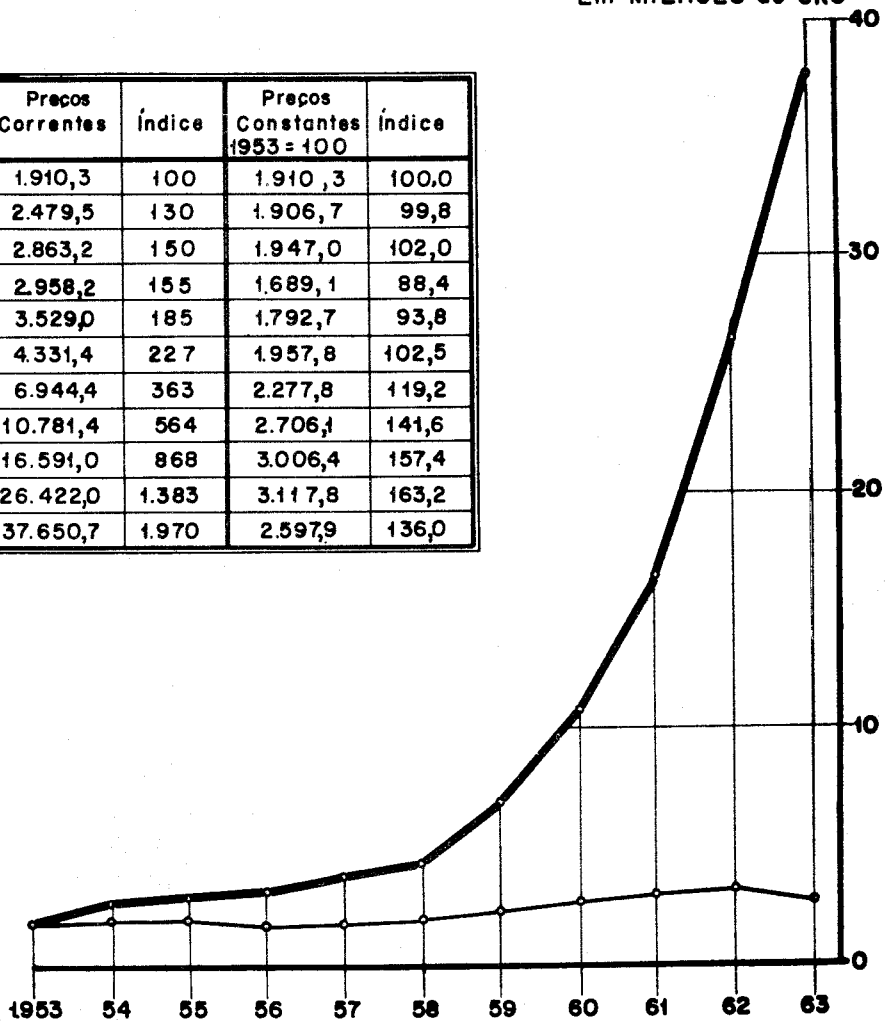
RECEITA ARRECADADA

— VALORES NOMINAIS E DEFLACIONADOS —

CONVENÇÕES: — PREÇOS CORRENTES / — PREÇOS CONSTANTES

Em MILHÖES de CR\$

Ano	Preços Correntes	Índice	Preços Constantes 1953 = 100	Índice
1953	1.910,3	100	1.910,3	100,0
1954	2.479,5	130	1.906,7	99,8
1955	2.863,2	150	1.947,0	102,0
1956	2.958,2	155	1.689,1	88,4
1957	3.529,0	185	1.792,7	93,8
1958	4.331,4	227	1.957,8	102,5
1959	6.944,4	363	2.277,8	119,2
1960	10.781,4	564	2.706,1	141,6
1961	16.591,0	868	3.006,4	157,4
1962	26.422,0	1.383	3.117,8	163,2
1963	37.650,7	1.970	2.597,9	136,0



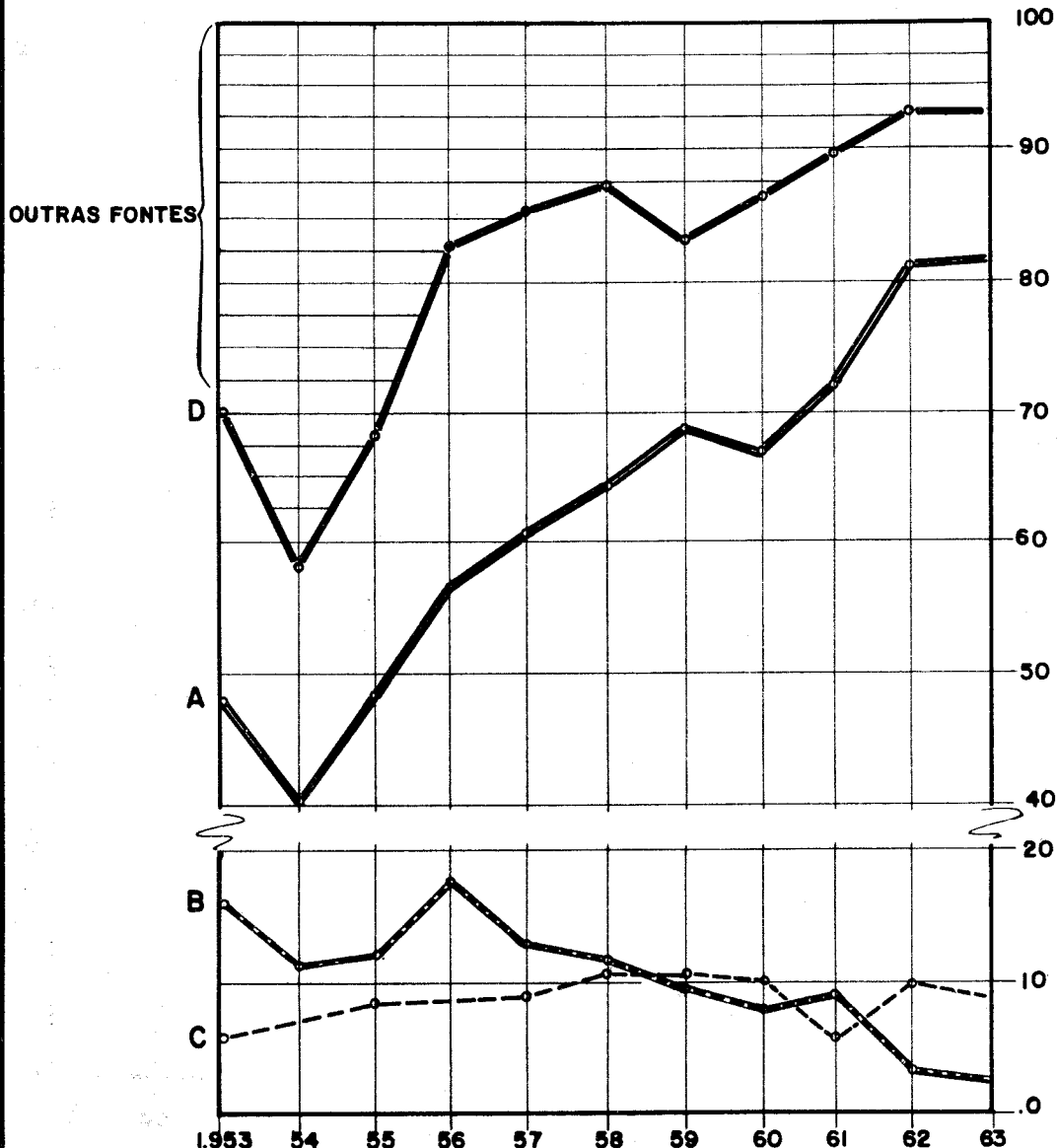
NOTA: — Índices de Inflação "Revista Conjuntura Econômica" — Jan. 1964
"Índice Geral de Preços por Atacado"

GOVÊRO DO ESTADO DO PARANÁ

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA

CONVENÇÕES

- IMP. VENDAS-CONSIG. E TRANSAÇÕES
 - RECEITA TRIBUTARIA A+B+C=D
- - - OUTROS IMPOSTOS
 - - - TAXAS DIVERSAS



GOVÃO DO ESTADO DO PARANÁ

ARRECAÇÃO DO IMPÓSTO DE VENDAS, CONSIGNAÇÃO E TRANSAÇÕES

VALÓRES NOMINAIS E DEFLACIONADOS

1. 953 - 1. 963

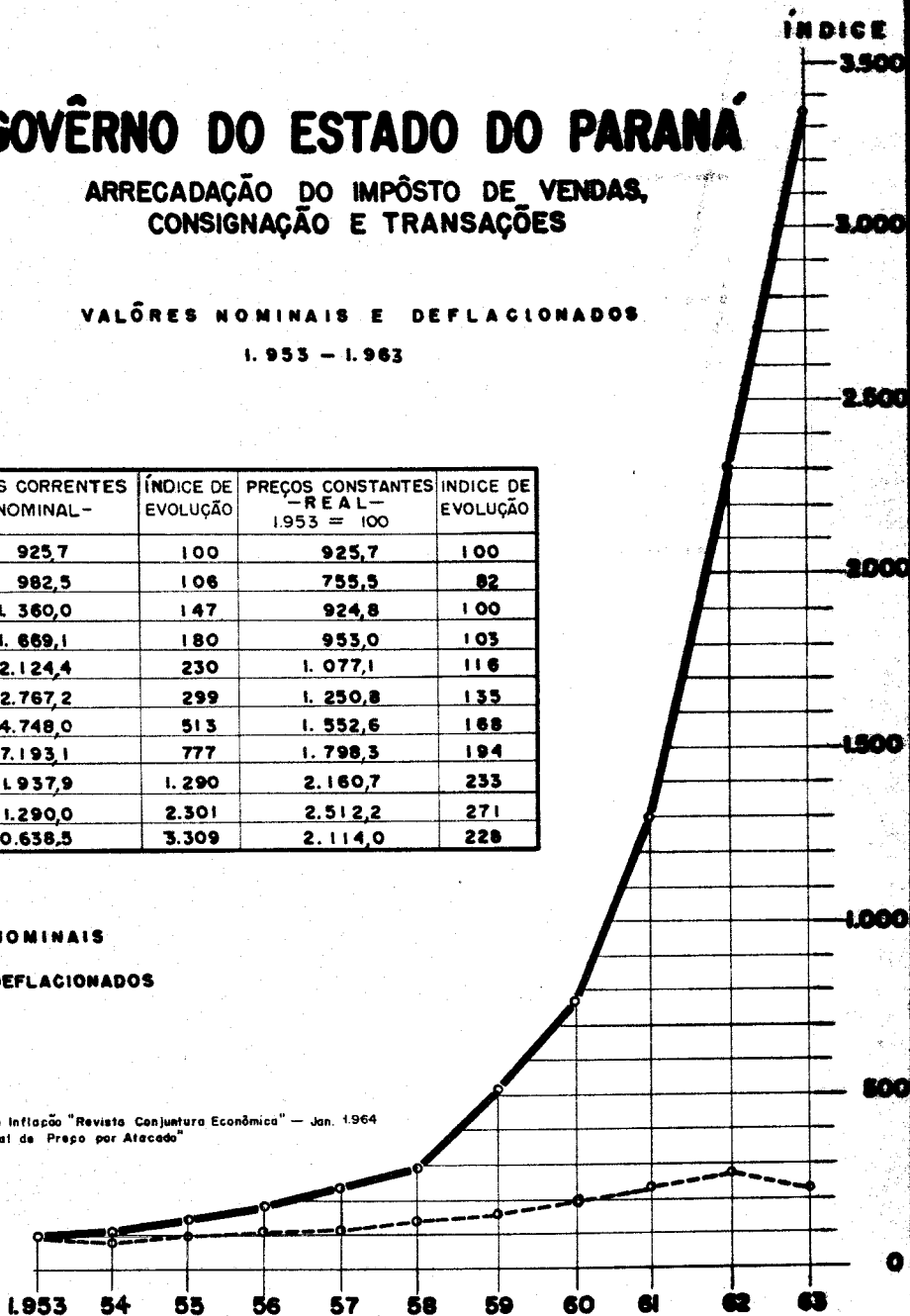
ANOS	PREÇOS CORRENTES - NOMINAL -	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	PREÇOS CONSTANTES - REAL - 1.953 = 100	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1.953	925,7	100	925,7	100
1.954	982,5	106	755,5	82
1.955	1.360,0	147	924,8	100
1.956	1.669,1	180	953,0	103
1.957	2.124,4	230	1.077,1	116
1.958	2.767,2	299	1.250,8	135
1.959	4.748,0	513	1.552,6	168
1.960	7.193,1	777	1.798,3	194
1.961	11.937,9	1.290	2.160,7	233
1.962	21.290,0	2.301	2.512,2	271
1.963	30.638,5	3.309	2.114,0	228

CONVENÇÕES

———— NOMINAIS

----- DEFLACIONADOS

NOTA: - Índices de Inflação "Revista Conjuntura Econômica" - Jan. 1.964
"Índice Geral de Preço por Atacado"



GOVÉRNO DO ESTADO DO PARANÁ

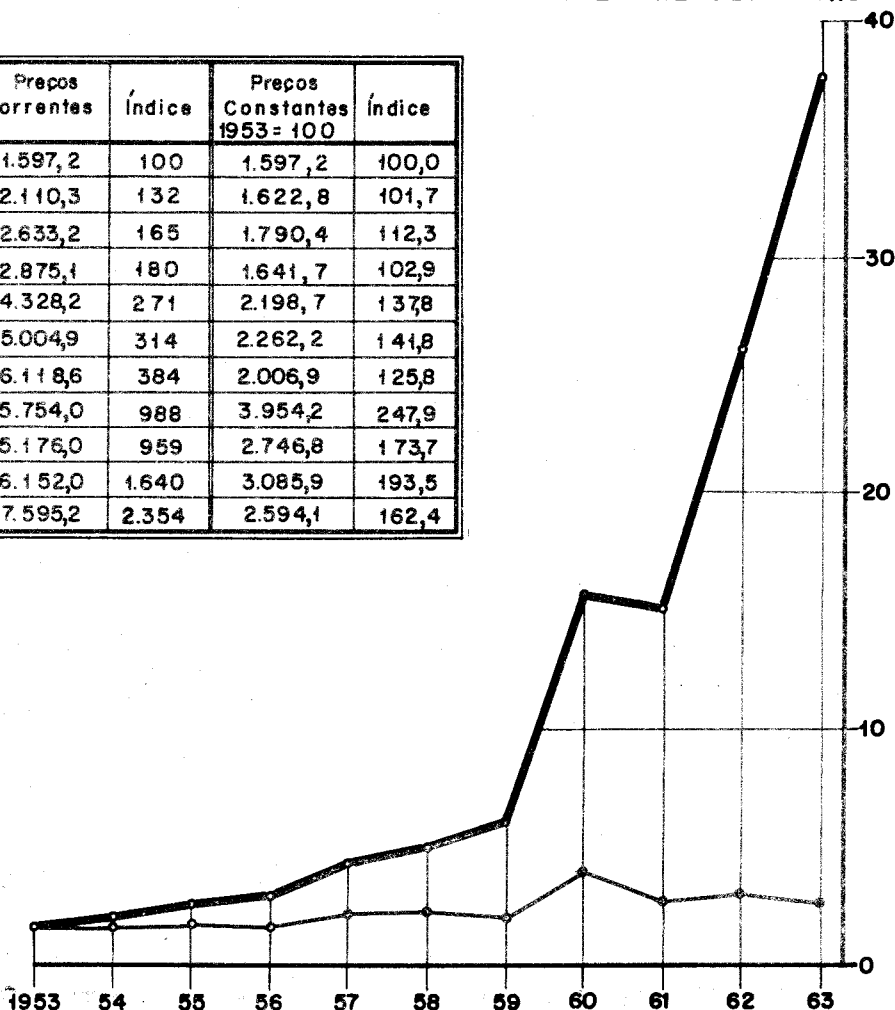
DESPEZA EFETIVADA

— VALÖRES NOMINAIS E DEFLACIONADOS —

CONVENÇÕES: — PREÇOS CORRENTES / — PREÇOS CONSTANTES

Em MILHÖES de CR\$

Ano	Preços Correntes	Índice	Preços Constantes 1953 = 100	Índice
1953	1.597,2	100	1.597,2	100,0
1954	2.110,3	132	1.622,8	101,7
1955	2.633,2	165	1.790,4	112,3
1956	2.875,1	180	1.641,7	102,9
1957	4.328,2	271	2.198,7	137,8
1958	5.004,9	314	2.262,2	141,8
1959	6.118,6	384	2.006,9	125,8
1960	15.754,0	988	3.954,2	247,9
1961	15.176,0	959	2.746,8	173,7
1962	26.152,0	1.640	3.085,9	193,5
1963	37.595,2	2.354	2.594,1	162,4

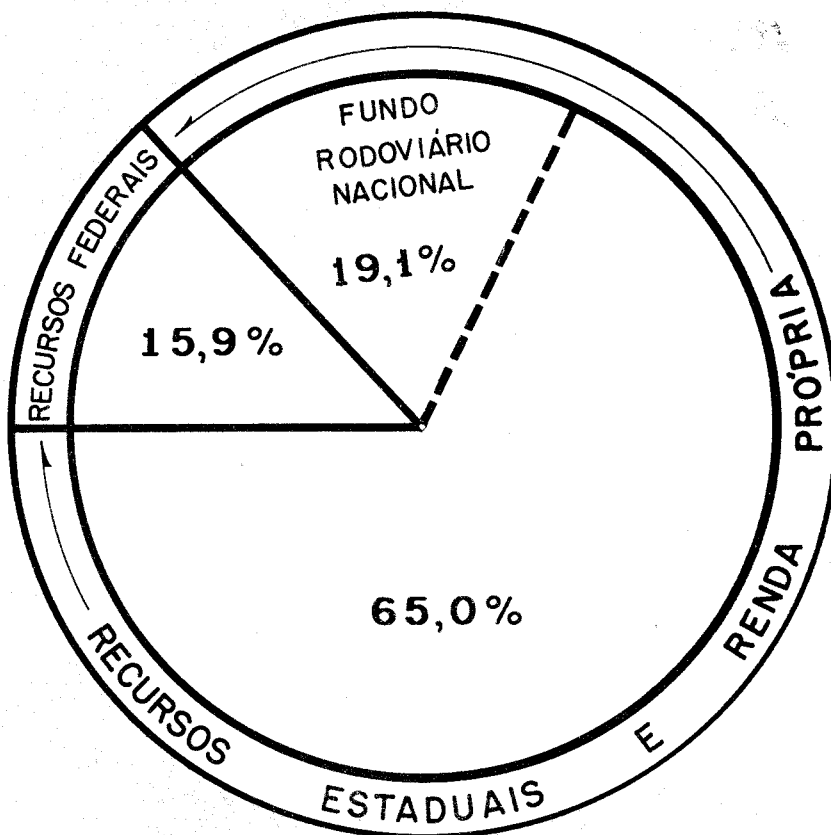


NOTA: — Índice de Inflação "Revista Conjuntura Econômica" — Jan. 1964.
"Índice Geral de Preços por Atacado."

GOVÊRNO DO ESTADO DO PARANÁ

RODOVIAS (DER)

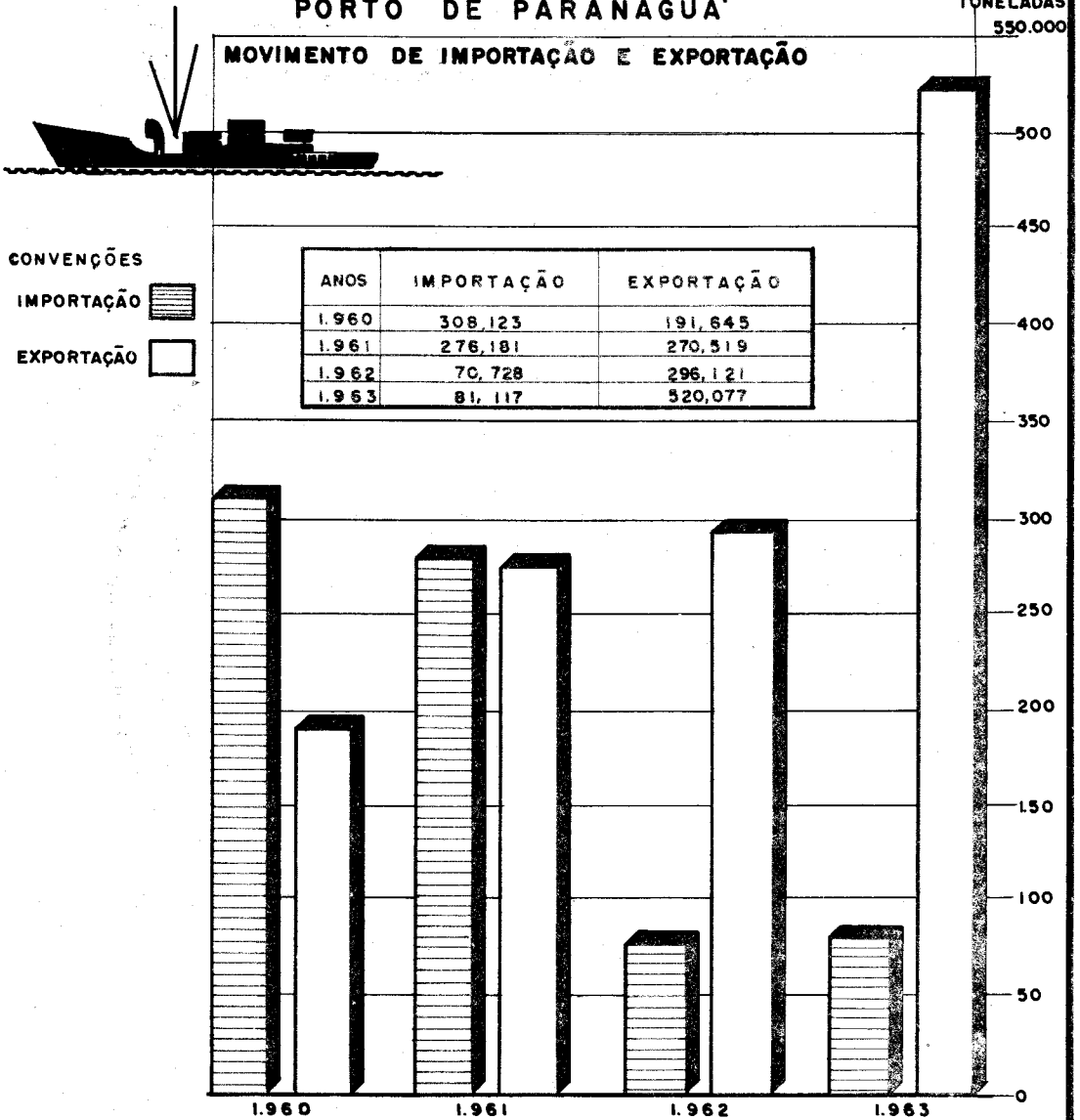
RECEITA REALIZADA EM 1.963 — Segundo a Origem



GOVÊRO DO ESTADO DO PARANÁ

PÔRTO DE PARANAGUA'

MOVIMENTO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO



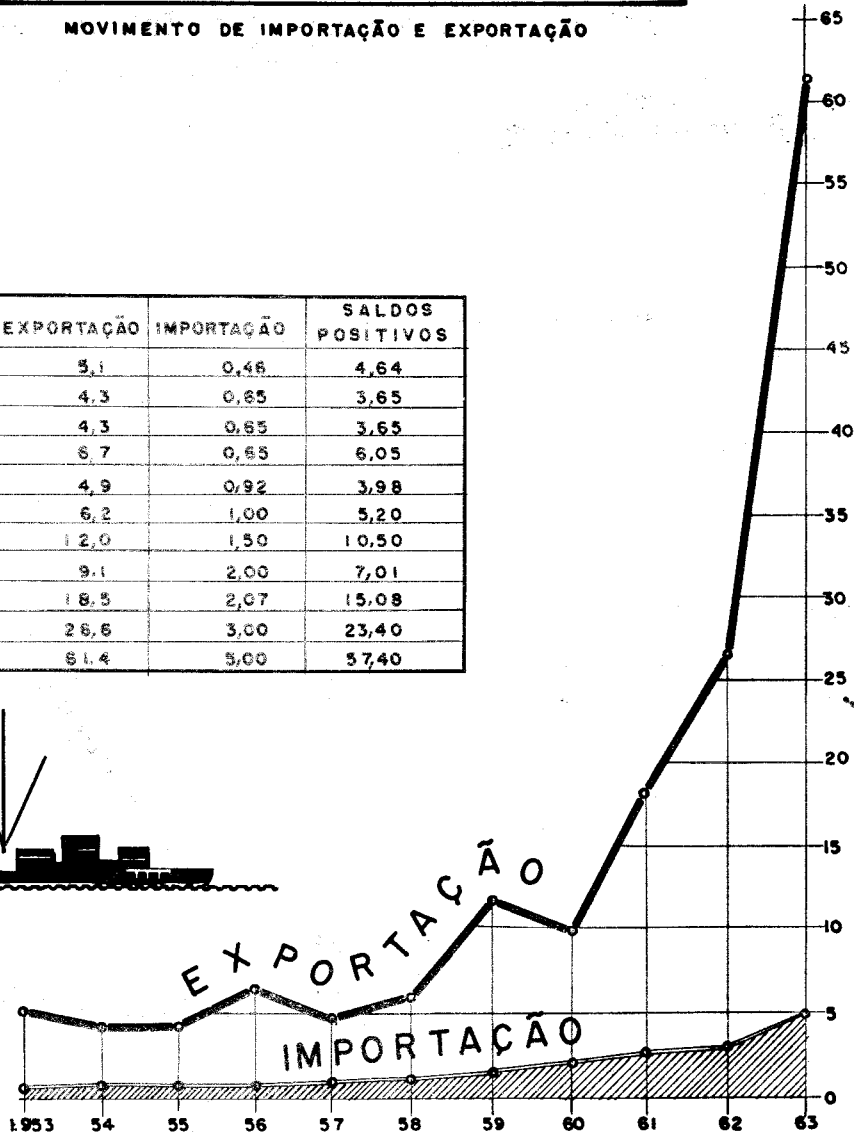
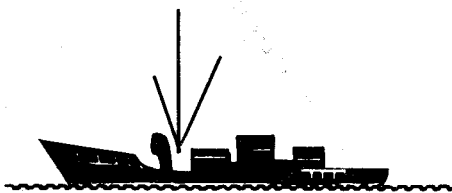
GOVÊRO DO ESTADO DO PARANÁ

PÔRTO DE PARANAGUÁ

EM BILHÔES CR\$

MOVIMENTO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

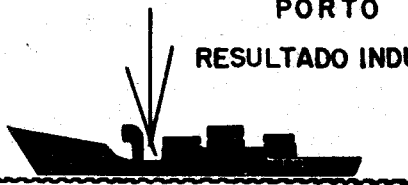
ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDOS POSITIVOS
1.953	5,1	0,46	4,64
4	4,3	0,65	3,65
5	4,3	0,65	3,65
6	6,7	0,65	6,05
7	4,9	0,92	3,98
8	6,2	1,00	5,20
9	12,0	1,50	10,50
1.960	9,1	2,00	7,01
1	18,5	2,67	15,08
2	26,6	3,00	23,40
3	61,4	5,00	57,40



GOVÉRNO DO ESTADO DO PARANÁ

PÔRTO DE PARANAGUÁ

RESULTADO INDUSTRIAL DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS



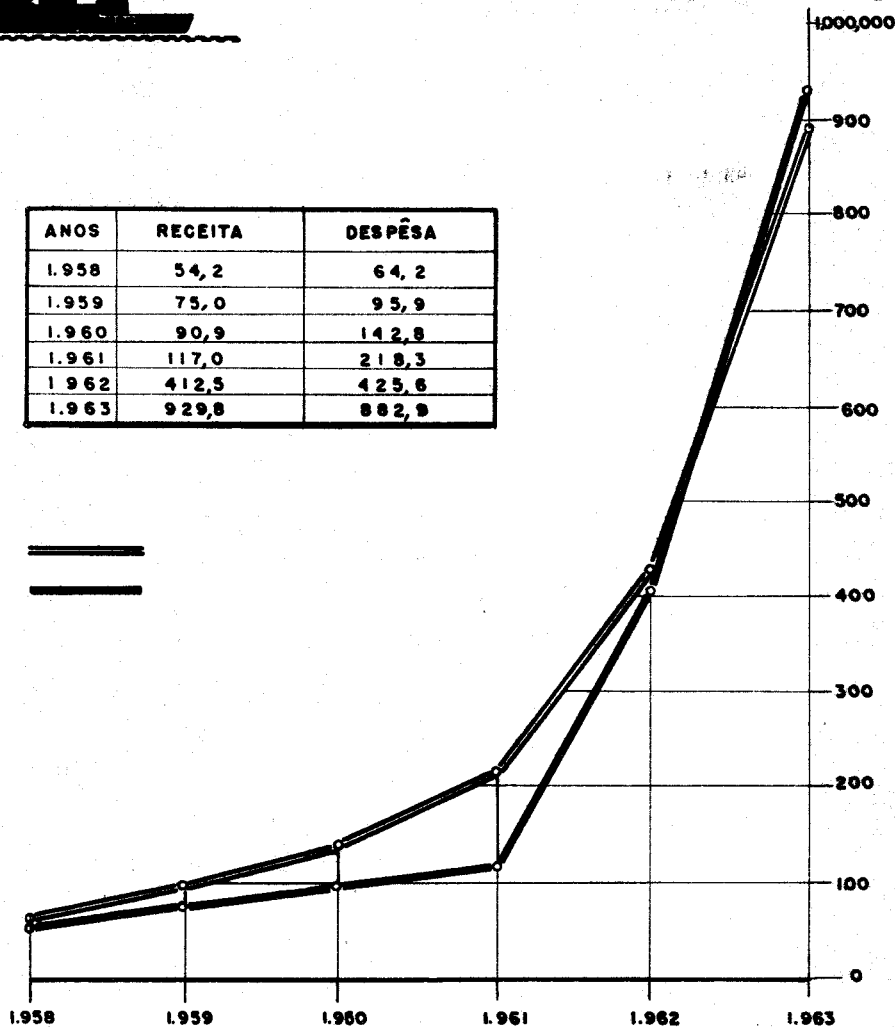
EM BILHÕES DE CR\$

ANOS	RECEITA	DESPESA
1.958	54,2	64,2
1.959	75,0	95,9
1.960	90,9	142,8
1.961	117,0	218,3
1.962	412,5	425,6
1.963	929,8	882,9

CONVENÇÕES

DESPESA 

RECEITA 



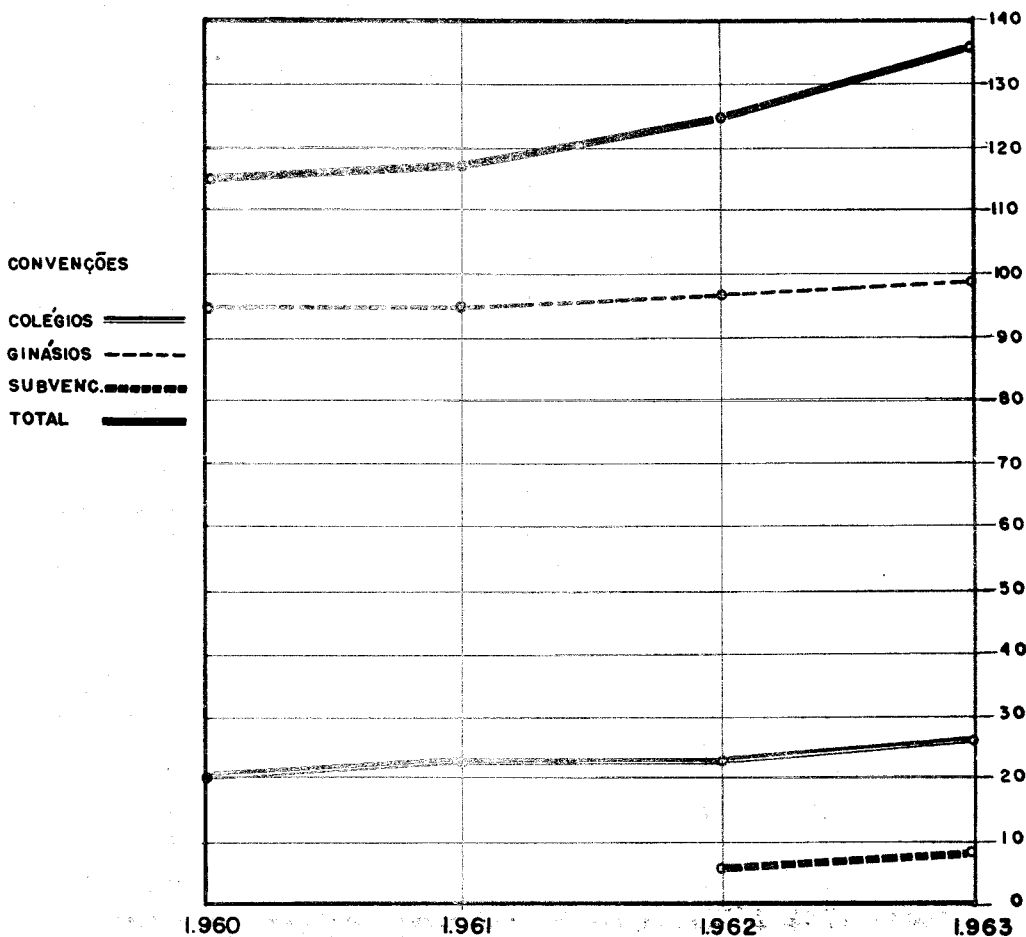
GOVÊRNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM FUNCIONAMENTO

ANOS	COLÉGIOS	GINÁSIOS	SUBVENCIONADOS	TOTAL
1960	115	95	—	115
1961	117	95	—	117
1962	125	97	6	125
1963	133	99	9	133

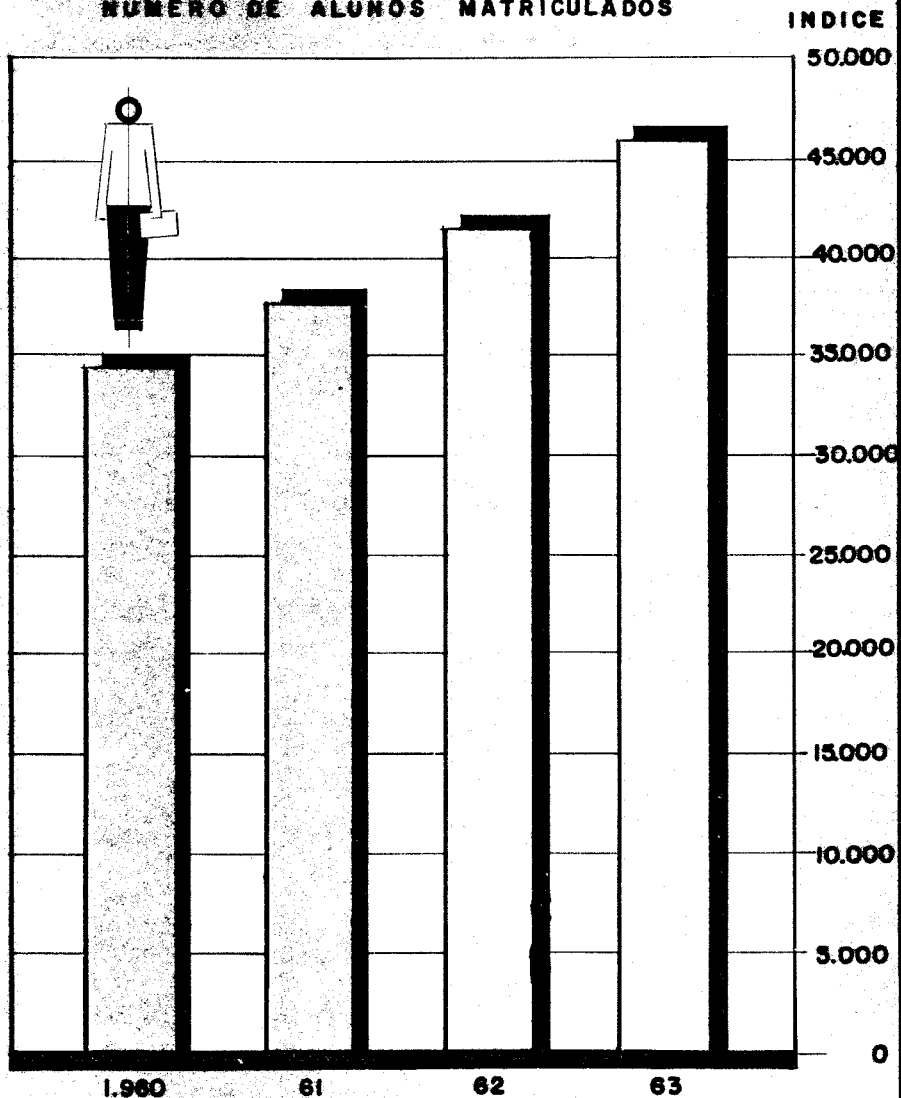


GOVÊRNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO




NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS



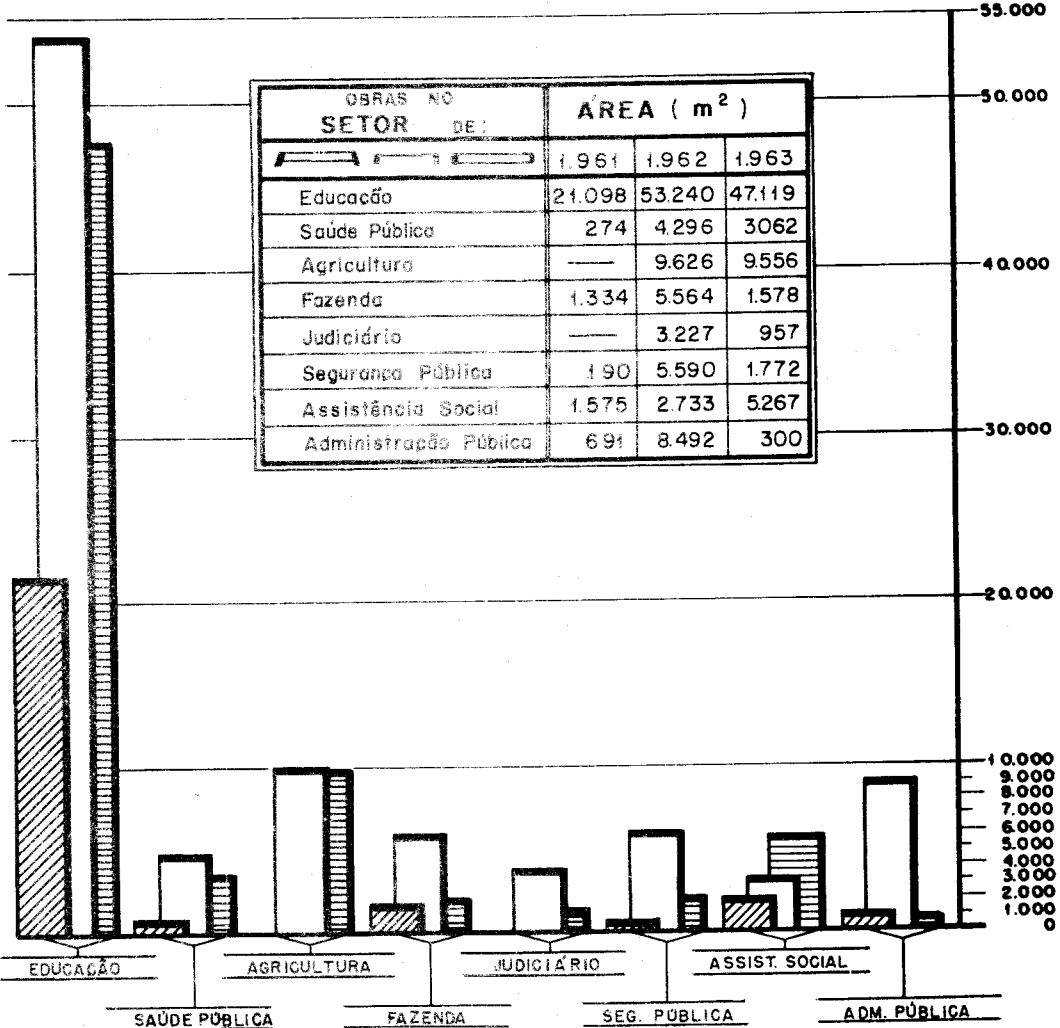
GOVÊRNO DO ESTADO DO PARANÁ

EDIFICAÇÕES

—ÁREA CONSTRUIDA EM m² POR SETOR—

CONVENÇÕES: —  1961 —  1962 —  1963

ÁREA (m²)



GOVÃO DO ESTADO DO PARANÁ

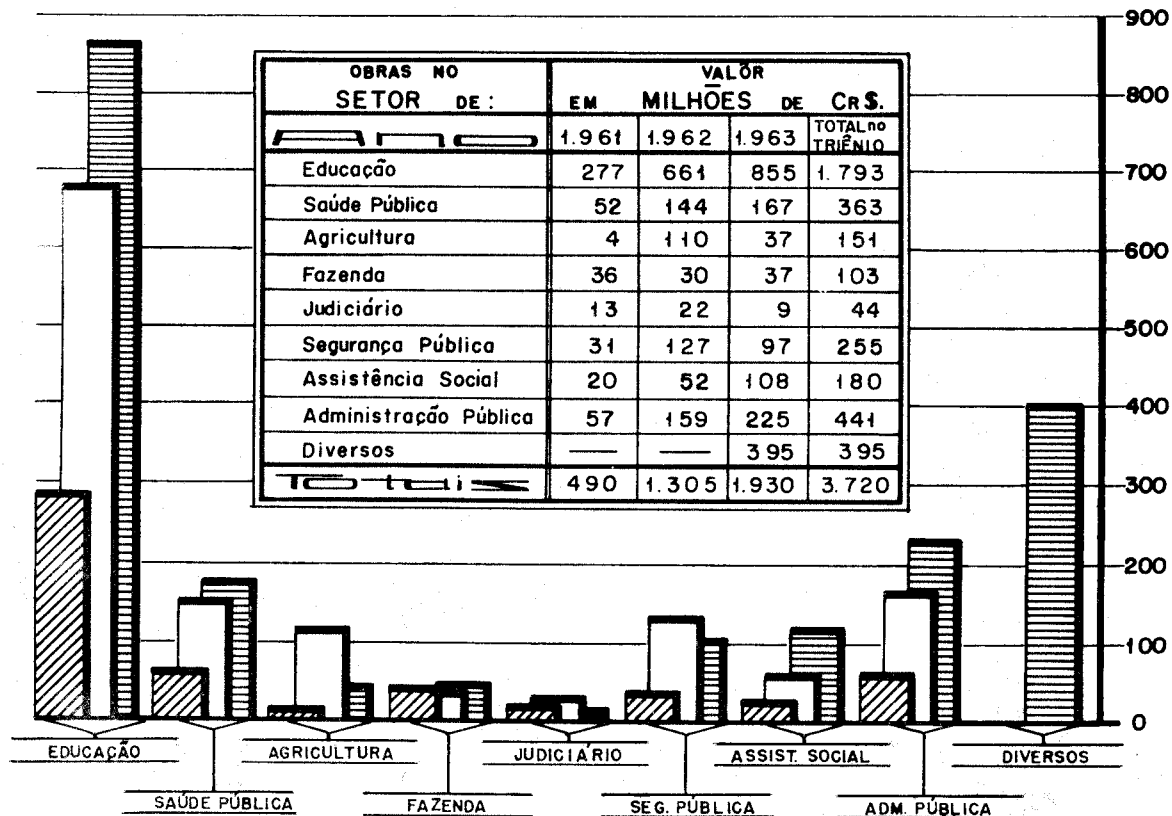
EDIFICAÇÕES

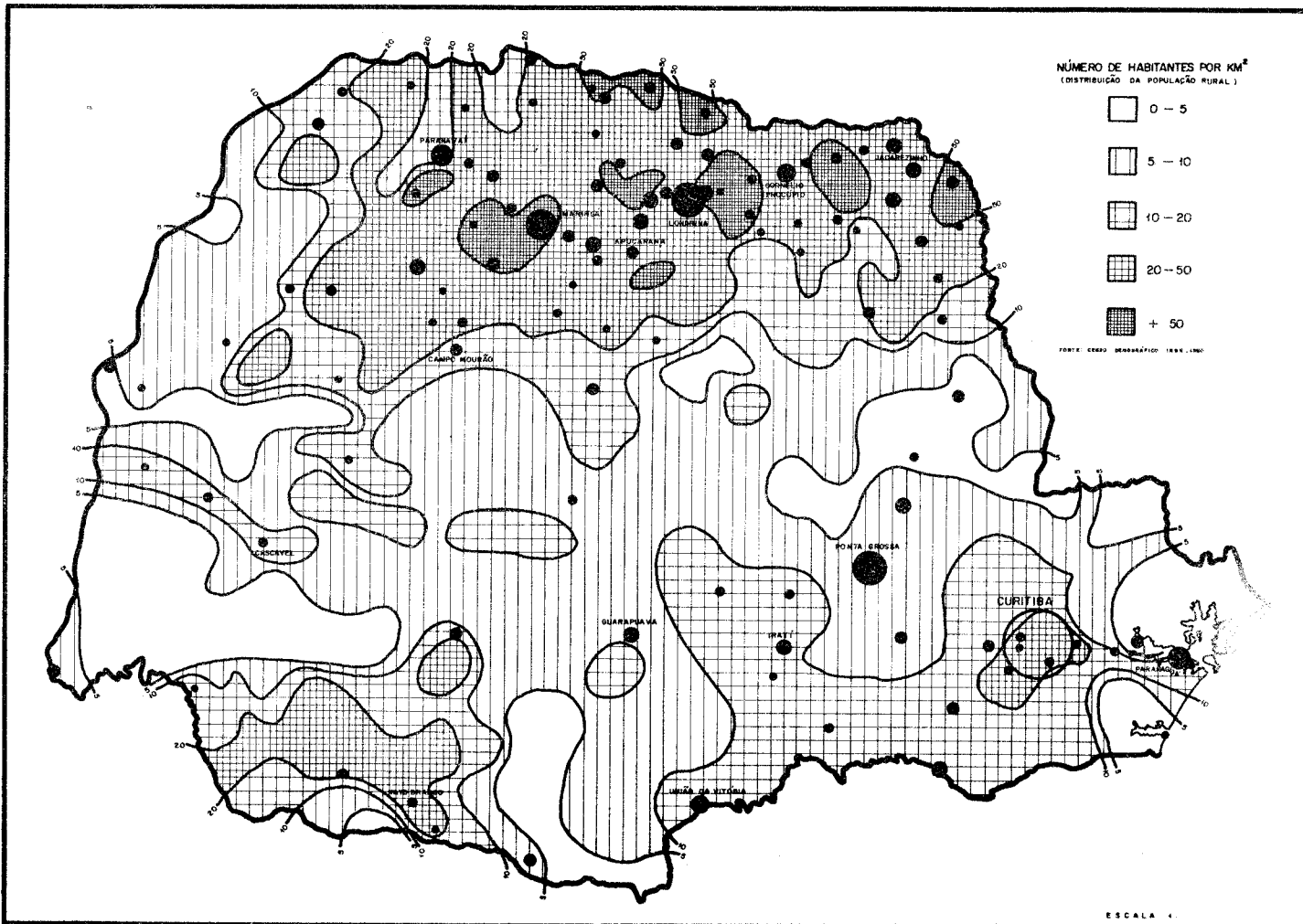
— APLICAÇÃO FINANCEIRA POR SETOR —

CONVENÇÕES:—



Em MILHÖES de CR\$





PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 1964-1970

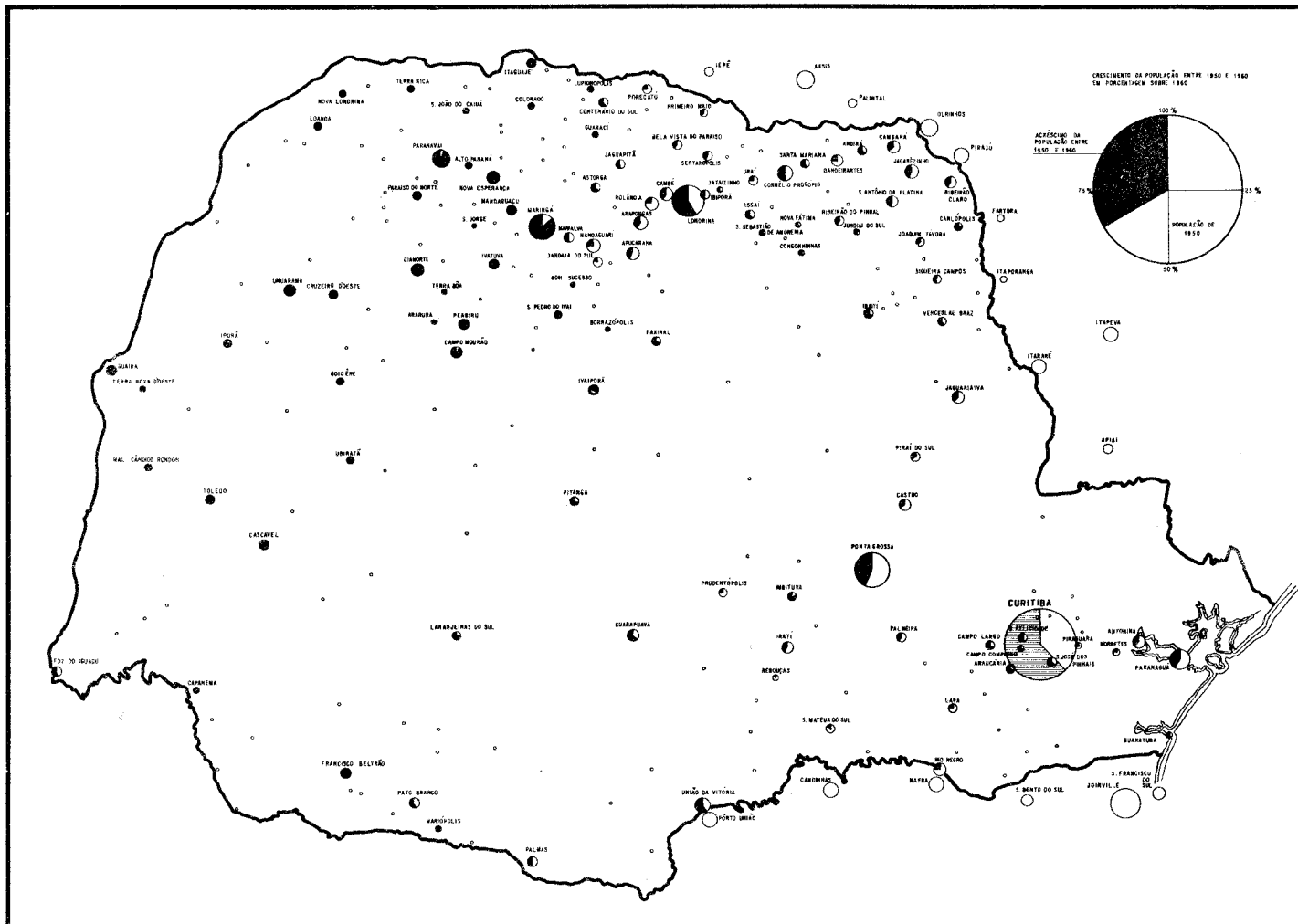
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1960

4



PROPOSTA:	
INCL. H. T.	
ESTADO:	
ELEIÇÃO:	
ANEXO:	

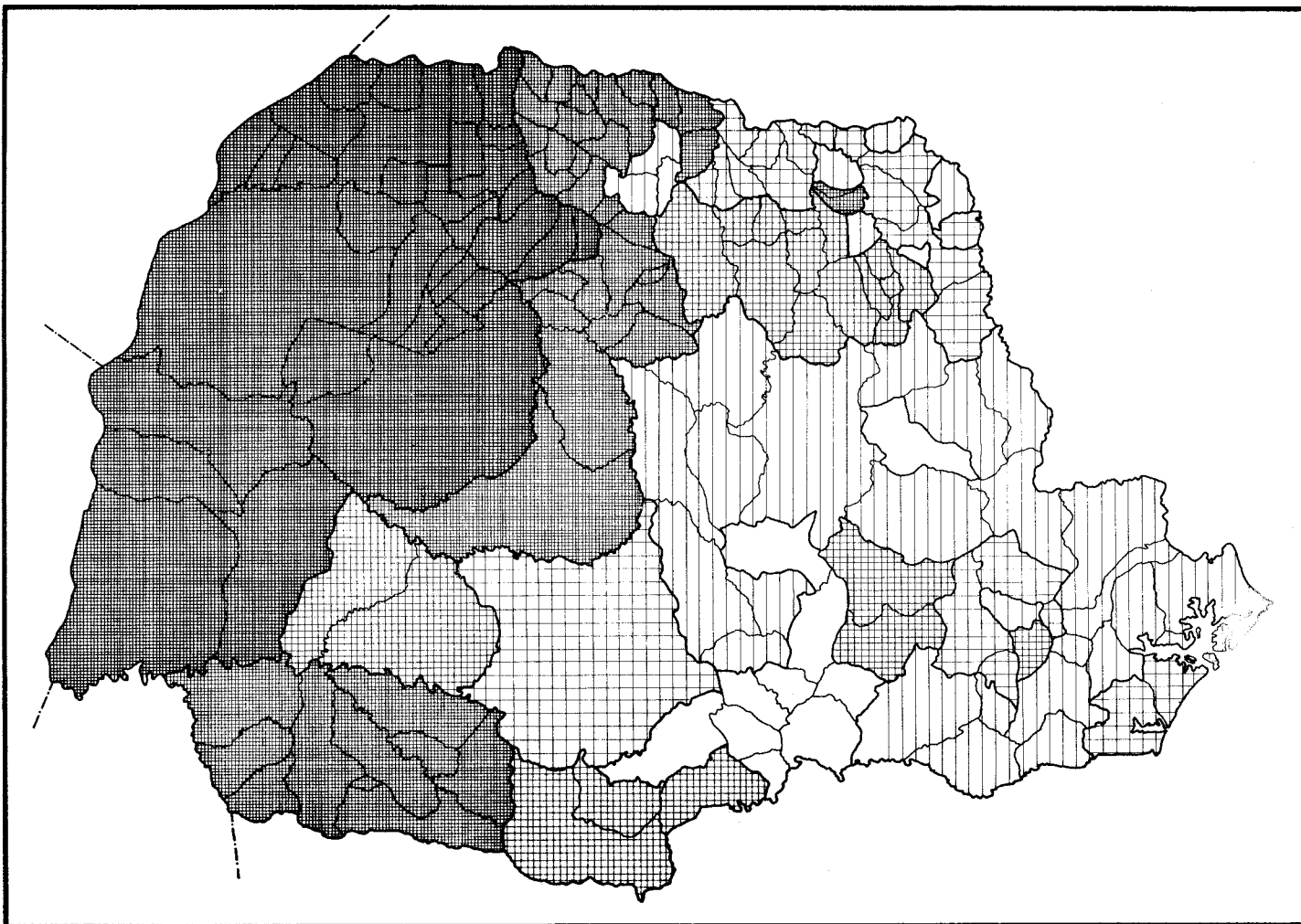
ESCALA 4



PLADEP
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ-1964-1970
 DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

5

ESTES MUNICÍPIOS COM MENOS DE 200 HABITANTES EM 1960
 RESPONDEU: P. A. S. T. DESENHO: ELABORADO: ATUALIZADO:

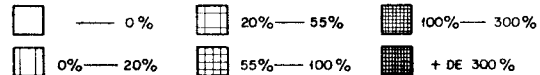


PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ -1964-1970

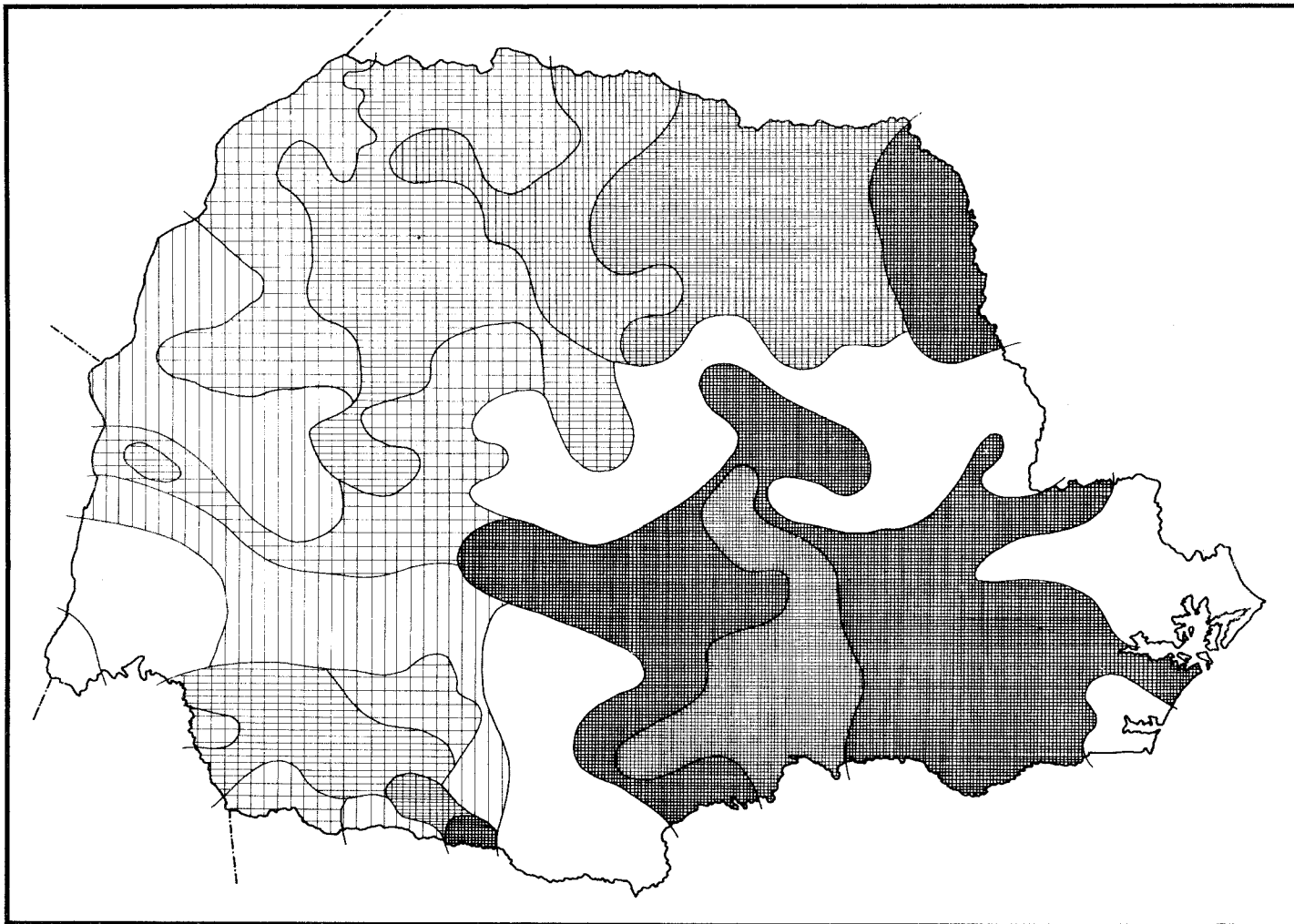
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL ENTRE -1950 -1960

6

PORCENTAGEM DE CRESCIMENTO



RESPONSÁVEL
PAUL M. Y.
DESIGNO
ELABORADO
ATUALIZADO

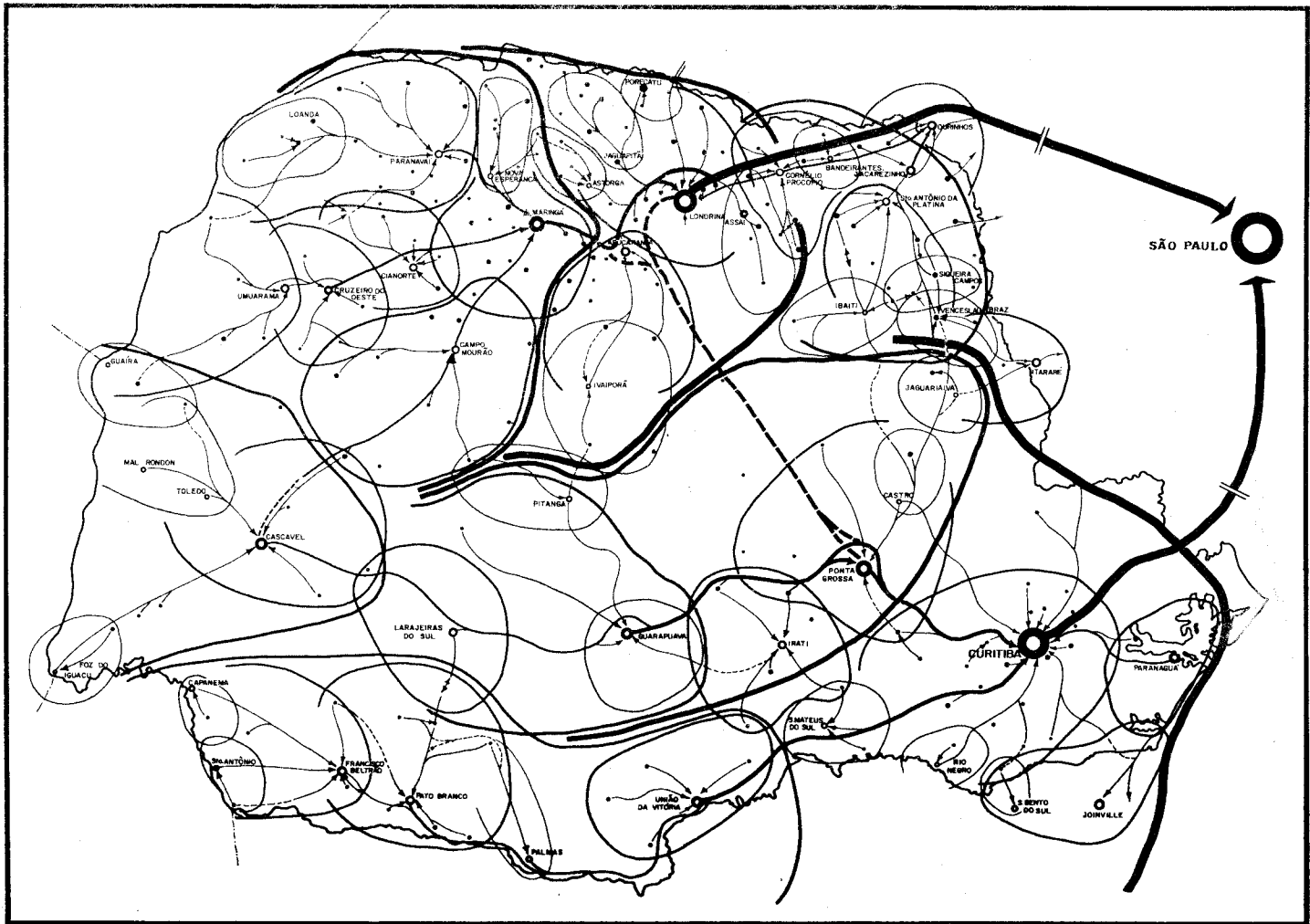


PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 1964 - 1970
 ZONAS HOMOGÊNEAS DE CRESCIMENTO

7

- | | | | |
|----------------------------|------------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| IMINENTE A CURTO PRAZO | OCUPAÇÃO EM FASES ESPECIAIS A 1960 | OCUPAÇÃO REALIZADA A 1950 | OCUPAÇÃO CONSOLIDADA A 1920 |
| NÃO IMINENTE A CURTO PRAZO | OCUPAÇÃO EM FASES ESPECIAIS A 1980 | OCUPAÇÃO CONTROLADA A 1960 | OCUPAÇÃO OCORRIDA A 1920 |

RESPONSÁVEL:
 PAULO H. T. GUEDES
 ELABORADO:
 ATUALIZADO



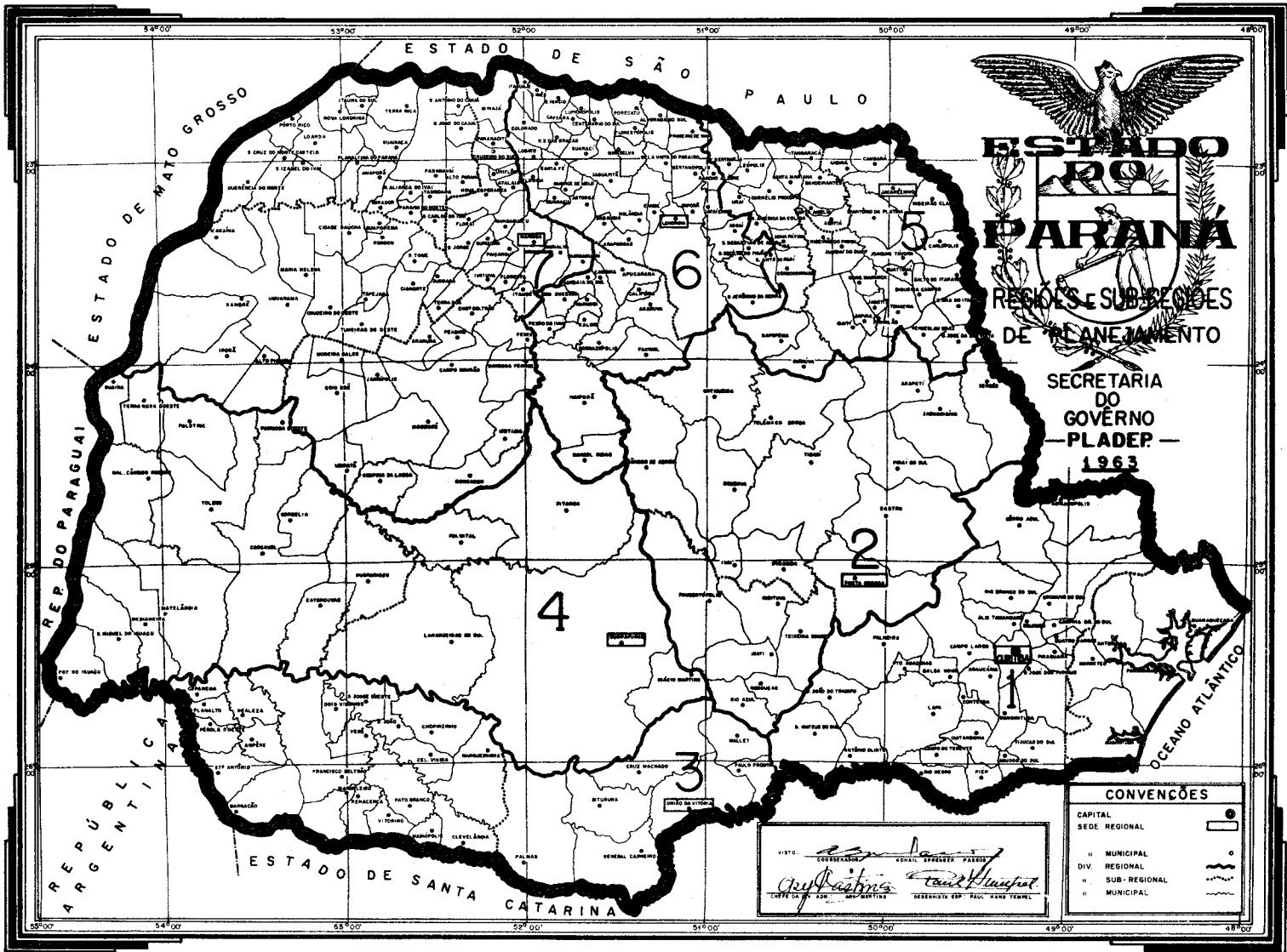
PLADEP PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ-1964-1970

9

ANÁLISE DE ATRAÇÃO DA POPULAÇÃO

Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu	Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu
Polarização Regional	Polarização Regional em Faseção II	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção
Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu	Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu
Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção
Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu	Curitiba	Ponta Grossa	Londrina	Foz de Iguaçu
Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção	Polarização Regional em Faseção

RESPOSTA: ELABORADO: ESTIVELAND



ÍNDICE

Pág.

I — INTRODUÇÃO	I a XXXVII
II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
1) — A Evolução da Economia	3
2) — As Finanças Públicas	4
3) — A Política Econômica	23
III — A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO	
1) — Energias	
a) Energia Elétrica	27
b) Carvão Mineral	32
c) Xisto Piro-betuminoso	34
2) — Transportes	
a) Rodovias	34
b) Ferrovias	38
c) Portos	39
d) Aeroportos	42
3) — Recursos Minerais	43
4) — Telecomunicações	44
5) — Fomento ao Desenvolvimento Econômico	45
6) — Agricultura e Pecuária	51
7) — Pesca	58
8) — Turismo	59
9) — Geada e Incêndio	61
10) — Erosão	63
IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO	
1) — Educação e Cultura	67
2) — Saúde Pública	74
3) — Saneamento	77
4) — Assistência Social	79
5) — Habitação	81

6) — Terras e Colonização	82
7) — Justiça e Segurança	85

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) — Administração do Pessoal	91
2) — Administração do Material	95
3) — Administração Orçamentária	96
4) — A Reforma Administrativa	97
5) — Planejamento e Estatística	98
6) — Edificações	102

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) — União	109
2) — Outros Estados	110
3) — Municípios	111

VII — GRÁFICOS ANEXOS

Receita Arrecadada 1953/1963	1
Distribuição Percentual da Receita 1953/1963	2
Arrecadação do Imposto de Vendas, Consignações e Transações. 1953/1963	3
Despesa Efetivada 1953/1963	4
Rodovias (DER) — Receita realizada em 1963, segundo a origem	5
Movimento de Importação e Exportação — valores físicos — Pôrto de Paranaguá — 1960/1963	6
Movimento de Importações e Exportações — Valores financeiros — Pôrto de Paranaguá — 1953/1963	7
Resultado Industrial das Operações Portuárias — Pôrto de Paranaguá — 1958/1963	8
Ensino Secundário — Número de Estabelecimentos em funcionamento — 1960/1963	9
Ensino Secundário — Número de Alunos Matriculados — 1960/1963	10
Edificações — Área construída por Setor 1961/1963	11
Edificações — Aplicação Financeira por Setor 1961/1963	12
Distribuição da população urbana e rural — 1960	13
Distribuição e Crescimento da população urbana — 1950/1960	14
Crescimento da população total entre — 1950 e 1960	15
Zonas homogêneas de crescimento	16
Análise de atração da população	17
Regiões e Sub-regiões de Planejamento	18

**Impresso nas Oficinas do
Departamento de Imprensa Oficial do Estado**